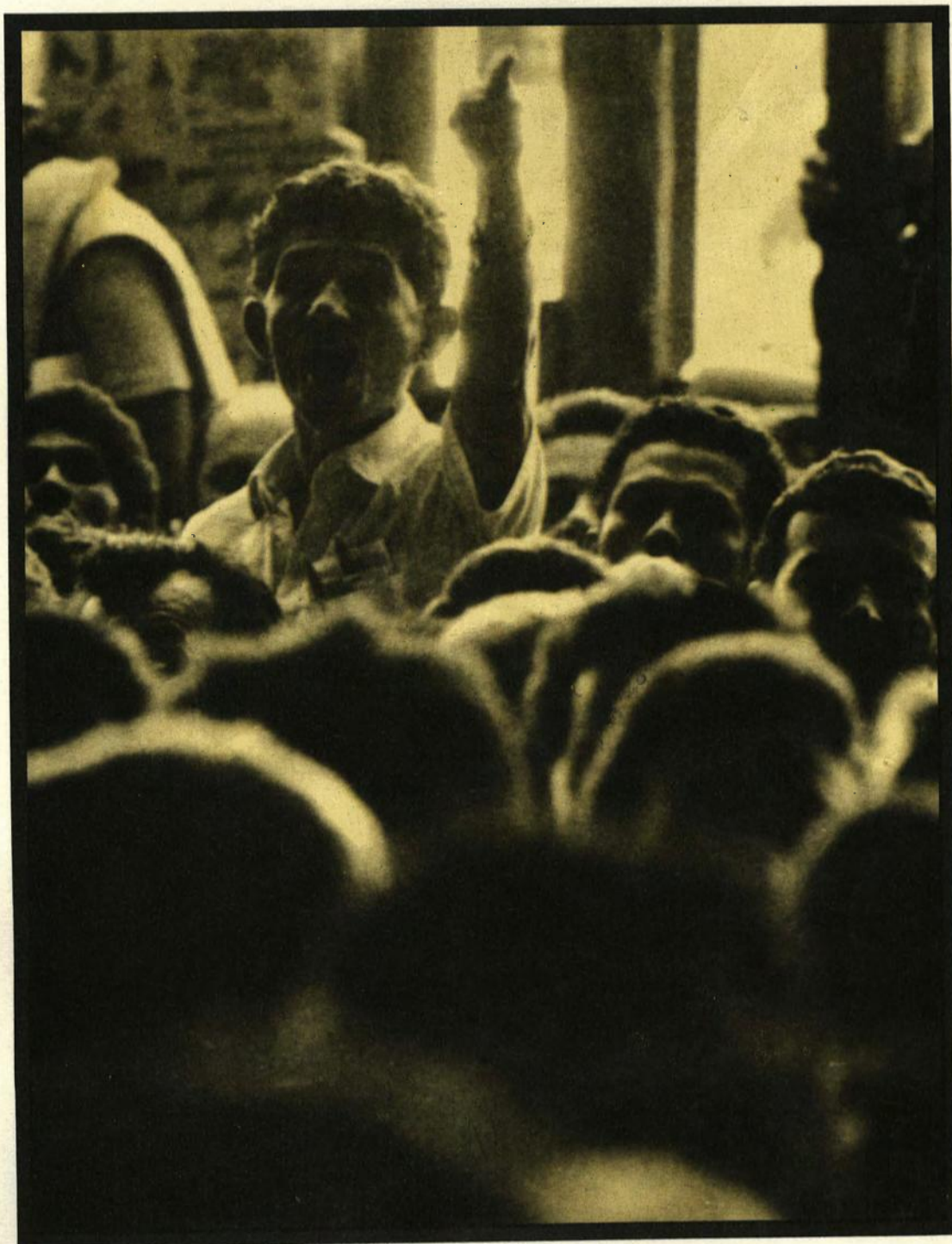


Sindicalismo no Campo

Entrevistas



Avaliação, perspectivas e desafios

CADERNOS DO CEDI 20

KARDEX	(✓)
PP-DOC	()
AME	()
MC/I-DOC	()

Sindicalismo no Campo

Entrevistas

Avaliação,
perspectivas e
desafios

CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98 Fundos
22241 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 205-5197
Telex: 021 37982 CIER BR

Av. Higeanópolis, 983
01238 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 825-5544
Telex: 011 26561 ECUM BR

Conselho de Publicações
Carlos Alberto Ricardo
Carlos Cunha
Flávio Irala (coordenador)
Jether Pereira Ramalho
Luis Flávio Rainho
Maria Cecília Iorio
Maurício Waldman
Vera Maria Masagão Ribeiro
Xico Teixeira

O CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação - é uma instituição independente, sem fins lucrativos, especializada em estudos, pesquisas, documentação e assessoria no campo das Igrejas e dos movimentos sociais.

Esta publicação é uma produção do Programa
Movimento Camponês - Igrejas do CEDI

Coordenação Editorial
Leonilde Sérvolo de Medeiros

Colaboração Especial
José Roberto Novaes
Luciano Nunes Padrão

Revisão
Cecília Antunes

Diagramação e capa
Alcino Demby

Foto da Capa
João Roberto Ripper

Paginação e composição
Marluce de Souza

Digitação
Paulo Roberto Salles Garcia
Katia Elizabeth Simões dos Santos

Agradecimentos:
Francisco José da Costa Alves, Regina Célia Reyes Novaes, Luiz Antônio da Silva, José Paulo Petrofesa, Alexandre Sgreccia, Mariana Pantoja Franco, Neide Esterci e às lideranças sindicais que contribuíram para a realização deste caderno.

Índice

Apresentação 5

Sobre a edição 11

I - Estrutura Sindical: propostas, experiências e desafios

Entrevistas:

Avelino Ganzer 14

Luis Silva 21

José Ribeiro Trampolim 24

José Novaes 27

Adelmo Escher 29

Ari Thessing 37

Paulo Cesar Lima (Cesinha) 44

Osmarino Amâncio 52

II - Sindicalismo, Associações e Estado

Entrevistas:

José Raimundo de Andrade (Dé) e Nivaldo Albino 66

Antônio Amorim 72

Manoel dos Santos (Manoel de Serra) 78

Zeno Minuzzo 88

Policácio Bispo Ferreira 97

III - A disputa no interior do sindicalismo

Entrevistas:

Maria Aparecida Rodrigues Miranda 104

Elvino Bohn Gass e Orlando Vincenci 111

Nelson de Assis Teles e Divino Inácio 116

Siglário 121

Apresentação

O sindicalismo rural brasileiro vive hoje momentos de importantes debates e definições. As disputas em torno de propostas sindicais distintas, as novas experiências de organização que concretizam algumas dessas propostas, a proliferação de associações de pequenos produtores, de assentados e até mesmo de trabalhadores assalariados, o aparecimento de movimentos de diverso teor, mas nos quais a direção não é dada pelo sindicalismo, são alguns dos indicadores de uma crise do modelo sindical vigente. No entanto, trata-se de uma crise carregada de potencialidades, que emerge do revigoramento, a que assistimos nos últimos quinze anos, dos conflitos no campo e, com eles, do aparecimento de novos mediadores, novas formas de luta, novas propostas políticas e organizativas.

Os depoimentos que agrupamos neste caderno indicam alguns dos eixos do debate. Embora estejam longe de esgotar o leque de possibilidades hoje colocadas, são uma amostra de um conjunto de experiências e propostas em curso.

Uma das mais significativas polêmicas diz respeito ao perfil mais adequado de organização sindical para os trabalhadores do campo. A questão que a informa é a seguinte: "é possível um único sindicato de trabalhadores, representando a diversidade de interesses e identidades que se conformam no meio rural?"

O tema não é novo. Já estava colocado, embora em outros termos, desde as primeiras propostas de organização sindical dos trabalhadores do campo. As organizações que se constituíram nos anos 50/60 faziam-se fundamentalmente por locais de conflito e, portanto, além de supor uma certa "especialização", tendiam a abranger os limites da área de tensão (fazenda, localidade).

O esforço de articulação desses espaços, de configuração de formas de organização mais estáveis, bem como a constituição de reivindicações mais abrangentes, que ultrapassavam as questões estritamente locais e apontavam para propostas de modelos de desenvolvimento e de alianças políticas, deu-se no interior de um amplo campo de disputas, envolvendo forças distintas. Uma das questões polêmicas era a da pertinência da forma sindical de organização para trabalhadores não assalariados; no entanto, quando o sindicalismo rural foi regulamentado, em 1962, as diversas forças políticas passaram a sindicalizar suas bases, fossem elas de assalariados ou não. Como o aponta Regina Novaes, naquele momento, o sindicalismo era um meio de contrapor o poder público ao poder privado dos proprietários de terra. Talvez a esse deva-se ainda incorporar um outro campo de competição: o dos proprietários fundiários que, na disputa política e ideológica pela manutenção do seu controle sobre os trabalhadores e usando seu poder de pressão sobre o Estado, argumentavam a favor de suas entidades representativas (as "associações rurais") como a forma legítima e adequada de representação do conjunto de interesses existentes no campo. Nesse quadro, a organização sindical dos "produtores autônomos", como eram então chamados, significava ainda a possibilidade de organização independente em relação aos grandes proprietários, que queriam considerar como "autônomos" até mesmo os colonos dos cafezais.

Embora a nível de regulamentação sindical tenham sido então delimitadas quatro grandes categorias para fins de enquadramento (trabalhadores da lavoura; trabalhadores na pecuária e similares; trabalhadores na produção extrativa vegetal; produtores autônomos), elas se unificavam, no plano organizativo, em uma única Confederação (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e, nas reivindicações, em torno de bandeiras comuns que a distinção formal operada pelo enquadramento não permite visualizar. É o caso da reforma agrária. Lembremos que, nos anos 60, as reivindicações por direitos trabalhistas e melhores salários não eram vistas como opostas à luta por terra, entre outras razões porque os "assalariados", em grande parte dos casos, tinham também acesso a lotes para cultivo de subsistência.

A reformulação do enquadramento, feita em 1965, criando o Sindicato de Trabalhadores Rurais, que englobava as categorias anteriormente citadas, embora se realizasse em uma conjuntura adversa, de desmobilização e repressão, não se conflitou, ao que tudo indica, com a tradição anterior de organização. Coube à CONTAG, após a derrota eleitoral da diretoria ligada à intervenção, reconstituir o sindicalismo rural, recuperando as bandeiras unificadoras do pré-64, tentando dar-lhes consistência e buscando compor/recompor a unidade política de suas bases. Vez por outra, no entanto, reaparecia o debate sobre o enquadramento sindical. Uma de suas vertentes era a menção a maquiavélicas intenções do Estado propondo a criação de um sindicato de pequenos produtores como estratégia para romper a unidade que estaria sendo criada pela CONTAG. Ao lado dela colocava-se a discussão sobre a oportunidade de criação de uma organização própria para os bóias-frias (sindicatos? cooperativas?), visto que o crescimento preocupante desse contingente no Centro-Sul do país e o pouco ou nenhum envolvimento dos sindicatos na sua defesa. Este tema alimentou muitos debates, especialmente nos Estados de São Paulo e Paraná, no final dos anos 70, e gerou propostas governamentais específicas.

Mas não era só a partir de uma lógica de Estado que o debate se desenvolvia: na sua famosa carta enviada ao III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em 1979, o sindicalista exilado Manoel da Conceição propunha uma divisão de sindicatos, apontando a convivência, lida como conflituosa, no interior da mesma organização de interesses distintos (assalariados e pequenos produtores).

Contra as propostas de alteração do perfil sindical no que se refere ao enquadramento, a CONTAG argumentava com a necessidade de manter a unidade, frente aos riscos que propostas divisionistas trariam num momento de revigoramento de lutas e do próprio sindicalismo.

Se o debate sobre o enquadramento era localizado e pontual, um outro começava a se firmar mais amplamente no final da década de 70 e no início dos anos 80. O crescimento dos conflitos, a retomada em escala mais ampla das ações coletivas, tanto na cidade quanto no campo, colocavam em questão toda a estrutura sindical vigente, recolocando o debate sobre a relação sindicato/Estado, a estrutura verticalista, os poderes do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos, a necessidade de construção de uma Central Sindical. No meio rural, esse debate se entremeava a uma crítica à ação da CONTAG, trazendo em seu bojo o aparecimento das "oposições sindicais" e o questionamento do caminho utilizado para condução dos conflitos (considerado "administrativo" visto que desaguava em inúmeros e sempre inúteis apelos ao Estado e pouco trazia para a organização dos trabalhadores). Surgida inicialmente no terreno da luta pela terra, essa crítica se estende a outros tipos de conflitos, atingindo até mesmo as lutas através das quais a CONTAG elaborava o seu modelo de ação coletiva: as campanhas salariais.

Ao mesmo tempo em que se constituíam as oposições sindicais, gerando uma concepção distinta sobre ação e organização sindical, surgiram também "movimentos", para condução de lutas específicas, como é o caso dos "Sem Terra", dos atingidos por "Barragens". Portadores de uma certa autonomia em relação aos sindicatos e considerando-se instrumentos mais ágeis para encaminhamento de certas demandas, esses movimentos impulsionaram acampamentos e ocupações, algumas vezes em franca oposição aos sindicatos locais, outras em alianças com eles e dividindo tarefas.



Trabalhadores Rurais em Brasília, 1987

O que se colocava em jogo nos anos 80 era, pois, mais do que a eficácia de um certo padrão de estrutura e enquadramento sindical, uma crise de hegemonia do modelo sindical contaguiano, caracterizada não só pela emergência de uma outra concepção sindical mas também de formas organizativas que questionavam os próprios limites que a ação sindical estabelecera para si.

Essas disputas, que se verificam no campo político, guardam ainda intensa relação com o significativo processo de diferenciação econômica por que passou o campo brasileiro e que colocou novos problemas: a expulsão em massa do campo, a formação de um amplo contingente de trabalhadores temporários, a redefinição do significado quantitativo e qualitativo de determinados grupos, como é o caso dos tratoristas, operadores de máquinas etc., a constituição de um vasto segmento de pequenos produtores integrados à agroindústria, a intensificação do processo de transformação da terra em ativo financeiro, redimensionando as condições de acesso a ela para os que não encontravam espaço dentro da agricultura modernizada etc.

É nesse contexto que a possibilidade de reorganização sindical aberta com a Constituição de 1988 trouxe ao debate novamente a questão do enquadramento, mas dentro de outros parâmetros: o que está em jogo é a formulação de uma proposta de política sindical que dê conta dos desafios organizativos impostos pelas novas questões que apontamos acima. No entanto, essa proposta, como facilmente se pode ver nas entrevistas que apresentamos, se constrói no diálogo e na disputa com o padrão sindical dominante e com a cultura por ele gerada, marcada pelo assistencialismo, crença na ação de um Estado redentor etc.

Ao mesmo tempo, a reorganização das condições de produção e do mercado de trabalho também colocam em questão a forma municipal de organização sindical vigente desde o Estado Novo e que, agora, encontra brechas, na Constituição, para ser rompida. O debate sobre a reorganização sindical em bases regionais ou estaduais aponta para as características de concentração de produção e reorganização do mercado de trabalho que criam fragilidades para as negociações locais, muitas vezes tendo que ser realizadas por sindicatos fragilizados, sem estrutura adequada e, o que é mais significativo, sem controle sobre as condições em que se dá a compra e venda quer da força de trabalho (no caso dos assalariados), quer de produtos agrícolas e insumos (no caso dos pequenos produtores).

Na primeira parte desta publicação agrupamos alguns depoimentos que mapeiam essas discussões, tentando cobrir um leque amplo de propostas, que vão desde a manutenção do atual Sindicato de Trabalhadores Rurais até a criação de sindicatos por ramos de produção ou por categorias. Buscamos ilustrá-la, ainda, com depoimentos sobre o processo de constituição dos sindicatos e da Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo e do Sindicato dos Fumicultores do Rio Grande do Sul. Como substrato das diferentes posturas, emergem experiências locais diversificadas e a preocupação com a necessidade de garantir formas mais ágeis e adequadas para expressão política da enorme diferenciação existente entre os trabalhadores do campo.

Um outro intenso debate no interior do sindicalismo rural refere-se à ação do Estado, em especial relacionada com a proliferação de associações de pequenos produtores, fenômeno típico dos anos 80 e que também se diferencia no país. No caso do Nordeste, talvez a situação mais peculiar e mais amplamente conhecida, o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PAPP -, partindo dos fracassos acumulados em experiências anteriores (Programa de Apoio ao Produtor de Baixa Renda, Programas de Desenvolvimento Rural Integrado etc.), passou a enfatizar a participação das populações envolvidas nas decisões e, com isso, a valorizar as instâncias sindicais de representação. Estas tornaram-se canais de repasse de recursos. Os efeitos dessa prática sobre o sindicalismo podem ser vislumbrados através de algumas das entrevistas apresentadas, indicando como sindicatos e federações se tornaram administradoras de recursos, reeditando o assistencialismo e transformando a "participação" numa grotesca caricatura.

A emergência das associações, no entanto, não é privilégio do Nordeste. Com estímulos do Estado ou mesmo de organizações não governamentais, elas vêm crescendo no país todo e aparecendo como alternativa econômica para a sobrevivência da pequena produção, numa economia fortemente oligopolizada e cuja dinâmica está sendo cada vez mais ditada pelos complexos agroindustriais. Garantindo a compra de meios de produção de preços proibitivos a pequenos produtores individuais, organizando a venda de produtos e, dessa forma, procurando garantir posições mais sólidas no mercado, tentando eliminar ou reduzir a presença de intermediários na compra e venda de produtos agrícolas e/ou insumos, elas vêm se constituindo num caminho para que a pequena produção tenha melhores condições de sobrevivência e tornam-se uma alternativa de resistência às condições de barganha impostas pelo grande capital. Como espaço de organização em torno de reivindicações imediatas, as associações trazem questões a nível de sua relação com o sindicato. Constituindo-se em mais um espaço de disputa de concepções políticas, a relação com as associações é hoje um dos pontos cruciais para o sindicalismo.

As entrevistas agrupadas na segunda parte deste caderno - Sindicalismo, associações e Estado - indicam diversas vertentes do debate e o teor das preocupações que hoje permeiam o campo sindical. Ao mesmo tempo, apontam outros caminhos de ação do Estado, inclusive o investimento na criação de sindicatos (como é o caso do norte do Paraná), buscando recompor suas redes de alianças.



3º Congresso da Central Única dos Trabalhadores. Belo Horizonte, 1988

Finalmente, num último bloco, agrupamos entrevistas que se concentram sobre o tema, extremamente complexo e espinhoso, das relações e disputas entre propostas sindicais distintas no terreno da luta pela conquista de espaços no interior da estrutura sindical.

Desde meados dos anos 70 quando, principalmente com apoio da Igreja, começaram a surgir oposições no campo, colocou-se a questão de como ganhar espaços para posições mais "combativas" e fortalecê-las no interior do movimento sindical. Desde logo, colocou-se o desafio de, através de processos eleitorais, fortalecer-se, atuando "por dentro".

Quando, no início dos anos 80, amplia-se a discussão sobre estrutura sindical e sobre o que seria o perfil de uma Central, há um encontro entre o chamado sindicalismo "autêntico" e os setores que, no campo, desenvolviam um movimento não só de crítica à estrutura sindical, mas principalmente às concepções sindicais e práticas das federações e Contag. É todo esse setor que vai convergir para a formação da CUT. Esta, desde o seu primeiro Congresso, em agosto de 1983, tem expressiva participação dos "rurais" e torna-se o espaço privilegiado de articulação das oposições, permitindo-lhes uma presença marcante no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em 1985, e uma maior visibilidade no campo da política sindical.

Um dos traços desse sindicalismo que passa a se identificar como "cutista", para se diferenciar da matriz contaguiana, é o reconhecimento do significado político da estrutura sindical existente

e a opção por trabalhar por dentro dela, participando de seus encontros, neles divulgando suas posições, conquistando espaços através da disputa de eleições sindicais e também, mais recentemente, nas federações e na própria Confederação.

Como indicam as entrevistas que agrupamos na terceira parte deste caderno, as oposições enfrentam desde mecanismos mais tradicionais de manipulação de resultados de assembléias até o debate com setores mais combativos, que procuram capitalizar lutas e se posicionar criticamente em relação à Contag, passando ainda pelas disputas internas no heterogêneo terreno das "oposições".

Com a edição desse conjunto de depoimentos, esperamos poder contribuir para o aprofundamento da reflexão e do debate sobre a questão sindical brasileira.

Leonilde Sérvolo de Medeiros

Sobre a edição

As entrevistas constantes desta publicação foram realizadas em situações distintas. Alguns depoimentos foram colhidos por ocasião do III Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (III Concut) em outubro de 1988, quando uma equipe do Centro Ecumênico de Documentação e Informação - CEDI - procurou obter informações sobre como os sindicalistas rurais ali presentes pensavam questões como estrutura sindical, violência no campo, reforma agrária etc., além de recolher algumas experiências particulares de luta. Outros depoimentos foram obtidos quando da realização da reunião do Departamento Rural da CUT, em janeiro de 1989. Neste momento, já havia alguns temas que nos pareciam importantes mapear: a relação dos sindicatos com as associações impostas pelo Estado que se multiplicavam no bojo do Projeto Nordeste e a posição dos dirigentes da CUT sobre suas relações com os sindicatos vinculados à linha política da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - Contag. Finalmente, outras entrevistas ainda foram realizadas quando o objetivo desta coletânea já estava delineado e a questão da estrutura sindical emergia com muita força.

Para estruturar esta publicação, distribuimos as entrevistas em três grandes temas: Estrutura sindical - propostas, experiências e desafios; Sindicalismo, associações e Estado; A Disputa no interior do sindicalismo. Como era de se esperar, frente à riqueza do material disponível, a localização de um depoimento em uma ou outra parte não esgota a amplitude dos assuntos abordados. Frequentemente há uma interpenetração de temas, indicando um certo grau de arbitrariedade na nossa organização.

O ponto comum a todos os depoimentos é que os entrevistados são dirigentes vinculados ou próximos à CUT. Esta publicação tenta pois trazer a debate algumas questões que estão colocadas a partir de uma determinada posição no campo de disputa que caracteriza hoje o sindicalismo rural.

As entrevistas sofreram uma edição, com objetivo principal de dar maior clareza à linguagem falada quando esta passa para o papel. Por outro lado, realizamos alguns cortes, especialmente para essa publicação, de forma a manter uma unidade de problemáticas. Referências pessoais ou a grupos, pelo seu caráter mais agressivo no calor da entrevista, também foram omitidos quando julgamos que sua ampla circulação poderia criar dificuldades no interior das organizações dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, não contribuiria para dar maior profundidade ao tema em discussão.

I - Estrutura sindical: propostas, experiências e desafios

Nos últimos tempos tem se intensificado o debate sobre a estrutura sindical no campo. Dois grandes desafios se colocam: de um lado, o rompimento com a estrutura que há mais de cinquenta anos foi imposta e sua substituição por uma nova, de caráter horizontal, onde haja democratização das instâncias decisórias e que se construa a partir de um envolvimento efetivo nas lutas dos trabalhadores. De outro, trata-se de enfrentar a questão da atualidade e pertinência de um sindicato de "trabalhadores rurais", de base municipal, que agregue em seu seio toda a diversidade de categorias e de reivindicações hoje presentes no campo.

As entrevistas que se seguem apontam para alguns rumos desse debate e mostram, sem pretender esgotá-lo, a diversidade de posições. Amplitude da base sindical, sindicatos por ramo de produção, que agreguem outras categorias além dos rurais (maquinistas, trabalhadores da parte industrial do setor produtivo etc.), sindicatos exclusivos de pequenos produtores, sindicatos de pequenos produtores por tipo de atividade (fumicultores, avicultores etc.), constituição de comissões no interior do sindicato para tratar das questões específicas de cada categoria são temas aqui tratados por diferentes lideranças sindicais.

Trazemos também depoimentos sobre experiências em curso, onde se processa a reestruturação dos sindicatos em novas bases. É o caso da criação dos Sindicatos de Empregados Rurais e de uma nova federação que os aglutina na região canavieira de Ribeirão Preto, em São Paulo, e do Sindicato dos Fumicultores, de base estadual, no Rio Grande do Sul.

A diversidade de opiniões que recolhemos expressam, antes de mais nada, um momento extremamente fecundo de reestruturação e de reflexão no interior do sindicalismo sobre a natureza das lutas no campo, seu significado político e seu potencial transformador.

Avelino Ganzer

Gaúcho, migrante em busca de melhores oportunidades de vida na região norte, Avelino fixou-se no início dos anos 70 em Santarém, onde iniciou sua atividade sindical. Um dos fundadores da CUT, é hoje diretor do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais e vice-presidente da Central.

“A participação dos trabalhadores rurais, basicamente os pequenos proprietários, através de seus sindicatos na criação da CUT é uma realidade que não podemos esquecer.”

“A forma de organização pode ser diferenciada. O que nós não podemos deixar, em nenhum momento, é de ir avançando para construir, cada vez mais, a unidade política da classe.”

“Temos que avançar para desmunicipalizar o sindicalismo rural brasileiro. A desmunicipalização do sindicato deve ser um objetivo do sindicalismo classista, comprometido com o processo de transformação da sociedade.”

Como você está vendo a questão da estrutura sindical no campo, considerando a diversidade de categorias que se abriga no atual Sindicato de Trabalhadores Rurais?

Avelino - Primeiro, a participação dos trabalhadores rurais, basicamente os pequenos proprietários, através de seus sindicatos, na criação da CUT é uma realidade que nós não podemos esquecer. Ela faz parte da nossa história e faz parte da construção do sindicalismo combativo no Brasil, que deu origem à Central Única dos Trabalhadores. Todos nós temos que ter uma compreensão muito firme, muito correta desta realidade.

É necessária uma proposta sindical adaptada ao campo

Implantou-se uma estrutura sindical há 50 anos no Brasil basicamente com um objetivo: amarrar a classe operária, porque a estratégia era avançar o processo de industrialização. Essa estrutura sindical, que perdura até praticamente hoje (teve algumas mudanças com a Constituição que foi promulgada em outubro do ano passado), foi transferida para o campo, e faz parte inclusive da cultura, do processo organizativo. Nós queremos combater essa estrutura sindical, e a CUT veio para construir um novo sindicalismo. Saindo de uma proposta simplesmente teórica para uma proposta orgânica e política, conseguimos construir essa grande unidade política nacional, com a CUT se tornando essa grande referência e caminhando para se tornar efetivamente a direção da classe.

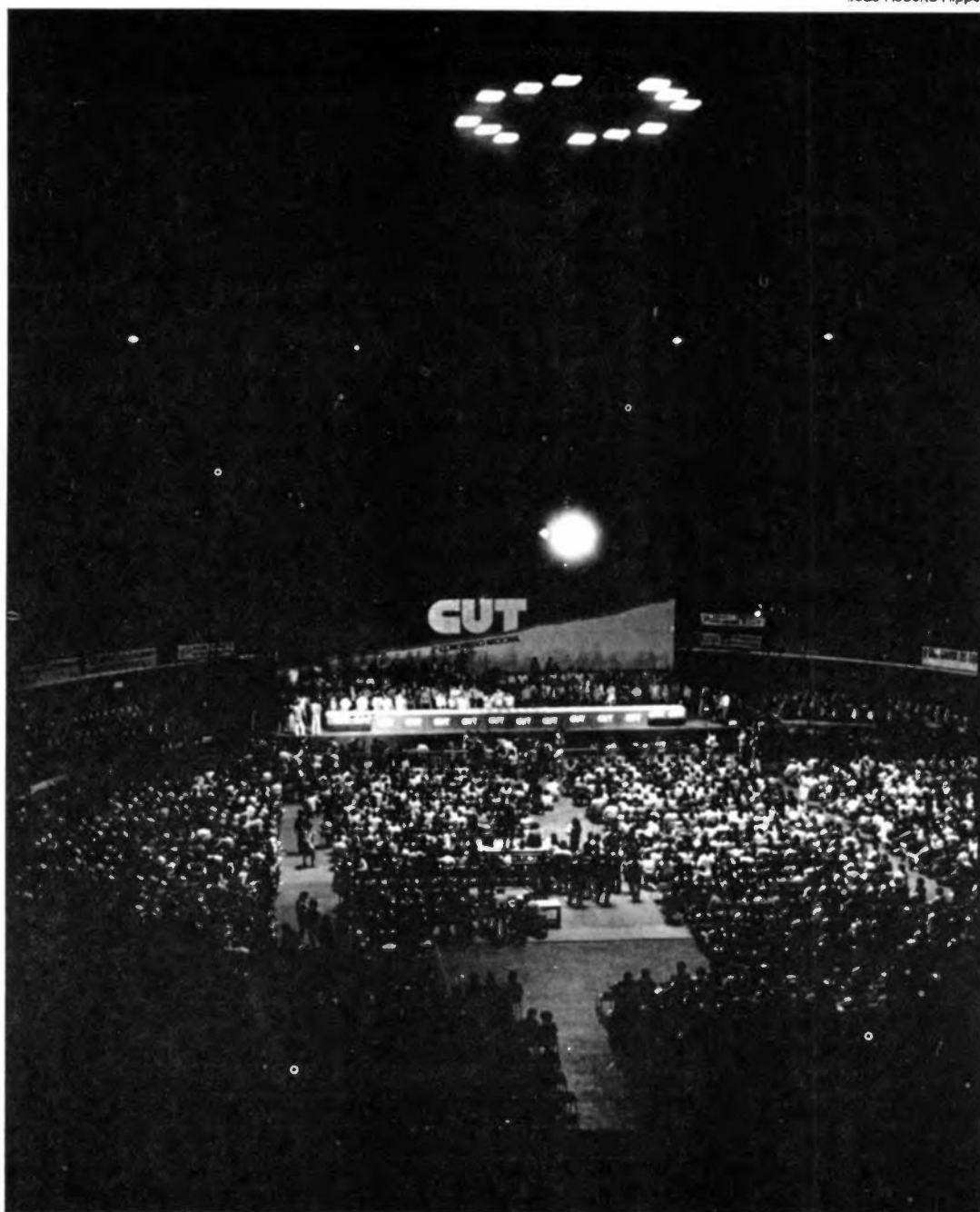
A Central precisa também avançar para definir uma estrutura sindical adaptada à questão do campo. A proposta da CUT, enquanto princípio, está correta, mas ela é voltada basicamente para os setores urbanos. Bem, na medida em que avançamos para a construção de departamentos, está ficando mais em evidência a diversidade também no ponto de vista do encaminhamento das lutas no campo. A luta dos pequenos produtores que envolve o pequeno proprietário, o meeiro, o parceiro, o arrendatário etc., tem um tipo de encaminhamento e a sua reivindicação é preço, são condições de trabalho, financiamento, assistência técnica, transporte, armazenamento etc. Mas quando você entra numa outra região do Brasil, onde o setor mais numeroso é de assalariados, qual é a questão central? É salário, condição de trabalho, segurança no emprego, redução da jornada etc. São reivindicações muito diferentes. Como unir todos no mesmo sindicato, numa mesma proposta e fazer uma campanha unitária?

A questão é amplamente política. Bem, a Central nica dos Trabalhadores, de acordo com seus princípios, é uma entidade que luta para conquistar as reivindicações imediatas da classe trabalhadora. Ela tem que avançar para atender a todos os trabalhadores que, através de seus órgãos de classe, se filiem à Central, e tem que ter política também para a sociedade, para fora do seu conjunto inclusive. Ao desenvolver essa política, nós temos que compreender que essa diversidade está cada vez mais colocada no Brasil inteiro. Até mesmo nas regiões do Norte, os assalariados já cresceram bastante e cresce também o processo de proletarianização dos pequenos proprietários.

O estatuto do sindicato deve ser adaptado à realidade local

Ao encontrar essa diversidade no encaminhamento da luta, a primeira reflexão que o Departamento fez foi de avançar na elaboração de uma proposta de estatuto. Nós não queremos que seja um estatuto padrão, mas uma proposta para ser refletida, adaptada em cada região do Brasil, para cada sindicato ter autonomia de fazer avaliação da proposta que o Departamento enviou, adaptar a sua realidade. Nessa proposta primeira que fizemos, o estatuto já prevê contemplar a diversidade.

Essa discussão não é um fato novo, colocado hoje. Ela já vem do segundo Congresso da CUT, e veio muito forte no terceiro Congresso. Já no II Concut orientavam-se os sindicatos de trabalhadores rurais do Brasil a tomarem muita atenção: na sua grande maioria eram dirigidos por pequenos proprietários e tinham que criar secretarias para atender à grande diversidade que estava acontecendo, principalmente na questão dos assalariados. É compreensível a dificuldade de um companheiro que tem sua tarefa econômica de sobrevivência, sua luta econômica, no seu pequeno pedaço de terra, quer dizer, que tem que trabalhar a terra, produzir o feijão, produzir o arroz, produzir a farinha etc., para pensar na política do assalariado. Mas tem que avançar e, na hora de



2º Congresso da Central Única dos Trabalhadores. Rio de Janeiro, 1986

formar a chapa do sindicato, atender a essas diversidades, elegendo dirigentes na chapa que fossem formar uma secretaria específica dos pequenos proprietários, uma secretaria específica dos assalariados etc. Esse debate está no país inteiro.

Bem, mas é verdade também que, em várias regiões do Brasil, dependendo de que produtos, de que realidade se coloca, têm pequenos proprietários que em determinada época do ano precisam de mão de obra, talvez para a colheita. Por exemplo, algodão, pimenta do reino, o próprio corte de cana, em regiões onde pequenos proprietários plantam cana. s vezes, os dois são sócios do mesmo sindicato e acontecem questões trabalhistas, conflitos, e dali a pouco chegam no mesmo sindicato, dois companheiros

que são sócios com problemas entre eles para serem resolvidos. A diretoria do sindicato fica sem saber como tratar. Então, mesmo sabendo que essa proposta de estatuto, do ponto de vista político, é muito mais avançada porque ela procura avançar na aliança de classe a partir do sindicato para se estender a nível do município, da região, a nível nacional, nós temos também que estar abertos para a avaliação de se esta é a melhor proposta.

Estamos fazendo experiências e para isto nós encontramos várias regiões com propostas já em elaboração e em debate. Eu tenho consciência de que estão colocados grandes desafios porque, de um lado, estão o governo, as classes patronais, os sindicalistas pelegos ligados ao sindicalismo americano, que estão avançando com estratégias muito claras de criar formas de organização para dividir os trabalhadores brasileiros. Está muito claro o processo que tem sido levado nesses anos de exploração no Brasil, com quase 500 anos de descobrimento.

Então, é claro que a Central Única dos Trabalhadores e o Departamento Rural Nacional junto com as CUTs estaduais, os departamentos estaduais, os sindicatos, as oposições sindicais nesse Brasil, precisam direcionar esse debate sobre a forma de organização. Ela pode se dar de forma diferenciada, nós podemos chegar à conclusão de ter sindicatos de assalariados, um sindicato com base regional. Acho que temos que avançar para desmunicipalizar o sindicalismo rural brasileiro. Não é mais possível em cada município um sindicato falido, onde tem um dirigente sindical que não consegue arrecadar a mensalidade nem para pagar uma secretária, quanto mais para ajudar a esse povo avançar numa política. Se você não tem dinheiro, não tem política. Não adianta ter belas idéias mas não ter como implementar. Eu penso que a desmunicipalização do sindicato deve ser um objetivo do sindicalismo classista comprometido com o processo de transformação da sociedade.

**Papel da CUT:
construir a
unidade política
da classe**

A forma de organização pode ser diferenciada. O que nós não podemos deixar, em nenhum momento, é de ir avançando para construir, cada vez mais, a unidade política da classe. O pequeno proprietário faz parte da classe explorada como o assalariado e como os trabalhadores urbanos. A chamada unidade na diversidade, do ponto de vista organizativo, tem que se dar segundo as propostas de reivindicação, mas em torno da unidade política como objetivo claro. E aí está então a proposta da Central Única dos Trabalhadores: lutar pelas reivindicações imediatas, mas também comprometida e ligada com as reivindicações históricas, que são conscientizar, unir a classe para lutar e cumprir o papel do sindicalismo, o papel de transformação da sociedade para construção da sociedade socialista. É aí que está a grande questão.

Às vezes nós somos impedidos de fazer esse debate, têm muitas questões pessoais nessa luta, têm projetos políticos pessoais. Às vezes de dirigentes, às vezes de assessores, têm questões de visões estratégicas. A convivência de diversas visões dentro da CUT é legítima. Agora, essa luta política não pode se sobrepor à importância da luta da classe, de referência das massas. Quando o dirigente, o assessor, o dirigente sindical e político perder a referência das massas e levar adiante uma proposta pessoal, uma visão de grupo, ele está correndo o risco de levar o projeto político à falência. Às vezes jogando muito de sua vida na construção, pensando que está colocando toda a sua força na construção de uma proposta transformadora, ele está ajudando a reforçar uma proposta de exploração.

O trabalho de implantação efetiva da nova proposta sindical, onde se parte para a organização de base, para esclarecimento das massas, para que tenha comissão sindical de base numa comunidade X, numa fazenda tal, num lugar tal requer que os cidadãos responsáveis ligados às massas, ligados ao projeto de transformação, tenham que conduzir esse processo com participação, abrir um debate com as massas efetivamente.

O peso da cultura sindical

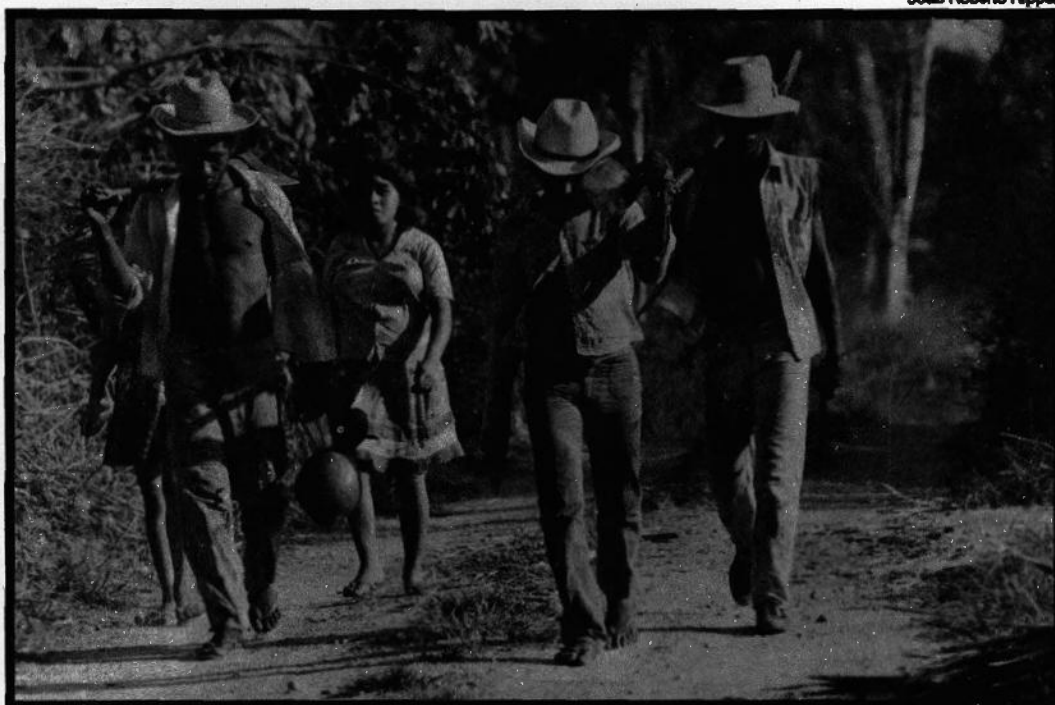
As dificuldades são encontradas também nos sindicatos cutistas, inclusive nos filiados. São muitos anos que a gente se criou dentro dessa estrutura sindical. Muitos dirigentes já fazem o discurso dos princípios da CUT, falam na assembléia, falam na comunidade, falam lá no local de trabalho. Mas eu estou vendo que são valores, são princípios, que, às vezes, ainda não estão incorporados na própria vida do dirigente, na sua prática. Às vezes fica o discurso e a prática com diferenças. Eu acho que nós precisamos da elaboração teórica. Por isso a CUT, com muita sabedoria, conseguiu a proposta sindical mais correta que podia elaborar para a realidade brasileira. Nós sabemos que podemos implementar essa proposta, muito mais através da nossa própria vida, da nossa própria prática, do que dizendo. Talvez se ensine muito mais a outro companheiro ajudando a fazer e não dizendo. São questões centrais que não estão claras para todo mundo.

Nós temos que avançar, nós ganhamos o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar e do Icool do Espírito Santo, que possivelmente vem para a CUT imediatamente. Nós estamos com esses sindicatos importantes ligados a uma experiência embrionária. Já tem uma experiência embrionária das campanhas salariais do Nordeste, das campanhas salariais de São Paulo, das campanhas salariais que começam lá em Minas; já temos experiências no Pará, avançamos com experiência na Bahia. Eu penso que nós temos que ser muito mais agressivos do que fomos até hoje, acreditar na proposta da Central e, de acordo com o método de implantação, avançar mais para implantar efetivamente as nossas campanhas salariais, e acreditar que as massas estão sintonizadas com a nossa proposta. Elas já conhecem muito por alto, de um lado e de outro, o que é a Central. O que é preciso, é que elas entendam, no dia-a-dia, como é proposta correta dessas campanhas salariais e chamá-las para a luta, assim como avançar nas propostas dos pequenos produtores. Já avançamos com experiências muito grandes no sul, estamos avançando para realizar um seminário sobre política agrícola no Nordeste, para compreender melhor o Nordeste, ter uma proposta, do ponto de vista da Central, para os pequenos produtores. É com a capacidade de intervenção do ponto de vista econômico ligado à intervenção do ponto de vista político e organizativo que eu acredito que vamos construir a CUT.

Existem diferenças entre a organização dos trabalhadores urbanos e a organização dos trabalhadores rurais no campo da CUT? Há uma visão urbanista do campo?

Ainda existe uma visão urbanista do campo

Avelino - Há, muito forte. Acho que avançamos na chamada aliança dos trabalhadores. A CUT tem sido o instrumento mais forte, mais importante que a classe trabalhadora criou. Penso até que toda a sua história. Nós avançamos muito, nesses cinco anos, na compreensão melhor da questão urbana, da fábrica, do carro, do facão, da motosserra, do pulverizador. Penso que também avançou bastante a compreensão dos trabalhadores urbanos. Só que ela é ainda teórica. Por que? É muito claro que o trabalhador urbano, por sua realidade, não tem mais contato com a natureza, trabalha dentro de uma fábrica, está lá direto, tem que trabalhar com uma máquina, com



Possesiros da Gleba Maranhão. Conceição do Araguaia, Pará

computador, com as prensas. O trabalhador rural, mesmo o assalariado, trabalha em contato com a própria natureza: os pequenos proprietários têm a época de roçar ou de arar a terra, a época do plantio, a época que vai fazer a limpa, a época da colheita, o período que ele vai vender etc. Está jogando também de acordo com a natureza, daqui a pouco ele pode ter prejuízo, pode ter melhores colheitas, dependendo se chove bastante ou não, se dá muito sol ou pouco sol, se às vezes o inverno aperta demais ou não... Isso influi também na própria vida do trabalhador rural, no seu processo do dia-a-dia, na construção do sindicalismo, na proposta de organização. Assim também os assalariados e, nesse sentido, há uma grande diferença. Por isso, o camponês tem seu jeito, sua forma de ver as coisas, sua cultura. Nesse processo de avanço do capitalismo, o empobrecimento em que foi jogada a classe trabalhadora do ponto de vista rural é terrível, um processo de pauperização. A estratégia do capitalismo avança dentro de uma visão de criar o exército de mão de obra barata na cidade e está estreitando a vida desse povo para ir expulsando devagar.

Dificuldades financeiras

É nessa questão que a Central Única dos Trabalhadores está amadurecendo. Agora, está muito nítido que os trabalhadores rurais, as lideranças da CUT da área rural, o Departamento, têm uma tarefa muito grande de ajudar, de elaborar propostas para discussão nas várias instâncias da Central e principalmente com os trabalhadores urbanos. Nós temos consciência de que a Central não tem que incorporar, como tem sido nesses cinco anos e pouco, os trabalhadores rurais de um modo geral, os pequenos proprietários, pequenos produtores e os assalariados. Agora, para conduzir essa política na área rural, nós temos uma dependência econômica muito grande e vai depender de vários anos ainda. Os sindicatos mais importantes desse Brasil, os sindicatos urbanos que vivem sua realidade, são sindicatos com mais recursos financeiros. A própria Central já vem canalizando, mas precisa canalizar muito mais recursos para o trabalho

da CUT junto à área rural, para se poder conduzir e avançar essa proposta a nível nacional. Quando sai campanha salarial, como essa campanha salarial do Nordeste, que estamos pre- parando, ela poderá ser muito melhor se nós tivermos as condições econômicas mínimas para elaborar material, para distribuí-lo, para ter transporte, para ajudar a liberar pessoas, para a assessoria, para fazer o trabalho, a divulgação. Nós sabemos que estamos numa dependência muito grande, e essa dependência termina trazendo uma dependência política, o que é muito ruim para a Central. Há riscos políticos de se criarem fissuras, problemas que não são fáceis e que poderão surgir na construção da Central.

A CUT, desde sua criação até agora, tem se tornado uma referência para o movimento de massa, uma referência importante devido ao acerto das propostas políticas que tem levado. Quais são as dificuldades encontradas para que a CUT se enraíze na massa?

Desafios para a implantação da CUT

Avelino - Primeiro, eu penso que a Central vem do enfrentamento com a classe patronal, do en- frentamento com o governo. Tem conseguido ter análises corretas e ter políticas de enfren- tamento muito importantes nessa conjuntura. Agora, eu acho que a dificuldade está na questão metodológica. Não é um problema político: tem que continuar atacando, fazendo esse trabalho da articulação mas, ao mesmo tempo, compreender que tem que fazer um trabalho prioritário de implantação. E acho que isso está se fazendo com a política nacional de formação que se definiu com o processo de ganharmos os sindicatos etc. Na área rural (e eu acho que também é uma questão urbana) tem de se fortalecer o trabalho nas principais regiões do Brasil. Existe trabalho, só que temos que compreender que é preciso aprofundar e colocar em prática as propostas da Central. Por exemplo, como implantar a organização sindical de base? Comissões sindicais de base ou comissões de fábrica? Obedecendo os princípios da Central, exercitando o processo democrático, exercitando toda essa visão de sindicalismo de base, exercitando o sindicalismo independente do Estado, exercitando esse processo do sindicalismo independente dos partidos políticos. Então está colocado esse grande desafio que é o processo de implantação. E aí a necessidade da resposta à conjuntura nos leva, quase todo mundo, a um desvio, a uma pressa política. Você sai, tem pressa, e fazer o processo necessário para implantar determinado trabalho, às vezes, leva mais tempo do que a resposta da conjuntura.

Eu acho também que a questão das campanhas salariais nós temos que atacar em geral. Agora, eu sempre tenho dito e vi outros companheiros também dizerem, que, ao mesmo tempo, nós temos que fazer um referencial, um sindicato, dois, três, que implantem as propostas da Central, ou transformem aquela proposta teórica em proposta prática. Por que? Porque daqui a três anos essa experiência vai se tornar como um laboratório, como um lugar em que muita gente pode buscar experiências para tocar para frente as propostas do sindicato. Assim como São Bernardo tem sido uma grande referência para a Central, e tem sido importante, nós precisamos criar outras dezenas e centenas de São Bernardo, também na área rural.

Entrevistador: José Roberto Novaes.

Junho de 1989

Luis Silva

Membro da CUT Estadual da Paraíba e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Umbuzeiro.

“Para nós pararmos uma usina é preciso que parem também os motoristas, os maquinistas, os tratoristas que trabalham na usina.”

“Substituir federação por departamento, simplesmente, não seria o caso. O que queremos é destruir essa estrutura corporativista.”

Existe hoje uma série de propostas de estruturação sindical. Como essa discussão está sendo travada na Paraíba?

**É necessário
trabalhar o
horizontalismo**

Luis - Essa é uma questão muito importante que precisa ser aprofundada. Já tem havido algumas discussões a esse respeito, mas não tiramos ainda uma posição clara. A princípio está se avaliando o seguinte: hoje, na verdade, tem crescido muito o número dos assalariados. Nós temos uma evasão muito grande dos trabalhadores rurais para o setor urbano ou periferias das cidades. Os que são bóias-frias são também os que trabalham na construção civil, que é uma categoria muito dispersa, difícil de reunir. No entanto, é preciso aprofundar mais. Uma das idéias seria que, assim como existem os departamentos da CUT, o sindicato também teria departamentos no seu interior. Departamentos com condições de tratar as questões específicas de cada caso, para que possam aprofundar esses casos, mas sem perder a perspectiva de unir todas essas lutas, porque sempre uma está ligada à outra. Isto é o que o sindicato precisa fazer. Nós estamos avançando nesta discussão. Esperamos agora realizar também o III Congresso da CUT no Estado. Vamos discutir essas teses, aprofundar esta discussão para levar para o Congresso, buscar um encaminhamento, que seria o seguinte: trabalhar o horizontalismo na CUT, onde se crie o sindicalismo novo, a estrutura nova que queremos ter como parte do próprio sindicato, como parte dos departamentos da CUT onde se criaram os sindicatos.

Agora nós temos que chegar na base: estruturar um sindicato dessa forma, o Departamento de Formação com a sua condição de formação; dividir o produtor do assalariado; também tratar a questão da mulher, a do jovem. Eu acho que aí nós construiremos a estrutura sindical que nós queremos, fortalecendo o horizontalismo. Está sendo trabalhoso, ainda está em forma um pouco precária, porque a gente está muito disperso, atendendo ainda muito às questões conjunturais. É preciso aprofundar, acho que é uma necessidade que a gente tem e não estamos desconhecendo. Ao mesmo tempo faltam ainda certas condições, estruturas, para que a gente possa complementar esse projeto.

O que é preciso ser trabalhado é a nossa dificuldade de organizar, de levar os trabalhadores a responder à política econômica, à política dos patrões de expulsão da terra, à política do arrocho salarial nas áreas da cana, no próprio setor urbano. É exatamente por isso que eu acho que a proposta da CUT precisa se implantar por ramo de produção, unir, na prática, o campo e a cidade.

Como tem se verificado essa organização na área canavieira?

Luis - Na área da cana, nós tivemos muita dificuldade até agora, porque levamos a luta dos assalariados e nos integramos à campanha salarial da Contag, que é uma campanha de mobilização muito por cima: convida, agita e tal. Leva uma pauta muito grande, mais de 56 pontos, e depois a gente não conquista, ou, quando conquista numa convenção coletiva de trabalho, não é cumprida. O paradeiro é que tem sido importante lá diretamente na área, mas não se tem levado avante as conquistas. Isso tem sido um pouco precário para o movimento crescer.

**A importância da
organização por
ramo de
produção**

Nós tivemos algumas ilusões de que nós tínhamos parado as usinas. Não! Nós conseguimos parar os cortadores de cana, mas as usinas continuaram, os fornos das usinas continuaram fumaçando. Hoje, nós temos o seguinte entendimento: para nós pararmos uma usina é preciso que parem os motoristas, os maquinistas, os tratoristas que trabalham na usina. Esse setor, fazendo um mesmo produto, está dividido em três categorias: os cortadores de cana, os tratoristas e motoristas, e os outros que são filiados ao Sindicato da Alimentação. Enquanto esse trabalho não avançar, nós não conseguiremos ter uma luta forte que dê resposta a essa questão de parar, de fato, um setor de produção que é essencial, que é o coração do empresário, do capitalista, que é o lucro. Estamos trabalhando essa questão e é importante a formação, neste setor, porque aí seria a verdadeira construção da Central.

Como tem sido estruturado o Departamento Rural da CUT para dar conta da diversidade de categorias de trabalhadores rurais?

Luis - Nós estamos encaminhando o Departamento Rural, substituindo a Secretaria Rural. Mas, precisamos um certo cuidado no trabalho do Departamento. Apesar de ser importante unificar a data base de todas as categorias, de integrar dentro do Departamento, por exemplo, o pequeno produtor, o posseiro, o assalariado, pois é muito amplo esse campo na zona rural, nós precisamos, além disso, integrar o campo e a cidade. E, para integrar o campo e a cidade, é preciso haver essa relação entre os sindicatos urbanos e rurais. A CUT tem que atuar nesse setor. Cada categoria pode ter,

por exemplo, um departamento e a Central se tornar uma Federação de Departamentos. E essa Federação poderá então abrir espaço para que haja mais de uma Central, por categoria, ou seguir o ritmo da estrutura sindical. Substituir federação por departamento, simplesmente, não seria o caso. O que queremos é destruir essa estrutura corporativista. Depois teríamos, por exemplo, que criar um conselho acima de todas essas categorias organizadas. Acho que nós temos é que trabalhar o horizontalismo. O verticalismo já tem crescido e a CUT é uma referência.

O Departamento Rural está se estruturando na Paraíba

Quanto ao Departamento Rural na Paraíba, ele ainda é uma vontade nossa de construir, de estruturar. Por enquanto, atuamos numa comissão de quinze companheiros, pequenos produtores, assalariados e posseiros, inclusive por região, que têm problemas um pouco diversificados. A estrutura do Departamento está muito precária ainda. Nós não temos recursos próprios. É preciso uma equipe de assessoria e isso está bastante esvaziado. Nós precisamos retomar por que, ultimamente, estamos pegando só questões específicas. Como, por exemplo, a campanha salarial. O Departamento ainda não conseguiu articular a contento, como nós desejamos, as questões estratégicas, de fundo, para os pequenos produtores, para os assalariados ou para os sem-terra. Muitos trabalhos deste tipo ainda são feitos por outras entidades como, por exemplo, a Pastoral Rural que age muito na questão da luta pela terra (hoje chegando também o Movimento dos Sem-Terra e se integrando na Pastoral Rural). A campanha salarial na área da cana tem muita influência da Federação, apesar de estarmos avançando. Temos treze sindicatos ligados à CUT na área da cana, o que já é um peso muito importante.

A CUT tem que ter autonomia financeira

O Departamento precisa avançar muito ainda. As assessorias, por exemplo: nós temos assessorias que não são do próprio Departamento, são do Centro de Educação do Trabalhador Rural - CENTRU, do CEDI, do Serviço de Educação Popular - SEDUP. Eu acho que nós temos que ter uma política clara em termos de construção de CUT e até discutir a relação das entidades de apoio com a CUT. Como seria? Nós vamos ter que aprofundar a questão da política de finanças para que a CUT tenha sua própria estrutura, sem impedir que as entidades tenham a sua autonomia. Mas essa discussão precisa ser aprofundada. As entidades que têm uma posição clara de apoio à CUT arranjam dinheiro etc, mas têm seus próprios projetos, enquanto a CUT, às vezes, não tem estrutura financeira própria. Eu acho que foi necessário ter acontecido isso e acho que, graças a esse trabalho integrado, está se construindo a Central. Mas a Central tem que se estruturar enquanto tal, ter sua autonomia, sua estrutura própria.

*Entrevistador: Luciano Padrão
Outubro de 1989 (III Concut)*

José Ribeiro Trampolim

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fernandópolis, Estado de São Paulo. Membro da Executiva do Departamento Rural da CUT.

“Nosso sindicato abriga várias categorias. Temos resolvido uma parte da questão criando comissões de assalariados, de pequenos proprietários, de sem-terra, de parceiros.”

“A questão da terra deve ser assumida pelo sindicato.”

Que categorias seu Sindicato abriga?

Trampolim - Nosso Sindicato abriga várias categorias: o pequeno proprietário; o parceiro que trabalha a terra (toca geralmente o café) e recebe uma porcentagem de 50% da produção; o arrendatário que arrenda a terra para produzir; o bóia-fria, temporário, que tem trabalho só no tempo das colheitas de algodão, de milho, de café; e o permanente (é na colheita da cana que tem mais permanente), os empregados de fazenda que são assalariados registrados, vaqueiros, retireiros etc.

Assalariados e pequenos produtores no mesmo sindicato: dificuldades e encaminhamentos

Nós enfrentamos uma dificuldade que é a de ter o pequeno proprietário e o assalariado dentro do mesmo sindicato. Tem certas horas que não sabemos quem é que vamos defender, se é o pequeno proprietário ou se é o assalariado, porque os dois têm visões diferentes e têm reivindicações diferentes. O próprio sistema obriga que o pequeno proprietário explore o assalariado. O salário é muito baixo e temos uma luta por registro na carteira. Mas o pequeno proprietário não pode registrar porque ele não tem condição. O Ministério do Trabalho, para jogar os trabalhadores, pequenos proprietários, contra o Sindicato, na fiscalização que temos exigido, só fiscaliza os pequenos proprietários. As grandes propriedades não são fiscalizadas e daí vem o embate. O companheiro que é do Sindicato e é pequeno proprietário termina, às vezes, ficando contra a gente por causa do Ministério do Trabalho que faz tudo para dificultar a luta da diretoria, dos trabalhadores da nossa região.



Acampamento em Promissão, São Paulo

Como é que vocês têm conseguido trabalhar no sentido da articulação desses interesses tão distintos?

Trampolim - Existe uma discussão a nível nacional se é o sindicato de assalariado e sindicato de pequeno proprietário. No nosso Sindicato, temos resolvido uma parte da questão criando comissões de assalariados para que os companheiros da diretoria que são assalariados cuidem só dessa questão de luta por salário; comissão dos pequenos proprietários, que luta pela política agrícola; comissão dos sem-terra; comissão dos parceiros, que lutam diretamente com a questão da parceria do café. Não temos conseguido resolver totalmente, mas temos conseguido amenizar a situação.

Quais as dificuldades que vocês têm enfrentado para organização de um sindicato de novo tipo?

Trampolim - Em São Paulo, a maioria dos dirigentes sindicais são pequenos proprietários, estão ligados à Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo - Fetaesp, e não tem interesse de levar o processo de formação da classe. O que é que nós temos feito para mudar esta situação? Temos convocado os companheiros dirigentes sindicais com os quais acreditamos ter possibilidade de discussão política e temos tentado esclarecer esses companheiros sobre a política da

Federação. Fundamos o Departamento e vamos tentar organizá-lo. Nós estamos em processo de organização. Já fizemos o seminário, fizemos o processo de fundação, mas não está organizado. Existe uma comissão provisória que são companheiros que articulam as lutas em três frentes: a luta pela terra, a luta pela política agrícola e a luta pelo salário.

Estamos pensando, na medida do possível, realizar congressos de trabalhadores rurais no Estado de São Paulo, por categoria, um congresso puxado por assalariados, um congresso puxado pelos sem-terra.

Nós entendemos que a questão da terra deve ser assumida pelo sindicato, porque hoje é levada paralelamente. Vamos propor o encontro entre as coordenações das três comissões para tentar levar uma política conjunta: não uma política de confronto, mas uma política de somar forças. No caso dos pequenos proprietários, vender os seus produtos para os assalariados mais barato, sem intermediário, chamar os companheiros pequenos proprietários para apoiar a luta pela terra e também vice-versa, apoiar a luta dos assalariados por melhor salário.

Entrevistador: Leonilde Medeiros

Outubro de 1989 (III Concut)

José Novaes

Iniciou na militância sindical em Alagoas, fundando sindicatos rurais no início da década de 60. Com a repressão, precisou interromper seu trabalho. Desde o final dos anos 70 vem se dedicando à organização dos trabalhadores na área rural da Bahia..

“Nossa perspectiva é tentar, através dos trabalhadores da cidade, buscar a unificação cidade-campo e, dentro desta unificação, compreender melhor toda esta diversidade e fazer um programa de trabalho e de luta para estes camponeses.”

“O pequeno produtor tem a propriedade e luta pelo seu pedaço de terra, pela sua propriedade e detém os instrumentos de produção. Os assalariados já perderam estes instrumentos e têm unicamente a força de trabalho. São operários agrícolas, devem estar organizados de forma diferente.”

Que propostas tem a CUT para fazer uma união das diversidades no campo, tanto de produção como de relações de trabalho?

**É necessário
unificar campo e
cidade**

Novaes - Este é um dos principais problemas nossos. A CUT tem sido importante, tem dado apoio a determinadas lutas, mas ainda não foi capaz de programar as necessidades reais desta diversidade. Agora, a nossa perspectiva é tentar, através dos trabalhadores da cidade, buscar a unificação cidade-campo e, dentro desta unificação, compreender melhor toda esta diversidade e fazer um programa de trabalho e de luta para estes camponeses.

Em torno da questão da diversidade no campo, existe hoje no seio da CUT uma série de propostas. Como esta discussão está sendo colocada na Bahia?

**O sindicato por
ramo de
produção**

Novaes - Esta discussão está praticamente na estaca zero na Bahia. Em primeiro lugar, porque a concepção sindical que foi criada para os trabalhadores rurais foi a de sindicatos por município e uma miscelânea entre o pequeno proprietário e o assalariado agrícola. São duas classes. O pequeno produtor, embora ele seja pequeno, pobre, arrebitado, tem a propriedade e luta pelo seu pedaço de terra, pela sua propriedade e detém os instrumentos de produção. Os assalariados já perderam estes instrumentos e têm unicamente a força de trabalho. São operários agrícolas, devem estar organizados de forma diferente.

Em todo o Brasil os sindicatos estão sendo praticamente todos dirigidos pelos pequenos proprietários. Os assalariados agrícolas ficam à margem do sindicato. Portanto, há necessidade de se organizar os dois; são duas vozes diferentes. Porém, eu penso de uma outra forma ainda: nós temos que centralizar os trabalhadores por ramo de produção. O ramo de produção do campo é a agropecuária e nós vamos ter que envolver desde quem trabalha na produção, desde caminhoneiro, até aquele que faz a cerca, aquele que roça o pasto e aquele que produz, num único sindicato. O assalariado, desde aquele que trabalha na roça até o que trabalha na indústria da cana ou o que trabalha na indústria do alimento é o mesmo assalariado. Nós temos que aglutinar todo mundo neste conjunto para evitar o corporativismo e o controle da burguesia.

Do ponto de vista da estrutura, nós vamos ter que desmunicipalizar o sindicato, nós vamos ter que ampliar mais este sindicato, ou por regiões de produção, ou por estado e os municípios se transformarem em sub-sedes ou delegacias, como se chama nos setores rurais. Só assim nós globalizamos mais os trabalhadores para uni-los numa luta maior.

*Entrevistador: Luciano Padrão
Leonilde Medeiros
Outubro de 1989 (III Concut)*

Adelmo Escher

Originário de Francisco Beltrão, sudoeste do Paraná, é membro do Departamento Rural da CUT e da Executiva da Central.

“Não é criar novas instâncias que vai solucionar o problema do pequeno produtor. Ele se resolve politicamente, principalmente no sentido de você dar uma resposta econômica ao produtor e que pode ser por dentro do sindicato.”

“Nós temos condições de ter estruturas flexíveis mas temos de preservar os nossos princípios. O grande desafio é construir uma política ampla para os diversos setores de produção.”

“A Central não é uma central de movimentos, mas de sindicatos que, pela sua agilidade de estrutura, dentro de um princípio de lutas que se tem, consegue integrar tudo dentro de uma proposta de luta concreta dos trabalhadores. Eu defendo, em termos da Central, em termos dos departamentos e dos sindicatos, a proposta da luta pela terra.”

Qual a sua posição em relação ao debate que hoje se coloca sobre sindicatos por categoria?

Adelmo - Eu defendo a formação dos sindicatos dos assalariados, mesmo com toda a diversidade que existe em termos dessa categoria. Por outro lado, eu avalio que, de um modo geral, nos sindicatos dos pequenos produtores há possibilidade de você conseguir avançar, no sentido de que as comissões consigam aglutinar os produtores; há possibilidade de globalizar as propostas, as reivindicações, as exigências dos pequenos produtores. Para mim, não é criar novas instâncias que vai resolver ou encaminhar e solucionar o problema do pequeno produtor. Não é criando agora o sindicato dos avicultores, o sindicato do bichinho da seda, o sindicato dos fumicultores que se vai resolver o problema deles.

A multiplicação de organizações por si só, não soluciona as questões dos pequenos produtores

Ele se resolve politicamente, principalmente no sentido de você dar uma resposta econômica ao produtor e que pode ser por dentro do sindicato. Nós, porém, já temos experiências em muitos estados e regiões de que não tem mais como você segurar certos sindicatos. Por exemplo, o Sindicato dos Produtores de Aves de Santa Catarina. É o Sindicato dos integrados do frango. Num primeiro momento, quem estava puxando era a Associação dos Produtores de Aves que engloba os pequenos produtores, os médios e os grandes. Nesse caso específico, o grupo da CUT se antecipou e criou o Sindicato dos Pequenos Produtores do Frango.

A proposta da Associação era só trocar o nome: de associação passaria a se chamar Sindicato dos Produtores de Aves, englobando o pequeno, o médio e o grande produtor.

Isso se faz a partir de uma necessidade desses pequenos produtores?

Adelmo - Num primeiro momento, a luta da Associação era por melhores preços do frango, porque há uma crise bastante grande, a produção de frango não compensa mais nos dias de hoje. Agora, para melhorar o preço do frango têm várias questões por trás: o custo de produção, o crédito etc. Quando ia passar as reivindicações em termos do crédito, por exemplo, na política agrícola está definido: o crédito é igual para todos. Se você tem o Sindicato dos Pequenos Produtores, você pode ter uma política específica para o pequeno, por exemplo, tendo um crédito subsidiado, tendo um custo de produção alternativo, mais barato. Você consegue definir melhor as reivindicações desse setor.

No meu entender isso pode se fazer não unicamente por uma instância nova que se crie, mas por dentro do sindicato. Por exemplo, através das comissões. Se o sindicato, a direção do sindicato tem uma compreensão dos problemas dos trabalhadores, ele contempla também essa parte dos integrados. Quando você reivindica um crédito voltado para o pequeno, instrumentos da política agrícola diferenciados do grande, isso passa também por dentro do mesmo sindicato. Não é pelo fato de nós criarmos o Sindicato dos Avicultores que se pode levar à frente essa política.

As lideranças que vão compor a diretoria desse Sindicato dos Avicultores saem do sindicato que já existia?

Adelmo - Sim. Em Santa Catarina, principalmente na região Oeste, onde tem as agroindústrias da Sadia, da Chapecó, da Seara, de uma cooperativa e da própria Perdigão, a característica desses produtores é de serem pequenos. É a região onde o sindicalismo está mais avançado. Então é evidente que grande parte dos produtores de frango são sócios desse sindicato existente, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. No momento em que se cria o Sindicato Estadual dos Produtores de Frango, muitos desses vão sair do sindicato tradicional, esse sindicato nosso de hoje, para se filiar ao novo.

Pode ocorrer também uma dupla filiação. Poderá acontecer no caso dos avicultores, como ocorre nos fumicultores. Por isso eu não defendo o sindicato por ramo. Uma característica nossa, do pequeno produtor, e me parece que não é diferente do Sul para o Nordeste (no Nordeste o pequeno produtor é muito mais tradicional ainda), é que

**As estruturas
podem ser
flexíveis**

ele está mais diversificado: produz frango, produz suíno, produz milho. Então, se nós formos criar o sindicato por ramo de produção, o mesmo produtor está encaixado em três ou quatro sindicatos.

Eu defendo o sindicato do pequeno produtor mas, no momento e na conjuntura que nós estamos vivendo, não vamos ter mais condições de evitar o surgimento desses sindicatos.

Por exemplo, na área dos fumicultores, boa parte dos produtores do fumo produzem só fumo, mas também uma grande parte dos produtores de fumo também produz milho, até soja, suíno, aves. Agora, ele vai pertencer a três ou quatro sindicatos.

No que se refere ao sindicato, nós temos condições de ter estruturas flexíveis mas temos de preservar os nossos princípios. Quando se fala do sindicato nós já nos espelhamos nesse sindicato que estamos vivendo, nós não estamos conseguindo imaginar uma nova forma de estruturação do movimento sindical.

Para mim, o grande desafio é construir uma política ampla para os diversos setores de produção. Qual é a proposta que nós defendemos no caso da política agrícola? Qual é a proposta nossa na luta dos assalariados? Num primeiro momento, é muito mais complexo na área da produção. Mas se a CUT tem uma proposta de política de crédito, de instrumentos da política agrícola, o sindicato do produtor, se existir, vai se encaixar diante dessa proposta; se existe o sindicato dos avicultores ele vai se encaixar a essa proposta, então vai se dar a unidade na ação.

Hoje, nós temos definidas três grandes bandeiras de luta, que são a luta pela terra, a luta do pequeno produtor, no caso pela política agrícola, e a de assalariados. É evidente que aonde predomina o pequeno produtor é mais diversificada a atuação do sindicato. Então você vê que tem que ter dentro da área da política agrícola a luta pelo preço, a luta por crédito, a luta por seguro, o próprio custo de produção. E aí entra o aspecto das associações.

João Roberto Ripper



Assentados na Fazenda Annoni, Rio Grande do Sul.

As associações e o sindicato

Hoje nós estamos meio confusos quando se fala em associação. Nós pensamos em associação dos produtores que engloba o pequeno, médio e o grande. Mas tem associações que são uma forma mais concreta de organização dos pequenos produtores via o seu sindicato. Como é que se organiza isso? É por comissão. Se nesse sindicato vai ter produtor de suíno, forma uma comissão dos produtores de suínos. Mas, por sua vez, esses também produzem frango, produzem milho. Então tem que ter uma discussão política, uma compreensão política para ter a luta econômica. Essas comissões passam a existir por dentro do sindicato e coordenadas. Aí é que dá para mim uma visão mais de classe, mais ampla e exige muito mais dos dirigentes para ter essa compreensão.

Veja bem, se você tem a comissão da política agrícola e tem o produtor de frango, o produtor de suíno, o produtor de feijão, o produtor de milho, o que unifica isso? Pode ser discutido por dentro da mesma comissão. Por que se for analisar, os três, no fundo, dependem do crédito, todos eles dependem de um custo de produção mais baixo. Daí entra a parte de produção alternativa: como é que vamos produzir o milho com um custo mais baixo, como é que vamos criar o porco com um custo mais baixo, como é que vamos reivindicar junto à agroindústria para que os alimentos do frango estejam com preço mais baixo, o que vai dar um lucro maior. Tem questões que unificam a partir da mesma comissão.

Por outro lado, quando se fala do produtor até certo ponto tradicional (não sei se é a palavra mais real, mais concreta), entra a parte das associações.

As associações são uma forma inicial deles começarem a se organizar?

Adelmo - Por exemplo, quando a associação de pequenos produtores passa a ter a análise de que o transporte é que eleva o custo, eles compram um caminhão. Essa associação está sendo coordenada por um grupo a nível do município, por uma comissão, que pensa, analisa, mais política. Um companheiro, para comprar um caminhão hoje, não tem mais condições. Então, cinco ou seis ou dez, isso vai depender, compram esse caminhão. Isso é uma associação de cooperação, não é uma associação, conforme está se dizendo aí, dos produtores. Essa associação está concretamente ligada à proposta sindical. Essa é que é a diferença. Ela é ligada ao sindicato, está dentro da estrutura sindical, é criada pelo sindicato. Se o sindicato é combativo, ele se preocupa com os produtores, e uma forma de organização dos pequenos produtores pode ser a associação.

Ou seja, a associação é uma forma de organização que fica sob o controle político do sindicato, mas ela não é integrada na estrutura do sindicato. Na estrutura do sindicato você tem as comissões.

Adelmo - Exato.

Esse sindicato junta a luta de terra e a luta do pequeno produtor?

Adelmo - Sim. Quando você passa a luta pela terra por dentro do sindicato, você não vai formar o sindicato dos sem-terra. No sindicato que tem uma comissão para organizar

política agrícola, tem também uma comissão de luta pela terra, tem uma comissão de saúde, da mulher, do jovem.

Por exemplo, o nosso Sindicato tem sete comissões e é coordenado por um conjunto de direção. No meu entender não é um sindicato único, é um sindicato dos produtores e, dentro dessa proposta, não seria tão difícil de compartilhar com os assalariados.

Mas, eu avalio que a grande parte dos nossos dirigentes estão ainda dentro de uma visão corporativista. Vamos atuar, muitas vezes, especificamente em cima de uma bandeira de luta. E pela debilidade, dificuldade, limitações que o movimento sindical tem, até, muitas vezes, pela falta de quadros, dinheiro, finanças etc., ele não consegue articular todas essas frentes.

O fundamental é ter uma visão de classe

Hoje, com o grande número de assalariados que existe, você vai ter limitações, por dentro de um sindicato único, na atuação, numa proposta, num acordo, nas negociações dos assalariados, um pequeno produtor negociando num acordo coletivo ou coisa assim, em relação aos assalariados. Regiões, como por exemplo, o Nordeste, tem uma grande parte em que o sindicato é específico de assalariados. No nosso próprio Estado, temos dados de quatrocentos e cinquenta mil assalariados, que estão muito mais enraizados na região Norte. Já temos exemplos concretos até de sindicatos ligados à CUT, em que noventa e cinco por cento dos associados são assalariados.

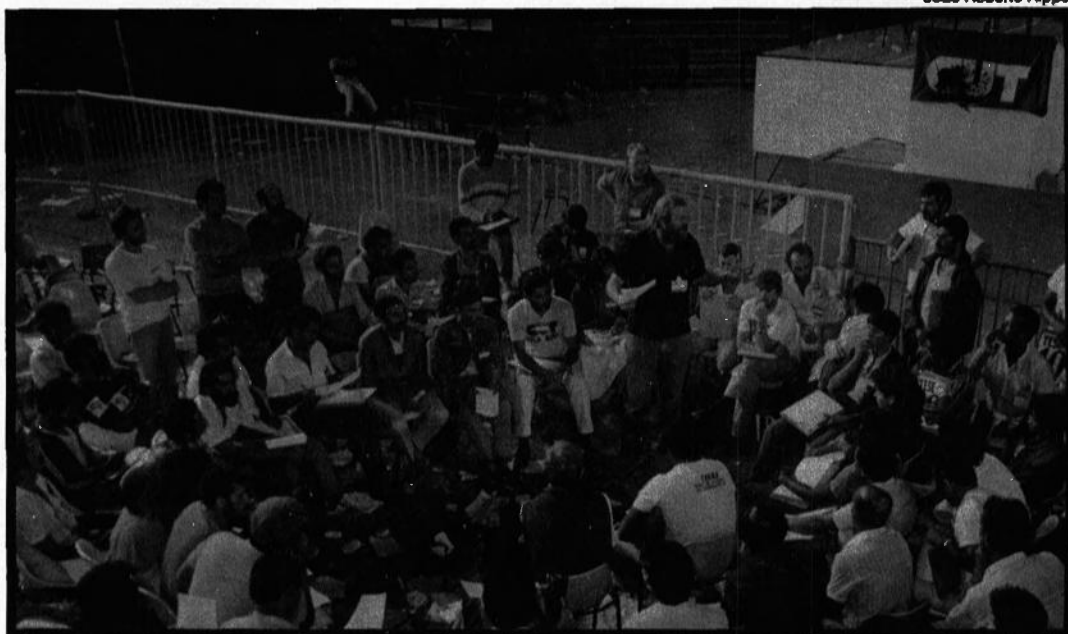
Nós temos que ter uma visão de classe. É diferente quando você coloca o pequeno produtor no sindicato, por ramo de produção. O pequeno produtor tem uma visão do geral da produção.

Eu vejo que estrutura não é o problema. Pode-se até formar sindicato estadual ou regional. Certa vez um companheiro levantava que, numa região de São Paulo, existe uma usina e existem cinco municípios e cada município tem o Sindicato dos Assalariados. Hoje eles já conseguiram entender que é necessário formar um sindicato dos cinco, um sindicato regional, porque tem o mesmo objetivo, os trabalhadores dos cinco municípios trabalham na mesma indústria, na mesma fábrica, são da mesma forma explorados, não tem sentido formar cinco diretorias, ter cinco negociações.

Quando se forma o sindicato por ramo, como fica o Sindicato dos Trabalhadores Rurais? Vai ter outro tipo de associado para ele ou ele tende a se esvaziar?

Adelmo - No fundo, não se tem uma experiência disso. Mas, se avançar essa idéia de sindicatos por ramo (parece-me que não vai avançar muito), eu avalio que esse sindicato existente nos dias de hoje, se ele tem só esses ramos filiados (agricultores, fumicultores, bichinho da seda), ele tende a desaparecer. Mas eu avalio que, dessa forma que está se colocando hoje a estrutura por ramo de produção, ela tende a não dar resposta a curto prazo. Quer dizer, os trabalhadores vão perceber que essa estrutura não vai mudar o seu ganho, não vai melhorar suas condições de vida, sua condição de trabalho. Com o passar do tempo, na luta, pode até desaparecer o que foi criado agora.

Parece que se delineia realmente uma tendência a ficarem três coisas separadas: assalariados, pequenos produtores e os sem-terra...



Trabalhadores rurais reunidos no 3º Congresso Nacional da CUT, Belo Horizonte, 1988

**A luta pela terra
faz parte do
projeto classista
dos trabalhadores**

Adelmo - Em determinados estados, hoje ainda está se trabalhando no mesmo sentido em termos de sem-terra e sindicatos. Agora, de um modo geral, está se delineando isso que você coloca. Quer dizer, a luta pela terra e a luta sindical (nesse caso os produtores e assalariados, com a criação de sindicatos próprios). Por isso, a minha avaliação é que passa pela Central essa integração. Para mim, o sentido da Central é isso. Não é uma Central de movimentos, mas é uma Central de sindicatos que, pela sua agilidade de estrutura, dentro de um princípio de lutas que se tem, consegue integrar tudo dentro de uma proposta de luta concreta dos trabalhadores. Isso entendendo a luta pela terra dentro de um projeto mais amplo. Por isso eu defendo, em termos da Central, em termos dos departamentos e dos sindicatos, a proposta da luta pela terra. Ela faz parte de um projeto dos trabalhadores, um projeto classista, de mudança de sociedade. Agora, nós estamos tendo certas balizas. Para mim está muito claro que vamos ter que trabalhar mais daqui para a frente para aprimorar o nosso projeto político. Eu não sei se sou otimista ou pessimista, mas na minha opinião é com o passar do tempo, dois ou no máximo três anos, que se clareia essa parte e a luta dos trabalhadores mais consequentes tenderá a tirar uma definição de luta concreta e o avanço dentro da unificação, na luta do dia-a-dia dos trabalhadores.

Nos três casos de sindicato por ramo como você acha que eles tendem a ficar? Dentro do campo da CUT mesmo?

Adelmo - O sistema capitalista já tem delineado qual o setor, quais são as regiões que vão produzir bichinho da seda, outras regiões que vão produzir mais frango, soja. No fundo já está se encaminhando isso. Quem explora, quem produz ave é a agroindústria, quem explora o bichinho da seda é a cooperativa ou a agroindústria. São um ou dois que estão explorando milhares e milhares de trabalhadores, que dependem de crédito, do seguro, do transporte, de um custo de produção.

No meu ponto de vista, a CUT tende a compreender cada vez mais este processo e a desenvolver um sindicalismo mais avançado, definindo melhor propostas mais concretas, reais, de base.

Quando esses produtores se separam do sindicato que já existe, não há uma certa cobrança? Não é como se fosse uma denúncia política também daquele sindicato?

Adelmo - Eu avalio que se esse sindicato "tradicional", como eu estou chamando, é um sindicato comprometido, ele tende a compreender que é um momento histórico que nós estamos passando; que o sindicalismo (não só o sindicato, mas a luta dos trabalhadores, as instâncias, as organizações dos trabalhadores) está numa certa crise política. O sindicato cutista deve ter essa compreensão e vai levar em frente uma proposta concreta para que o produtor, seja a partir desse sindicato ou a partir do sindicato específico, por ramo, realmente conquiste aquilo que é necessário: um melhor preço, melhores condições, mesmo que, em um primeiro momento, pareça um impacto de confronto entre sindicatos, porque o sindicato não deu resposta às suas exigências. Agora, se o sindicato é pelego, aí sim você vai ter condições até de avançar nessa base para que o sindicato consiga dar a resposta mais correta.

Mas o interessante é que a maioria das experiências está saindo dos sindicatos Cutistas, não é?

**É preciso
resguardar os
princípios da CUT**

Adelmo - Para mim, é uma coisa importante, uma coisa de avanço: se é sindicato combativo é porque realmente ele desenvolveu uma luta. Também não é unicamente "não dar resposta". Não é pelo fato de criar o sindicato por ramo que vai resolver os problemas. Se ele não der qualidade ao seu sindicato, também não vai dar resultado.

É um aperfeiçoamento, um avanço da proposta na luta e conquistas que vai fazer consolidar o sindicato ou não. O sindicato pelego não trabalha para uma dinamização maior da luta dos trabalhadores e fica muito mais no presidencialismo, assistencialismo, dando essas condições reais para que se coloque o corporativismo no sindicato, que vai resolver só os problemas e não fazer com que os trabalhadores sejam os agentes da sua luta. Aí nesse caso é que entra a grande maioria dos dirigentes sindicais, de Federações e da própria Contag.

A CUT hoje não está tendo definição total de uma estrutura sindical, mas tem dentro dos seus princípios o rompimento dessa estrutura sindical. No caso do campo, vai se rompendo e isso vai começar a dar corpo a essas definições ou discussões que nós tivemos de rigidez nos princípios mas flexibilidade na estrutura. Para a Contag, me parece até o momento, a proposta é muito mais de não ser flexível em termos da estrutura (a estrutura é essa, corporativista).

É muito mais fácil trabalhar dentro de uma visão fechada, rígida, do que ter essa flexibilidade. Por isso, para mim, o grande desafio é nós nos capacitarmos cada vez mais para ter essa compreensão e coordenar a luta dos trabalhadores.

Eu fico preocupado de não nos perdermos na fumaça, com toda essa diversidade de formas de organização. Mas vejo que, se nós temos o mínimo de uma proposta, quem

ganha na adesão concreta, na ação, é a melhor proposta. Por isso, o pluralismo de organização dos trabalhadores é que dá as condições reais de você enfrentar o inimigo, essa proposta do sistema que está aí.

Você consegue levar em frente essa rigidez nos princípios se você consegue realmente ter uma proposta mais adequada, a melhor proposta.

Entrevistadoras: Mariana Pantoja Franco

Neide Esterici

Agosto de 1989

Ari Thessing

É pequeno produtor de fumo de Santa Cruz do Sul, delegado do Sindicato de Trabalhadores Rurais de seu município junto à Federação dos Trabalhadores na Agricultura, liderança dos fumicultores de sua região e um dos articuladores da proposta de criação do Sindicato dos Fumicultores do Rio Grande do Sul. É também suplente de vereador pelo Partido dos Trabalhadores - PT.

“Nós somos empregados das multinacionais. Empregados, com uma pequena propriedade privada, mas empregados.”

“Queremos ter espaço de discussão dentro das centrais que se criam para participação dos trabalhadores. Porque se nós não formos considerados trabalhadores, então acho que não precisamos nem fazer reforma agrária.”

“Nós não deixamos também de atuar dentro do sindicato de trabalhadores rurais, porque nós não temos a certeza se vamos ter acesso à mesa de negociação como sindicato por ramo de produção.”

Como você situaria os pequenos produtores de fumo? São trabalhadores ou uma parte já pode ser considerada como empresários?

**As condições da
plantação de
fumo**

Ari - Nós somos empregados das multinacionais. Eu hoje os colocaria como empregados, com uma pequena propriedade privada, mas empregados. Porque eles não podem se desvincular de plantar fumo, pela própria estrutura que se cria para isso e pela pequena quantidade de terra necessária para fazer uma produção. Você precisa apenas de cinco hectares para sobreviver tranquilamente. E, nessa propriedade, o que você vai ter que fazer se criar uma estrutura para o fumo? Você planta um hectare ou mais de eucálikto e abandona todo o resto. Essa estrutura que você cria na propriedade não tem condições de abandonar: fica

na dependência. Se houvesse um trabalho bem-feito, talvez algumas pessoas pudessem deixar de plantar.

Mas nós sabemos também que, se, na nossa região, deixarmos de plantar, a Souza Cruz tem áreas onde está investindo. Ela ataca justamente as áreas mais pobres, onde há minifúndios. Investem lá três, quatro mil cruzados novos sem juros, por três anos e, em quatro anos, ela tem fregueses para controlar a produção de fumo.

As multinacionais investem muito onde há minifúndio, porque o fumo é um produto que não pode ser mecanizado. O minifúndio para eles é interessante pela mão-de-obra barata que existe. Hoje eu não diria mais que somos proprietários: nós já somos empregados das multinacionais, pela dependência que temos delas.

Como se dá a dependência? É um contrato?

Ari - Pelas vantagens financeiras que elas dão. Por exemplo, você quer construir um forno, um paiol (hoje, o valor está em três mil e duzentos cruzados novos), eles dão em três anos sem juros. Mas o contrato diz que você tem que vender fumo esses três anos para a firma que financia. Então eles conseguem atrair, segurar os trabalhadores, fazem com que sempre dependam delas. Agora, por exemplo, para as pessoas que não estão mais construindo, que já têm a estrutura na sua propriedade, elas estão largando o dinheiro sem juros, a título de investimento para futura safra. Elas dão esse dinheiro para ter o produtor na mão.

Algumas lideranças sindicais têm colocado que nós não somos trabalhadores, mas sim considerados como microempresários ligados às multinacionais. E isso eu não concordo. Eu entendo bem diferente. Eu acho que, enquanto trabalhadores da roça, seja qual for o nosso produto, somos trabalhadores. Queremos continuar a ser assim tratados, queremos ter espaço de discussão dentro das centrais que se criam para participação dos trabalhadores. Porque se nós não formos considerados trabalhadores, então acho que não precisamos

A produção de fumo

O ciclo da produção de fumo começa em maio, com o preparo dos canteiros e sementeira das mudas. Em agosto, o fumo é plantado e exige cuidados permanentes até a colheita, que se dá em janeiro e fevereiro. A seguir é seco em estufa para, posteriormente, ser comercializado.

A área média para produção de fumo é de 5 ha, sendo uma parte dela plantada com eucaliptos. A produção de lenha é necessária para as estufas de secagem das folhas de fumo.

O trabalho é fundamentalmente familiar, sendo comum a troca de serviços entre vizinhos. Eventualmente utilizam-se assalariados na época da colheita. São trabalhadores completamente expropriados que ora trabalham nas fumageiras, ora em outros municípios, com outras atividades.

nem fazer reforma agrária. Porque vamos fazer reforma agrária se os pequenos produtores de fumo com cinco, seis hectares não são considerados trabalhadores?

Nós somos trabalhadores

Hoje, como estamos trabalhando na organização do sindicato de pequenos produtores, aquela colocação me deu a entender que eles estavam nos chamando de capitalistas. Somos pequenos produtores no sentido de termos uma pequena área privada; jamais deixamos de ser trabalhadores. Eu não vi nenhum fumicultor, pequeno produtor, ampliar sua área de terra. Na realidade nenhum de nós hoje consegue avançar, comprar mais terras. Hoje nós apenas queremos nosso espaço de discussão como trabalhadores.

Você poderia contar como foi o movimento dos fumicultores?

A negociação do preço do fumo

Ari - A negociação dos preços do fumo, desde os anos 70, era feita pela Afubra, Associação dos Fumicultores do Brasil. A Afubra, com o passar dos tempos, se atrelou às multinacionais. Hoje ela é uma testa-de-ferro das multinacionais. Tem uma grande empresa em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul e tem sua sede matriz em Santa Cruz. Vende todos os implementos agrícolas e é uma seguradora do fumo. Faz o seguro, dá garantia se houver um temporal ou alguma coisa neste sentido. Nos anos 70, ela se frustou em algumas negociações e aí sentiu-se um pouco prejudicada pelo peso que as pessoas colocaram em cima dela, cobrando qualquer negociação malfeita. Então, estrategicamente, ela chamou as federações e os sindicatos para negociar, para fazer parte do Conselho. Por exemplo, a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul - Farsul, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul - Fetag-RS, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Santa Catarina - Fetaesc, a Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina - Faesc, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná - Faep, Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná - Fetaep. Aí moveu a estrutura sindical e fizeram algumas negociações. Não havia movimento na

João Roberto Ripper



Manifestação dos trabalhadores em Brasília, 1987.

época; não se poderia fazer um movimento, por causa da ditadura militar que estava no poder. Mas, em 81, começaram a surgir os primeiros movimentos dos fumicultores no sentido de ter também participação na negociação e não só as federações. Em 86, foi desencadeada uma greve que durou poucos dias, foi espontânea e, imediatamente, as federações e a Afubra entraram no movimento e conseguiram 15%. Mas eles entraram para abafá-lo. Conseguiram fazer isso imediatamente, como consequência da greve de 86.

Como eles fazem uma greve?

A "greve" dos fumicultores

Ari - Fazem piquetes na frente das fábricas. A comercialização começa no dia primeiro de janeiro e vai até dia 30 de junho e o grosso da produção entra de 15 de janeiro a 15 de março. Então, nesses meses, estrategicamente, se consegue facilmente dominar as empresas, trancando os portões, não deixando os caminhões entrarem.

Em 86, nos 10 dias em que se fez greve, não entrou nenhum caminhão com fumo. Quando é desencadeada uma greve, é um fenômeno importante. Faz-se um anúncio no rádio de que há piquetes nas fábricas e muitos colonos nem mandam fumo pelo medo de que ele possa ser queimado.

Em consequência desses movimentos foi feito um protocolo e aí a coisa realmente mudou um pouco. Fizeram uma discussão razoável, dando algumas garantias para o produtor de fumo que não tinha em outras épocas, como a correção monetária, o que representava um aumento real de vinte e sete por cento na época. Até então era corrigido pela OTN fiscal.

Só que, a partir desse momento, as pessoas se acomodaram, não se preocuparam mais. No ano passado, eu participei da negociação do fumo de novo. Quem fala lá é Afubra, as federações que estão lá em cima. Quem realmente articula as coisas, é o Sindifumo, o Sindicato das Indústrias de Fumo, pela facilidade que eles tem para manipular essas pessoas. Eles dão um percentual e dizem que não negociam mais e as federações acabam assinando. Na oportunidade, já era tarde demais para mobilizar qualquer tipo de manifestação, porque já passava de 15 de março. Não cabia fazer uma greve, porque ela seria um desgaste. O aumento percentual foi de 6%. Não pude reclamar, pensei esperar um pouco, tentar deixar amadurecer, já começar anunciar, trabalhar na base nesse sentido.

A negociação de 1981

Quando chegou 31 de janeiro deste ano (1989) foi chamada uma nova negociação por causa do Plano Verão, que extinguiu a OTN fiscal. Era para ser aquele dia a reunião, para discutir critérios para substituir a OTN fiscal. A partir desse momento, eles sentindo que a inflação ia ser muito alta (estava para ser divulgado o índice de 70,28%), ofereceram para as federações e para a Afubra 26% de aumento e a garantia do IPC. Mas, o interessante é que o protocolo anteriormente assinado garante que, se o governo, por qualquer medida econômica, extinguir a OTN fiscal, o que corrigirá o fumo naquele mês será a inflação. Então, eles se anteciparam às negociações e, sabendo que a inflação seria 70,28%, só deram 26% e as federações entraram no jogo. Aliás, deveriam estar sabendo disso, a Afubra também, e assinaram o protocolo naquele dia. Quando eu me manifestei na reunião, dizendo que nós deveríamos esperar por uma divulgação da inflação, mandaram me calar.

Eu já tinha articulado algumas lideranças, porque sabia que isso poderia ocorrer. Reunimos essas lideranças e discutimos que não dava mais, em termos de negociação

de fumo, com essa estrutura sindical e com a Afubra que é a poderosa. Nós não poderíamos mais suportar, com tantas perdas, que os sindicatos, as federações e a Afubra nos representassem. Resolvemos fazer uma reunião de lideranças onde foi decidida uma assembléia para o dia 22 de fevereiro, para chamar os colonos e colocar a situação. Conseguimos penetrar na imprensa, que divulgou muito o fato, e eu denunciei que a Fetag, as outras federações, a Afubra não poderiam ter mais a nossa confiança para qualquer tipo de negociação, não tinham mais legitimidade para nos representar.

A assembléia foi um ato histórico dentro da região. Fizemos algum chamamento e, no dia, vieram mais de 2.000 agricultores. Aí se partiu para a greve, greve no sentido de fazer piquetes, na frente das empresas e trancar os portões das fábricas.

Mas encontramos um problema agora, nesse último movimento que tivemos: o Estado de Santa Catarina não aderiu e todo fumo de lá vinha para a fábrica, o que nos prejudicava. Entrou também a questão da violência da Brigada, que espancou os fumicultores nos portões das fábricas e muitas coisas mais. O movimento estava cada dia crescendo e os sindicatos e a Afubra cada vez mais contra. Tomaram uma posição de que o movimento tinha conotações políticas e promoções pessoais e aí dificultou muito para nós, enquanto comissão.

Essa comissão, é formada por um conjunto de agricultores?

Ari - Ela tem representantes de 14 municípios e até hoje continua articulada.

E quem apoiou? Que entidades?

Ari - O apoio que recebemos que mais ajudou foi da Igreja. No momento em que a Igreja sentiu a violência e que o movimento era justo, realmente se colocou à nossa disposição. Também os sindicatos dentro das cidades, por exemplo, os metalúrgicos de Santa Cruz, os bancários, o Movimento dos Direitos Humanos, a nível estadual, o Justiça e Paz: essas entidades apoiaram e, no demais, alguns políticos, alguns petistas, outros do Partido Democrático Trabalhista - PDT, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB. Para nós foi importante esse apoio político de outros partidos justamente porque o movimento era colocado como um movimento partidário e de promoções pessoais. Isso foi interessante.

Você falou que é delegado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A base dele é de fumicultores também ou tem outras categorias?

Ari - Em Santa Cruz, nós temos cerca de 7 mil fumicultores, pequenos produtores, e o Sindicato tem mais de 7 mil associados. É lógico que aí entra a questão de que há outros ramos de produção no Sindicato. Por exemplo, leite, suínos... Há alguns que plantam um pouco mais de milho, soja também há. Mas a produção é diversificada, porque as próprias fumageiras incentivam a diversificação. Elas dizem que o colono é o responsável por não ter dinheiro, porque ele só planta fumo e não planta para comer. É uma estratégia que elas usam: se o agricultor planta para comer, diversifica a agricultura, ele colhe seu fumo, pode ter baixa no seu preço e nunca vai reclamar:

"Não! Eu tenho o que comer; esse que não tem dinheiro aí, ele também poderia diversificar. Está reclamando o preço do fumo, isto não está correto". É uma estratégia ideológica que elas usam muito bem, que penetra muito bem, porque nós também defendemos a nossa diversificação da agricultura. As multinacionais souberam muito bem aproveitar isso. No nosso Sindicato realmente o que predomina são os plantadores de fumo.

É um dos sindicatos mais fortes. Há 2 anos atrás, quando eu concorri à direção, nosso candidato a presidente tinha um discurso progressista. Só que eu não sabia que, por detrás das portas, os instrutores de fumo estavam fazendo campanha para nós. Então rompemos, houve brigas internas. Hoje não tem mais espaço para atuar lá dentro, mas, em geral, esses fumicultores que atuam, que são associados nesses sindicatos, são produtores de leite também, vendem seu porco, vendem sua soja.

Qual a vantagem de criar um sindicato por ramo de produção. Será que o problema não é a atuação não combativa do atual? Como você vê essa diferença?

**A criação do
sindicato por
ramo de
produção**

Ari - Eu acho que essa idéia tomou pernas porque os outros não são combativos. Os próprios colonos, na greve, quando o sindicato se omitia, a Afubra se omitia, diziam: "nós vamos criar nosso próprio sindicato". Como a gente era líder do movimento, tivemos que acatar o que as pessoas decidiam, como grevistas, que tinham participação na assembléia, que faziam movimento. Eu pessoalmente achava que se deveria primeiro pensar, trabalhar muito melhor. Depois do movimento, como não houve percentual, conseguimos que imediatamente se criasse o nosso Sindicato, por ramo de produção.

A minha opinião pessoal, pelo trabalho que estamos fazendo, de organizar, é que há uma facilidade até de responsabilidades de um sindicato. Ele só precisa atuar em um ramo de produção, aperfeiçoar-se, aprofundar na questão que ele defende. Isso é muito interessante quando hoje vemos que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais abrange todas as categorias a nível rural e não consegue atender, porque não cria departamento, não discute nada.

Eu acho interessante essa idéia, de criar o sindicato para organizar uma categoria por ramo de produção. É mais fácil fazer esse trabalho. Estou sentindo isso nas reuniões que estamos fazendo, nas discussões nas bases. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais pode ser combativo, mas se falha em uma categoria é condenado como um todo. Com o ramo de produção não aconteceria isso.

Mas nós não deixamos também de atuar dentro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, porque nós não temos a certeza se vamos ter acesso à mesa de negociação como sindicato por ramo de produção. Nós não sabemos se o Sindicato da Indústria de Fumo, o Sindifumo, vai nos aceitar. Eles sabem que quem está à frente desse Sindicato são pessoas que têm sua posição política definida, sua ideologia. Enquanto isso, a Fetag, as federações, a Afubra, eles também sabem quem são. Hoje, o único medo que a gente tem é que o Sindifumo convoque as federações, a Afubra e nos deixe de fora. Se isso acontecer, automaticamente nós deixamos de existir. Esse é o medo.

Além desta questão da eficiência que pode ter, há ainda uma questão política?

Ari - O sindicato das indústrias é formado por 17 empresas. Só dentro de Santa Cruz existem 12 indústrias: Souza Cruz, Arenos, Sudan, Meridional, etc. São todas ligadas ao Sindifumo, que tem na sua testa um homem com uma postura, uma firmeza em defender essas indústrias, que é uma coisa fora de série. Aí que entra o problema: nós, enquanto produtores, como é que nós vamos pressionar pessoas para entrar numa mesa de negociações? Eles usam uma estratégia interessante: estão mudando a data da negociação, que sempre foi em janeiro, para maio, justamente porque se eles derem um percentual baixo, em maio ninguém pode mais fazer greve. Em janeiro, se o percentual fosse baixo, motivava-se uma greve.

Hoje, não estou conseguindo entender qual é a jogada do Sindifumo que, nesses dias, declarou à imprensa de Santa Cruz que as federações e a Afubra não teriam mais legitimidade para reclamar qualquer coisa, porque houve um percentual dado agora, em maio, para a próxima safra, de 35%. As federações, estrategicamente, estão jogando como se estivessem contra o preço do fumo, que era muito baixo, e passam a imagem de que continuam na luta e são as legítimas representantes. Aí, o próprio Sindifumo fez questão de queimar essas entidades.

Não entendo a jogada, se eles tem gente preparada, envolvida na formação do nosso Sindicato, se eles apostam em colocar pessoas lá. Porque eles sabem que essa coisa está tomando pernas. Os fumicultores estão apostando no sindicato por ramo de produção, e estão se precavendo, para ter controle do sindicato que está se criando. Mesmo assim, nós continuamos a lutar por dentro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, nos precavendo de sermos excluídos da negociação. E também por ser uma estrutura que já está implantada e, para o futuro, esperamos a conscientização dessa estrutura, que hoje não temos.

Entrevistadora: Regina Novaes

Junho de 1989

Paulo Cesar Lima (Cesinha)

Presidente do Sindicato dos Empregados Rurais de Bebedouro (ex-Sindicato de Trabalhadores Rurais)

“Percebemos que havia muitos trabalhadores ligados ao setor canavieiro que estavam numa atividade rural, numa atividade muito ligada a terra, e que não eram contemplados pelos nossos sindicatos: os tratoristas, os que trabalham com as cortadeiras de cana, os guincheiros.”

“Tínhamos que encaminhar duas lutas para fazer uma campanha salarial: além da luta com os patrões, a luta com os dirigentes sindicais nas assembléias convocadas pela Fetaesp, para fazê-los entender as reivindicações dos assalariados.”

“Na nossa região, os pequenos produtores já não se colocavam mais como trabalhadores. Nós não tínhamos nem um sócio sequer no quadro que fosse um pequeno produtor.”

Qual a sua origem e como você começou a vida sindical?

Cesinha - Eu comecei nas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja num grupo de jovens, numa cidadezinha vizinha de Bebedouro, Taquaral. Começamos essa caminhada estudando a questão bíblica, participando dos eventos que aconteciam, movimentos sociais. A partir desse grupo, passei a estudar política, estudar a questão da sociedade, como funcionava. Comecei a militar no Partido dos Trabalhadores. Foi em 82, depois de estar batalhando essa questão do enfrentamento na roça, e começar a conhecer como era o processo de exploração. Não pensava no sindicato. Só depois que nos aprofundamos é que vimos que o buraco era mais embaixo, que tínhamos que começar na questão dos sindicatos. Mudei para Bebedouro, fiquei meio fora do

movimento de Igreja, mas continuei montando os grupos, fazendo reuniões. Quando se deu a greve de 84, 85, percebemos mais a importância de ter o sindicato. Não bastava só estarmos fazendo as lutas. Se não tivesse um sindicato fômos estar lutando e alguém estar conduzindo, levando para onde queria. Esse processo nos levou a pensar e fazer oposição e trabalhar a estrutura sindical por dentro. Em 1987, montamos uma estratégia sindical e fômos para o sindicato.

Como foi o processo de criação do Sindicato dos Empregados Rurais a partir do Sindicato de Trabalhadores Rurais?

**A criação dos
Sindicatos de
Empregados
Rurais**

Cesinha - Esse processo nasceu de uma discussão que estávamos fazendo na região sobre como enfrentar a agroindústria canavieira com o seu sistema de mecanização. Eles estavam usando muito essa questão em determinadas épocas para poder frear as lutas dos cortadores de cana. Começamos a discutir, junto com esse processo, uma forma de enfrentamento para as agroindústrias, tanto da cana como da laranja. Foi quando percebemos que havia muitos trabalhadores ligados ao setor canavieiro que estavam numa atividade rural, numa atividade muito ligada à terra, e que não eram contemplados pelos nossos sindicatos. Então resolvemos criar esse sindicato, o Sindicato de Empregados Rurais, que viesse a contemplar também esses trabalhadores, incorporando suas reivindicações, trazendo-os à luta, com os cortadores de cana. Esses trabalhadores a que me refiro são os tratoristas, os que trabalham com as cortadeiras de cana, os guincheiros, que são os que carregam a cana nos caminhões. Todos estavam envolvidos no corte da cana e ficavam à mercê de representação. Ora o Sindicato da Alimentação dizia que os representava, ora o Sindicato dos Condutores de Veículos, mas ninguém trazia no seu bojo reivindicações específicas que pudessem juntar esses trabalhadores numa luta unificada. Foi partindo desse processo que começamos a discutir a criação de um Sindicato de Empregados. Pensando também na abertura que a Constituinte deu para se organizar o sindicato de maneira que viesse a responder às

Luciano Padilha



Mecanização do corte da cana-de-açúcar. Ribeirão Preto, 1989.

necessidades da classe, implantando o sindicato dentro das fazendas, das roças de cana, dentro dos pomares de laranja. Enfim, de se chegar com essa organização mais próximo dos trabalhadores.

Um dos problemas que enfrentamos na organização dos assalariados, na própria participação no Sindicato, na participação nas assembléias, é a perseguição aos trabalhadores, ameaças de perder o emprego, de não ser contratado nas outras safras, de ser colocado na "lista negra". Estávamos pensando nas formas de enfrentar isso, de como fazer essa organização ser uma coisa mais concreta no meio dos trabalhadores, para o enfrentamento com essas agroindústrias.

A organização que pensamos implantar permite estabilidade às representações sindicais nos locais de trabalho e facilita para encaminhar a luta no dia-a-dia, o cumprimento do acordo. Ao mesmo tempo, o representante daquela seção permite uma representação maior porque vai ser delegado no conselho deliberativo do Sindicato. Vai ser sempre um elo entre a direção e os trabalhadores.

Como foi a discussão da questão dos pequenos produtores?

Cesinha - Nós tivemos muita dificuldade nas negociações coletivas, tanto da cana como da laranja, com os dirigentes que eram pequenos produtores. Dos 186 sindicatos que há aqui no Estado de São Paulo, a maior parte é administrada pelo pequeno produtor. Uma pequena parcela de sindicatos, que não chega a dez por cento, é que era dirigida pelo pessoal mais ligado aos assalariados que tinham surgido desde as últimas lutas de 84. Um dos grandes problemas que enfrentávamos

Sindicato de Empregados Rurais

A criação dos Sindicatos de Empregados Rurais e da Federação dos Empregados Rurais Assalariados de São Paulo - Feraesp - deu-se oficialmente em abril de 1989, abrangendo municípios da região de Ribeirão Preto, onde a produção dominante é a cana-de-açúcar e, secundariamente, laranja.

Trata-se de uma região onde predomina, desde os anos 70, o trabalho assalariado temporário e onde, embora houvesse referências a resistências localizadas, paradeliros etc., para barganhar melhor preço para a força de trabalho, as primeiras mobilizações de massa ocorrem somente a partir de 1984, com o já famoso episódio de Guariba. Desde então, tem sido um desafio para as lideranças da região tornar o sindicato um instrumento para a condução das lutas dos trabalhadores.

A emergência de um sindicato exclusivo de assalariados para essa região reflete, de um lado, alguns impasses na condução das negociações coletivas pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo, considerada pelas lideranças sindicais vinculadas à Feraesp pouco representativa; de outro, a preocupação em democratizar a estrutura sindical, rompendo com o presidencialismo que tem sido sua marca.

era que tínhamos que encaminhar duas lutas para fazer uma campanha salarial: além da luta com os patrões, a luta com os dirigentes sindicais nas assembléias convocadas pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo - Fetaesp, para fazê-los entender as reivindicações dos assalariados, fazê-los defender também essas reivindicações. Até se unificar uma pauta, havia muitas brigas, porque eles tinham interesses comuns com os grandes proprietários: às vezes, na sua propriedade ele era fornecedor de cana ou tinha culturas, e empregava mão de obra, não tinha interesse de fazer o salário subir. Depois, quando se montava a pauta e fazia todo o esforço de divulgação e trabalho para passar a fazer as negociações coletivas, esses dirigentes iam para suas bases, faziam acordos em separado com os usineiros, com valores muito mais baixos e sequer encaminhavam as reivindicações para os trabalhadores.

Era um problema de organização muito sério. E a direção da Fetaesp, constituída por esse pessoal, na maior parte das vezes, assinava acordos que não eram do interesse do trabalhador.

A diversidade de
interesses no
interior do
Sindicato

Estava emperrando demais o avanço da luta que se caracterizou na região de Ribeirão Preto, estendendo-se para a região de Campinas em certas épocas do ano (como a de 86 em Leme). Este ano, de uma forma ou de outra, os efeitos surgiram: a luta já se expandiu para a região de Piracicaba, houve greve etc. Foi consequência do pessoal se dispor a sair, a discutir, coisas que as lideranças sindicais de trabalhadores rurais não faziam. E não tinha meios de você chegar aos trabalhadores. Os nossos instrumentos eram muito poucos para chegar aos trabalhadores e estar organizando oposição até mesmo pelo fato de ser um pequeno produtor que está enquadrado numa realidade diferente da maior parte dos pequenos produtores do país: ou ele arrendou suas terras para as usinas e está vivendo de renda ou ele está com uma cultura de exportação que lhe traz uma renda até favorável. Isso o coloca na condição de ser um empregador e muito bem-sucedido. É uma outra realidade de pequeno produtor.

Você caracterizaria esse pequeno produtor não mais como trabalhador?

Cesinha - Esses pequenos produtores não são mesmo mais trabalhadores, eles têm empregado direto, eles já nem moram mais na sua propriedade, moram na cidade. Só vão na propriedade de vez em quando. Não são mais trabalhadores, passaram a ser empregadores permanentes.

Nesse quadro, poderia se pensar em duas alternativas: uma, fazer oposição e ganhar esses sindicatos; outra constituir um sindicato de empregados rurais. O que levou à esta última opção?

Cesinha - A discussão no nosso sindicato já vinha rolando há mais tempo. Na nossa região, os pequenos produtores já não se colocavam mais como trabalhadores, já não procuravam mais o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, já tinham como inimigo de classe, já iam fazer as suas coisas, buscar suas orientações no sindicato patronal, por que eles não se sentiam contemplados pelo Sindicato dos Trabalhadores, já não se sentiam como pequenos. Nós já vínhamos discutindo esse processo. Porque vamos ficar com uma estrutura que dá representatividade para esse pessoal, sendo que eles próprios

não a querem? Nós não tínhamos nem um sócio sequer no quadro que fosse um pequeno produtor. Para os trabalhadores de Bebedouro foi até surpresa dizer que os pequenos produtores participavam do mesmo sindicato.

No mesmo momento em que vocês iniciavam a discussão sobre a criação dos Sindicatos dos Empregados Rurais, realizava-se também o Congresso de fundação do Departamento Rural da CUT, em dezembro de 1988. Como se deu a discussão nesse encontro e porque as decisões aprovadas não refletem as posturas de vocês?

Cesinha - Nós ainda estávamos amadurecendo a idéia. Mas, se você prestar atenção nas formas pelas quais estávamos organizando o Departamento, vai ver que, na prática, já estava acontecendo o que nós estávamos explicando no papel: era a comissão de assalariados, de pequenos produtores, dos sem-terra.

Não foi possível, dentro do Congresso, fazer uma discussão homogênea com todo o conjunto dos sindicatos que estava ali. Ela teve que ser separada em partes para tirar os encaminhamentos da luta, porque, na prática, os interesses são contraditórios, às vezes se chocam.

Como está organizado internamente o Sindicato? No que ele difere da estrutura antiga?

A estrutura do Sindicato de Empregados Rurais

Cesinha - A estrutura velha trazia como poder máximo a assembléia e, depois da assembléia, a diretoria, que se constituía basicamente de um presidente, um secretário e um tesoureiro. Estes eram, depois da assembléia, o poder máximo do Sindicato. Diziam todas as coisas que deveriam ser feitas. Tinha também o Conselho Fiscal, que era eleito juntamente com a diretoria, com pessoas da confiança do tesoureiro, do presidente, que trabalhava isso numa hegemonia total.

Agora, com essa nova estrutura, o órgão máximo do Sindicato continua sendo a assembléia geral, mas ela traz um novo elemento: depois da assembléia, vem o Conselho de Representantes, formado pelos titulares das seções sindicais. Quanto mais seções sindicais o Sindicato criar nos locais de trabalho, mais integrantes vai ter o Conselho de Representantes. Depois vem a direção do Sindicato, constituída de cinco pessoas: presidente, secretário, tesoureiro e mais dois diretores sociais, que vão presidir e secretariar as reuniões do Conselho de Representantes. Este, depois da assembléia, vai ser o fórum que vai comandar a vida do Sindicato, vai decidir sobre as finanças, sobre os orçamentos, dinamizar a vida do Sindicato. Essas pessoas, que vão estar no dia-a-dia do trabalhador, é que vão saber melhor no que o Sindicato está precisando investir mais, se é na organização, na assistência médica, na assistência jurídica. Elas vão estar fazendo esse elo direto, e isso vai ajudar muito para que o Sindicato se fortaleça e se enraíze realmente nas bases, nos campos de trabalho, além do que já existia na estrutura antiga, as delegacias sindicais. Isso aparece também nessa estrutura, estatutariamente. Nós temos os delegados sindicais, que vão fazer parte na chapa que vão eleger a diretoria. Todo esse conjunto de trabalhadores vai ter estabilidade no emprego, que é um dos problemas que pesam muito na nossa organização, porque os patrões costumam, quando veem o trabalhador começar a querer se organizar, cortar, isolar. O Sindicato vai ter que trabalhar com habilidade para poder estar colocando as suas representações dentro das usinas, dentro das fazendas, dentro dos locais com



Bólas - frias a caminho do trabalho. Jaboticabal, São Paulo, 1989

estabilidade, por isso garante muito a nossa organização. Se essas pessoas que vão despontando se tornarem muito públicas antes de se criar e efetuar as seções sindicais, elas vão ser cortadas. Eu acho que precisa de habilidade nas discussões, começar a fazer num campo aonde os patrões não tenham tanto acesso. Quando eles perceberem já está instaurada a seção sindical dentro dessa firma, de sua turma, de sua usina, da sua fazenda.

O processo de criação do Sindicato de Empregados Rurais começou simultaneamente com diversos sindicatos ou começou com alguns que puxaram e outros vieram para discussão?

Cesinha - Esse processo começou envolvendo vários sindicatos da região que sentaram a primeira vez e discutiram, chamaram outros encontros envolvendo mais sindicatos, inclusive sindicatos que tinham na direção pequenos proprietários. Tinha muitos deles que não estavam pensando na questão da luta, o interesse era de manter o seu poder ali, aquele costume que tinham já de muitos anos.

E como é que se chegou à idéia de uma Federação de Assalariados?

**A Federação dos
Empregados
Rurais**

Cesinha - A idéia da Federação (não vou dizer que eu concorde com ela), nasceu para dar enfrentamento direto com a Fetaesp. E também por causa de um vício muito grande que têm os dirigentes sindicais do nosso Estado: o de ter que pertencer a uma Federação. Eles acostumaram a receber direto as orientações políticas da Federação, sobre como vai falar etc. Seria muito difícil implantar ou fazer expandir essa idéia no Estado de São Paulo se não tivesse uma Federação. Não posso dizer que foi como instrumento de luta para o momento. Ela nem apareceu nos cenários da luta que a gente desenvolveu até agora. Apareceu citada por forças diferentes, não por nós. Os patrões diziam que era uma briga política, que o nosso movimento era uma briga política entre as duas federações. Tentaram desvirtuar um pouco a idéia, mas as reivindicações foram encaminhadas pelos grupos de sindicatos de empregados. Inclusive a instauração do dissídio não foi pedida em nome da Federação, mas em nome dos sindicatos.

Após passar por uma campanha salarial, como você avalia os ganhos e as perdas nesse processo?

**O sindicato após
a campanha
salarial de 89**

Paulo Cesar - Quando partimos para as bases para discutir a implantação da nova estrutura, começamos com uma expectativa de que íamos implantar o Sindicato, de que íamos superar o descumprimento de acordo, de que íamos estar presentes 366 dias do ano ali junto com esse pessoal, e íamos ter representação do Sindicato.

Conseguimos implantar várias seções sindicais mas, em contra-ataque a isso, sofremos um golpe muito duro: o Tribunal acatou a liminar dos patrões. Os patrões disseram que o nosso Sindicato era ilegal, não existia por que não tinha registro e tal. Isso foi numa época que o movimento já estava em descenso, já não estava mais naquele momento de pique, já estava meio desgastado. Não tivemos força para continuar o processo de luta, de greve. Logo em seguida veio o troco: os patrões dispensaram todo o pessoal que tínhamos nas seções sindicais. Agora emperrou um pouco o avanço da nossa organização. Isso nos atrasou um ano a implantação da nossa estrutura.

Tivemos certos avanços, conseguimos fazer o movimento andar muito mais. Os efeitos dessa greve de 21 dias de Cosmópolis, que atingiu a região de Campinas, essa mais recente greve de Piracicaba, tiveram muito a ver com a questão dessa nova estrutura sindical que saímos discutindo de fato com os trabalhadores. Acho que foi um avanço, e foi um avanço também na nossa própria região: até o ano passado não tínhamos conseguido, porque na medida em que avançou o nosso movimento, avançou também a estratégia dos patrões. No ano de 88 eles conseguiram colocar o movimento sindical na defensiva. Neste ano de 89, conseguimos tomar uma grande parcela disso. Não conseguimos fazer o movimento ser tão forte que pudesse vir pressionar grupos tão grandes como o grupo Ometo ou outros grupos econômicos que tem aí, porque precisávamos avançar mais, estender mais. Os nossos sindicatos ainda são poucos, mas já conseguimos romper com a estratégia que eles tinham usado nos outros anos.

**Não há
incompatibilidade
entre a Feraesp e
a estrutura da
CUT**

A criação da federação criou alguns problemas no campo da CUT. Eu queria que você falasse um pouco destes últimos.

Cesinha - O problema mais de fundo é a questão da discussão que se deu no congresso de 86, propondo que a organização horizontal da CUT seriam os departamentos. Essa foi a proposta vencedora apesar de haver outras posições. Mas, ao mesmo tempo em que isso se dá no setor urbano de maneira natural, como nos metalúrgicos, bancários, e outras várias categorias, não acontece no bojo de todas as categorias cutistas. Por exemplo, na área rural, temos exemplos de vários lugares em que se ganhou a federação e estão se organizando através daí. Os bancários de São Paulo, por exemplo, têm a discussão de criar a Federação dos Bancários para se contrapor à outra federação existente. Eu acho que, apesar de ter criado esse problema por causa da questão da organização vertical, não é uma coisa que está clara, não é um ponto acabado. A discussão da organização vertical dentro da CUT vai voltar a se dar a qualquer momento, quando o pessoal for fazer uma avaliação mais geral no âmbito das categorias que se tem dentro da CUT, quais delas conseguiram implementar os seus departamentos.

Hoje, apesar do pessoal cutista ter os seus departamentos, eles ainda têm uma postura de agir por dentro das federações para estar conquistando a hegemonia, para estar implantando a proposta cutista em outros sindicatos que seguem a orientação das federações. Tem-se recuperado, às vezes, certos sindicatos de postura boa e que viam na CUT aquela imagem que os patrões passam, que os meios de comunicação começam a passar, a de que são um bando de baderneiros, que são "vermelhinhos", como muitos costumam dizer por aí.

Você vê incompatibilidade entre a Federação dos Empregados Rurais e o Departamento?

Cesinha - Eu não vejo incompatibilidade, por que eu acho que a Federação dos Empregados Rurais é uma especificidade, está ligada a um segmento dos trabalhadores rurais. Ela não é abrangente. No nosso Departamento eu vejo uma coisa mais abrangente, onde está incorporada a luta dos assentados, dos pequenos produtores e também a dos assalariados. O Departamento é uma representação maior do que a Federação dos Empregados por abranger todos os segmentos dos trabalhadores rurais e ter as suas comissões específicas para trabalhar esses setores.

Outro exemplo claro de que não há choque foi a campanha salarial desse ano, tranquilamente conduzida por sindicatos que não são cutistas, que estão ligados à Fetaesp e mais os sindicatos que estão ligados ao Departamento. A campanha desse ano foi, no meu ponto de vista, um sucesso quanto à questão organizativa dos assalariados aqui no Estado de São Paulo, pois conseguiu abrir um leque, não ficou centralizada só na região de Ribeirão Preto.

Entrevistadores: Francisco José da Costa Alves

Leonilde Medeiros

Luciano Padrão

Luis Antônio da Silva

agosto de 1989

Obs.: essa entrevista é uma composição e edição de duas outras. Uma delas foi realizada em Bebedouro na casa do entrevistado; outra num seminário da CUT sobre estrutura sindical.

Osmarino Amâncio

Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasiléia, Estado do Acre, e secretário do Conselho Nacional dos Seringueiros.

“O sindicato único a nível de Estado pode tirar a autonomia dos sindicalistas de todos os municípios para tomar determinadas decisões em momentos importantes. Pode ficar uma cúpula muito pequena decidindo as coisas, quando hoje queremos que os trabalhadores decidam.”

“A questão da convivência de categorias diferentes no interior do mesmo sindicato não está presente a nível de discussão, está presente a nível de prática. A questão não seria formar um sindicato de seringueiros e um sindicato de colonos, porque os dois são da mesma categoria.”

Como você começou no movimento sindical?

O início da organização

Osmarino - Comecei no movimento sindical a partir de 1975. Antes existiam discussões dentro das Comunidades Eclesiais de Base, e mesmo antes delas, já existiam organizações como associações nos seringais, cooperativa dos seringueiros. Depois vieram as Comunidades Eclesiais de Base - CEB's, mas já havia várias organizações isoladas.

Em 75, começamos a perceber que as comunidades eram muito pouco para aquilo que queríamos, e começamos a discutir fundações de sindicatos. O primeiro sindicato do Acre foi no Município onde eu nasci e me criei, Brasiléia. Em dezembro de 75, fundamos o Sindicato em Brasiléia, e a partir daí, fundamos mais oito sindicatos em todo o Estado. Brasiléia foi um momento muito importante para a associação dos seringueiros e dos trabalhadores rurais. Foi o resultado do

enfrentamento já com os grandes fazendeiros. Era feito uma grande propaganda de que a Amazônia era um vazio demográfico, que precisava ser ocupada para a pecuária, para o desenvolvimento e o progresso. A partir da organização dos sindicatos, a briga com os fazendeiros começou a ser mais organizada.

Uma vez que havia no Acre uma rede sindical estruturada, qual a necessidade sentida para criar o Conselho Nacional dos Seringueiros e como se dá a relação entre esse Conselho e os sindicatos?

Osmarino - A necessidade se deu em torno de uma questão específica do setor seringueiro. Ou seja, os sindicatos tinham a sua estrutura mas faziam o seu trabalho só no seu município. Havia um isolamento muito grande, inclusive de um município para o outro.

O Conselho Nacional dos Seringueiros

Através do Sindicato, encontrávamos muita dificuldade para fazer um entrosamento com outras organizações sindicais fora do Estado. Um sindicato só não tinha como fazer essa articulação. Nós tentamos discutir, estruturar a Central nica dos Trabalhadores, mas como o Acre é um Estado pequeno, sem peso político, a própria direção da CUT achou que não tinha condições de jogar uma organização lá, e formar as pessoas politicamente.

Nós acreditávamos que era possível fazer com que o movimento crescesse na Amazônia, e que isso só seria possível unindo os seringueiros. Com a união de todos os seringueiros de todos os estados, poderíamos fortalecer os sindicatos.

Outra questão é que os sindicatos, sozinhos, isolados, têm uma grande dificuldade para se estruturar, inclusive para receber informações. Hoje, você passa 6, 8, 10 anos para encontrar uma pessoa que se disponha a dirigir um sindicato naquela região, porque todos que passam a dirigir um sindicato já passam a ser praticamente visto como um morto, um assassinado. A União Democrática Ruralista - UDR - já fica de olho, e ele dificilmente consegue superar cinco, seis anos de organização sindical: é eliminado. Quando você perde uma pessoa dessas, você leva 6, 8, 10, 15 anos para poder ter outra pessoa. É uma dificuldade muito forte.

O seringueiro não tem escola, ele não estuda. Eu, por exemplo, aprendi a ler por conta própria depois que comecei a trabalhar no movimento, já depois de grande. Eu estava na direção do Sindicato, tinha que informar, pegava algum papel e depois tinha que começar a tentar a ler, para explicar para o pessoal. Você se forma lá assim, na marra. A organização sindical estava muito frágil, muitos sindicatos estavam atrelados ao Estado. Principalmente à partir de 84, 85, o Estado começou a cooptar algumas direções sindicais, e ficou difícil para o movimento dos seringueiros enfrentar os conflitos.

Vocês nunca chegaram a ter nenhum controle sobre a Federação do Acre?

Osmarino - Não, nunca. Através do Conselho, estamos fazendo essa discussão. Agora, no Acre, tem doze sindicatos organizados, sete fechados com a proposta da CUT. Ou seja, na próxima eleição para a Federação nós vamos buscar assumir uma Federação que hoje está a serviço do governo do Estado, e a serviço de muitos políticos. A direção

atual está completamente acomodada, com uma estrutura boa, mas não luta pelas reservas extrativistas, não enfrenta, não vai para os "empates", não faz formação sindical para o pessoal. É um setor burocrático.

A Federação tentou resistir muito tempo, desde que mataram aquela camada de dirigentes sindicais combativos no Acre. Foram eliminados todos, de 80 até 84, e o governo conseguiu intervir nos sindicatos, conseguiu o controle desses sindicatos e da própria Federação. Os fazendeiros também. Hoje, em Brasília, nós temos uma lista de fazendeiros que eles associaram nos sindicatos. Os próprios fazendeiros envolvidos na morte do Chico Mendes, de Wilson Pinheiro, hoje são sócios do Sindicato de Brasília. A pelegada pegou e, com medo da oposição que nós vínhamos fazendo no Sindicato, associaram tudo: funcionário público, polícia. Mesmo assim houve 7 eleições e eles perderam todas. Entraram na Justiça e anularam 6 eleições que ganhamos. O Sindicato de Brasília foi o único que teve quase 15 meses de campanha. E o governo investiu de todo jeito. Os fazendeiros, de uma só vez, deram 3 mil e 500 Kg de carne para pelegada, o governo doou para lá 14 máquinas de implementos agrícolas, triagem de arroz. Mandou de uma só vez 40 mil cruzados para pelegada, desesperado, porque o Sindicato de Brasília era o que os fazia perder a eleição. Se eles ganhassem Brasília, eles ficavam com os sindicatos, e o pessoal que tem a proposta de um sindicato cutista, ficava com 6. Se nós ganhássemos, Brasília mudaria a correlação de forças. E nós fundamos mais 2 sindicatos em outros municípios que estão sendo formados, municípios novos. Através do Conselho vamos lá, já articulamos para fundação do sindicato. O presidente da Federação já está falando em renunciar, porque ele já sentiu falta de terra nos pés. Mas o governo vai jogar pesado ainda, porque, nas eleições que houve em Brasília, eles entraram na Justiça e o governo mandou o juiz, o desembargador do Estado, passar por cima da liminar do juiz de Brasília contra a pelegada. O papel da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Acre

Em Brasília nós conseguimos agora, dia 2 de setembro, depois de 14 meses de campanha, tirar a pelegada do sindicato. O que nós compramos antes para o sindicato

João Roberto Ripper



Casal de seringueiros. Acre

(três caminhões, máquinas), a estrutura que tínhamos, a pelegada vendeu toda, e não deu a menor explicação.

O conselho e os sindicatos

Quando se organiza a oposição, através dos Encontros Municipais dos Seringueiros, passamos a conscientizar os seringueiros para mudar a direção dos sindicatos. E cada um organiza a sua chapa, e o Conselho passa a apoiar aquela chapa que aceita a proposta da criação das reservas extrativistas, a proposta do enfrentamento com o grande latifúndio. É a partir desses encontros que nós vamos ganhando dezenas de sindicatos na Amazônia.

Hoje o Conselho está fazendo um papel tanto de mobilização na Amazônia quanto de fortalecimento das organizações sindicais, mas não é uma entidade sindical. Ele não pode ser uma Central Sindical, não pode ser um sindicato; não pode passar de um simples Conselho. Se as reservas extrativistas forem criadas, forem demarcadas, não tem sentido mais existir Conselho. Se a Central nica dos Trabalhadores se estruturar e se preocupar com a organização sindical na Amazônia, não tem sentido existir o Conselho. Ou ele passa a não existir mais ou passa a ser um setor exclusivamente de organização do cooperativismo nos seringais. Só que hoje não existe essa preocupação ainda na própria direção da CUT. Estamos questionando isso. Quando viemos para o I Congresso da CUT, já dizíamos que precisávamos que a experiência que a Central nica dos Trabalhadores tem nos outros Estados fosse para Roraima, para o Acre, para o lugar onde estava havendo conflito e morte muito forte. Ia lá o Lula, e outras pessoas, mas só para participar, às vezes dos velórios dos assassinados. Nós não queremos mais participar de tanto velório como a gente já participou na região. Hoje vemos muita gente fazendo bonitos cartazes, bonitas missas, bonitos atos públicos mas não resolve, não voltam mais os Wilson Pinheiro... Eu, por exemplo, jamais vou querer morrer, mesmo que eu não valha nada, mas eu quero ficar vivo. Ato público não traz nada de volta.

A luta pelas reservas extrativistas

O Conselho foi organizado pela preocupação, tanto nossa quanto das pessoas mais informadas, tanto de lá, quanto daqui do Centro-Sul. Fizemos aquilo que estava no nosso alcance.

Hoje muita gente nos chama de ecologistas. Eu não sou ecologista de forma nenhuma. A palavra ecologia, eu peguei há um ano, dois anos atrás. Nos reunimos para discutir no Conselho a questão dos ecologistas, e ninguém sabia o que era ecologia. Chamei o Chico Mendes e disse: "Chico, tem muito ecologista. Vamos fazer essa discussão de ecologia, traz as pessoas que entendem o que é ecologia, pessoas que entendem o que é sindicato". Começamos a perceber que a questão ecológica é fundamental para a Amazônia ligada ao movimento sindical na região.

Nós estamos aqui há mais de cem anos; produzimos, preservamos e desenvolvemos aqui. Então, é preciso unir a questão da reforma agrária à questão ambiental e, ao mesmo tempo, à luta pela desapropriação da terras. Isso fez com que nos agradasse a proposta dos ecologistas: "Vamos nos unir a vocês para defender a Amazônia, mas nós queremos apoio para defender os povos da Amazônia, os povos da floresta". Reforma agrária, meio ambiente, nós estamos agora decididos a fazer essa discussão com os sem-terra, porque os sem-terra estão todos indo para o Acre. Estão entrando oito famílias por dia. Ou seja, os conflitos do Sul estão sendo transferidos...

São gaúchos, mineiros, de todos os cantos. Os conflitos do Sul estão sendo transferidos para lá. Antes enfrentávamos só o grande fazendeiro, a madeireira e a mineradora. Agora o pessoal está indo do Sul porque existe uma grande propaganda dos projetos de colonização (que não dão certo). Na Amazônia não tem uma política agrícola (como também no Brasil não tem), e lá não tem como uma família de agricultor se adaptar no meio daquelas florestas, porque os costumes são completamente diferentes. Ele chega lá, não sabe se defender de uma hepatite, de uma mordida de cobra... Fica desesperado e quando pode ele fica nas periferias das cidades, que estão inchando muito lá no Acre e em outras cidades.

Essa é uma questão que diz respeito à questão do índio, do seringueiro e dos sem-terra. Os seringueiros estão na terra, para eles só tem sentido se existir floresta. A floresta precisa do índio e do seringueiro para sobreviver, e o seringueiro e o índio precisam da floresta também para sobreviver. Tirar o seringueiro e o índio de dentro da mata é como tirar um peixe de dentro da água: acabou, ele não está adaptado ao sol, ele está adaptado a uma tradição de trabalho que vem fazendo há muitos anos, que é o extrativismo. Só que hoje não existe também uma política de conhecimento das riquezas naturais, de aproveitamento. A castanha hoje está dando o melhor sorvete na Europa e lá no Acre apodrecem toneladas de castanhas, o pequi, açaí, balata, uma série de coisas. O mercúrio hoje está acabando com os rios, acabando com tudo, e aí vem o grande desmatamento. Vai ser muita seca ou muita enchente, quando acabar a floresta. Essa é uma discussão que está sendo travada hoje, tanto dentro do Conselho quanto dentro dos sindicatos.

As tarefas políticas do Conselho Nacional dos Seringueiros

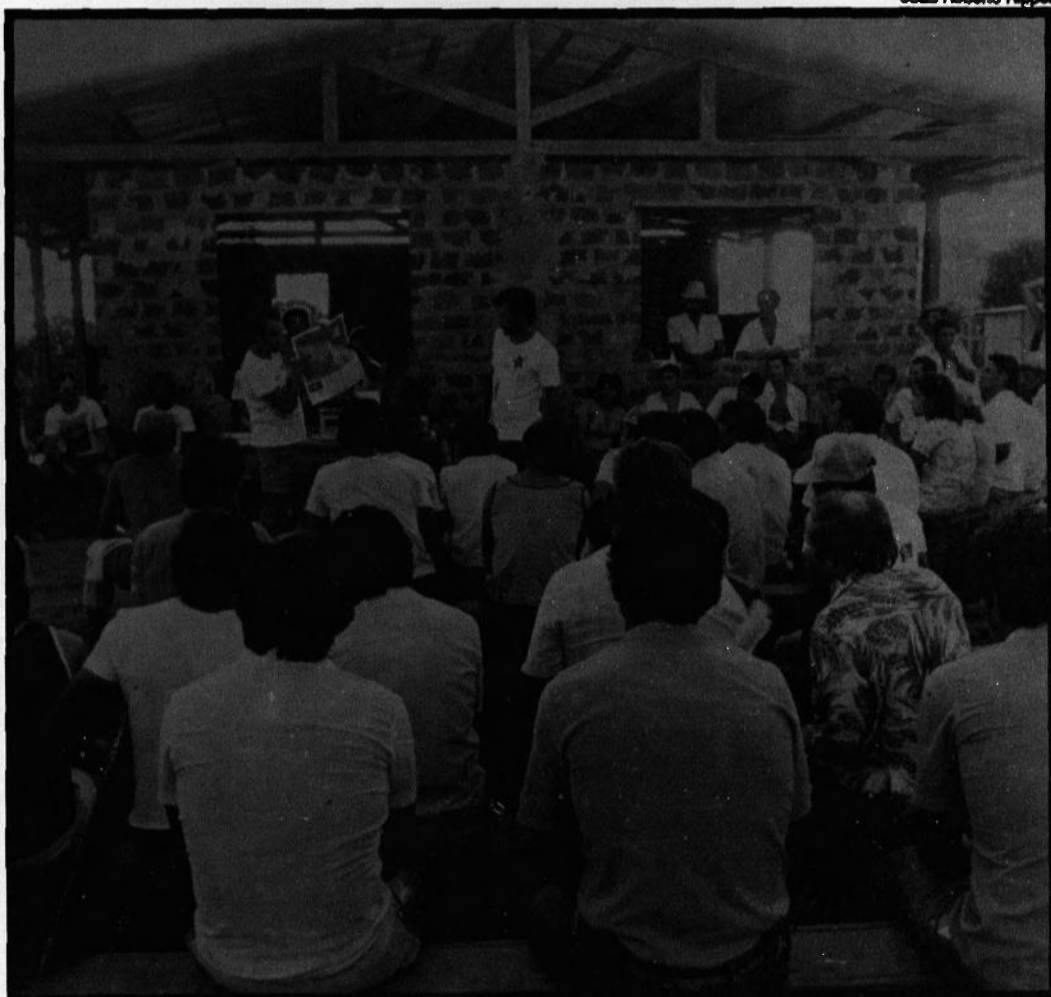
Já ficou definido que o Conselho não vai intervir nunca nas direções sindicais, mas vai trabalhar de acordo com os sindicatos. Em Brasiléia tem vinte e cinco seringais que o Sindicato está reivindicando que sejam reservas extrativistas. Ele vai salvar dez, doze mil seringueiros que podem sair daqueles seringais. Qual o papel do Conselho? O Conselho vai fazer o papel político de articulação a nível nacional e internacional, pressionar os órgãos para que seja atendida a reivindicação daquele sindicato, daquela população. Os sindicalistas é que vão, através dos sindicatos, não através do Conselho, tentar chegar a sua própria organização para, a nível de Estado, tomar a Federação, para que ela seja combativa, ou organizar uma Central no Estado, uma Central nica que possa fazer o trabalho da política sindical.

O Conselho não vai poder fazer isso a não ser na área da educação nos seringais, na hora de discutir como se vai fazer determinada pesquisa de conhecimento, como articular a discussão ambiental com a questão agrária, com a questão fundiária. Só pode estar no Conselho quem é seringueiro. Agora, esse Conselho passa a apoiar outros movimentos e passa a ter o apoio de outros movimentos, na questão ecológica unindo à da reforma agrária para aquela região.

Hoje, há um debate colocado em torno da manutenção de um STR que agrupe diversas categorias no campo. Também está se discutindo o sindicato de base municipal. Como essa discussão está se colocando para vocês?

Desmunicipaliza- ção do sindicato

Osmarino - Está sendo feita uma discussão muito forte no Estado do Acre sobre o sindicato único. Tem gente que está propondo que deve haver um presidente do Sindicato do Estado do Acre e que, nos municípios, sejam formadas subdelegacias, ou núcleos.



Assembléia de índios e seringueiros em Assis Brasil, Acre

Nós já fizemos essa discussão em alguns sindicatos: Assis Brasil, Xapuri, Serra Madureira, Brasiléia e chegamos à conclusão de que, se for organizado um sindicato único a nível de Estado, ele vai tirar a autonomia dos sindicalistas de todos os municípios para tomar determinadas decisões em momentos importantes. Por exemplo, está havendo um "empate" lá em Brasiléia e, às vezes, precisa de uma negociação junto a determinadas autoridades, a estrada fecha etc. O que vai acontecer? O documento tem que ser assinado por um presidente do sindicato. O pessoal respeita muito a questão do dirigente do sindicato. Se essa direção está na capital, ela não vai ter como chegar até o município. Então, tira um certo poder de decisão dos próprios trabalhadores. Eles vão ficar sem direito de decidir sobre algumas coisas que são próprias de sua região.

Essa discussão é a melhor forma de fugir da realidade. Se ela está sendo feita hoje, é devido ao fato de que existe uma Federação com sede na capital e que o pessoal concorreu às eleições e perdeu o Sindicato. Outros municípios no interior concorreram e ganharam: Brasiléia, Assis Brasil, Plácido de Castro, Serra Madureira, Feijó, uma série de outros municípios organizaram as oposições sindicais e conseguiram ficar na direção do Sindicato e hoje tem a perspectiva de eleger uma direção para a Federação. Se ficar

esse sindicato único; ele não vai conseguir trazer a estrutura que a Federação tem. Além disso, hoje, os trabalhadores ainda reconhecem a Federação. Se a Federação convoca um Congresso, o pessoal vai. Se os sindicatos filiados à Federação saem, vai ficar uma enorme estrutura para ela, uma estrutura que poderia ser colocada a serviço dos trabalhadores rurais, dos seringueiros, nesse momento de criação das reservas extrativistas. Vai ficar uma cúpula muito pequena decidindo as coisas, quando hoje queremos que os trabalhadores decidam. Se ficar uma cúpula muito pequena na direção de um sindicato de um estado, uma porção de trabalhadores não vai poder participar de determinadas decisões, que poderiam ser tomadas coletivamente em um encontro de sindicalistas. Os debates se enriquecem muito mais com as propostas de diversos sindicatos. Se tem só um sindicato, vai prevalecer a idéia de um sindicato. Muitas idéias que poderiam ser aproveitadas para o crescimento do movimento se perderiam e iria restringir esse movimento.

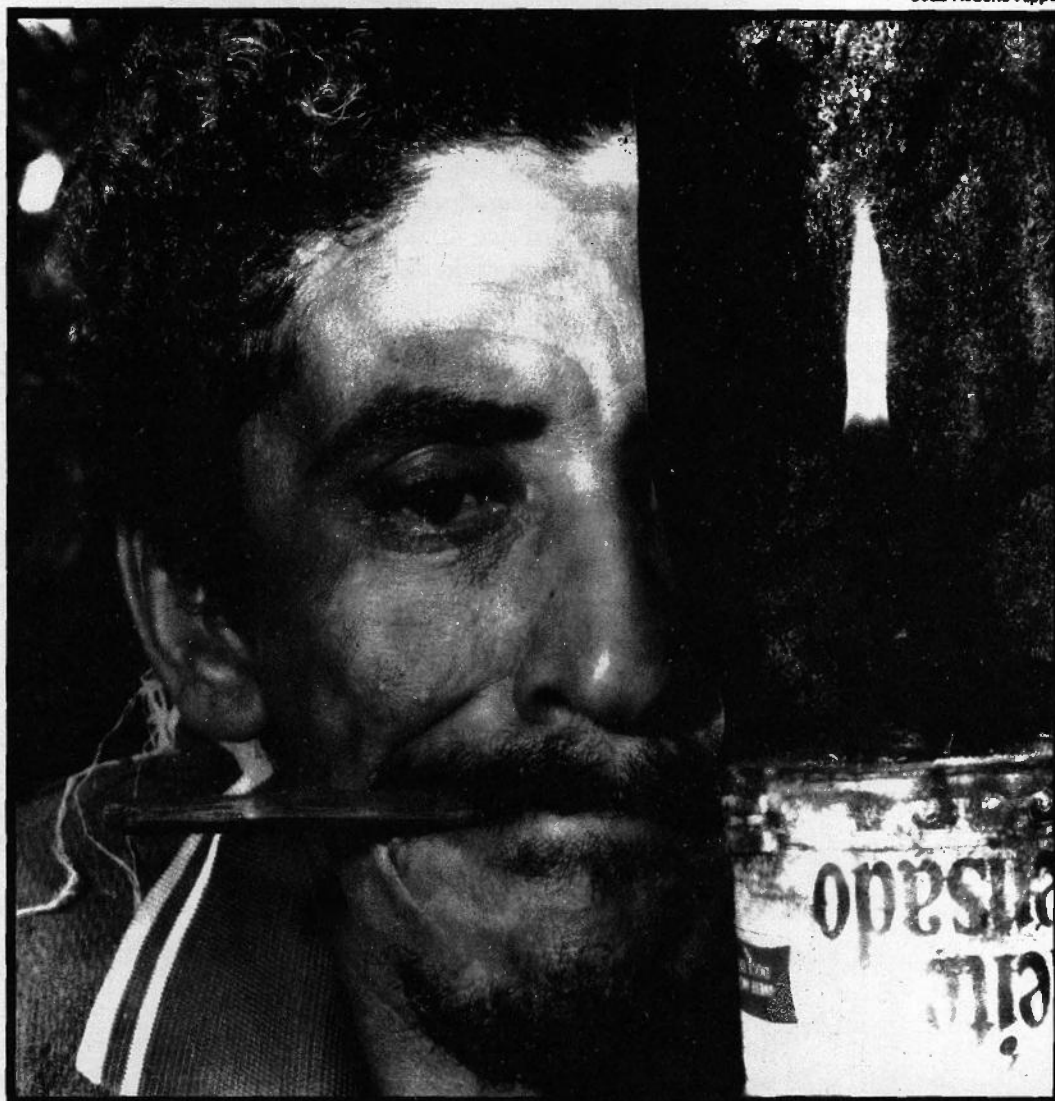
É impossível uma direção dum sindicato, a nível de estado, na região amazônica ou em qualquer outro estado, conseguir captar todos os problemas e conseguir levar essa organização para frente em termos de massa, em termos de jogar o máximo de gente na questão de ocupação de terra, na questão de enfrentamento com a madeireira, com a mineradora, com o fazendeiro, com os políticos, com o aparelho de Estado. Vai ser difícil, porque, por exemplo, de Cruzeiro do Sul para Rio Branco, só tem transporte uma vez por ano. O pessoal de lá como é que vai poder pagar sua contribuição, tomar certas decisões? Ou vai ficar dependendo de decisões de um sindicato a nível de estado?

Os defensores dessa estrutura desmunicipalizada propõem que, nas regiões, existam delegacias que exerceriam essa função de contato, de condução de luta a nível local. Você acha que essas delegacias não poderiam fazer isso?

Osmarino - Não. Elas podem até fazer, mas ficam restritas a uma determinada idéia do movimento. Hoje, tem gente na Amazônia e no próprio movimento sindical que nem sequer entendeu a proposta das reservas extrativistas. Hoje se percebe isso na própria direção da CUT. Eu sou da CUT, mas dentro da CUT tem gente que é contra a nossa proposta de reserva extrativista porque acha que é um atraso. Tem que haver uma boa discussão para que o pessoal possa entender a proposta de reforma agrária dos seringueiros. É uma questão fundiária. Acho que se forem criadas essas subdelegacias, elas não vão ter poder de decidir coisas importantíssimas que se decidem em cada sindicato, nesses municípios. Os sindicatos que são pequenos têm dificuldades de decidir determinadas coisas. Faça uma idéia um sindicato grande. Vai ser muito difícil, vai ser uma confusão muito forte.

O sindicato municipal e os conflitos

Em vez de um sindicato único porque que não se organizam as federações, porque que não se organiza a Central Sindical? Aí passaria a ser uma Federação que vai ter todos os sindicatos filiados, ou passa a ser uma Central Sindical que vai ter a função de ter esses dirigentes sindicais nas suas instâncias. Todos os sindicatos estão recebendo essa proposta para estudar na nossa região. No Acre, Assis Brasil, Brasiléia, Serra Madureira, Xapuri, já decidiram não aceitar, porque ela vai colocar o perigo de desmoraamento do movimento sindical na Amazônia, principalmente no Acre. Porque, hoje, os conflitos de terra são muito intensos e os trabalhadores, os sócios do



Seringueiro no Acre. 1989

Sindicato querem muito a direção do Sindicato na frente, junto com eles, nas negociações. Se essa direção sindical passar a ser só uma direção na capital, o que vai acontecer? Se tem um dirigente de um sindicato, os associados ficam com mais credibilidade. Se os conflitos explodem em todos os municípios de uma só vez, e tem só uma direção a nível de Estado, elas não vão conseguir acompanhar de perto, porque vai estar fora das bases, vai ficar instalada com um representante em cada município, sem ter, em muitos momentos, como se comunicar de imediato.

Se tem uma direção local no município, o que que acontece? Houve o problema, o presidente imediatamente reúne a direção do sindicato porque está tudo ali. Ele sabe onde estão as colônias, os seringais. Manda uma carta para um, manda carta para outro e em 3, 4 dias está todo mundo reunido. E aí se discute e se tomam as decisões. Se há erro, erra tudo de uma vez, mas se há acerto, acerta toda a diretoria. O enfrentamento tem dado certo exatamente por causa da unidade do movimento. Não se pode tirar a

possibilidade do pessoal ter o direito de decisão nos seus municípios, na instância municipal. Se o sindicato permanecer e a Central Sindical se estruturar, não tem entidade melhor para dirigir esse sindicato do que a Central nica dos Trabalhadores.

Tomando o outro lado da questão inicial: o sindicato que reúne trabalhadores diferenciados. Como fica a convivência de categorias diferentes no interior do mesmo sindicato. Como vocês estão discutindo isso?

Osmarino - Essa questão não está presente a nível de discussão, está presente a nível de prática. Nos "empates", hoje, você consegue chamar inclusive até mais colonos que estão perto da cidade. Por exemplo: tem uma delegacia sindical em uma colônia há 5 Km. Está havendo um "empate" num seringal, há dois dias de viagem. Lá o pessoal mobiliza os seringueiros, mas as outras delegacias de colonos vão também. Agora mesmo, no "empate" de Porongaba, tinha meio a meio: cento e tantos seringueiros e cento e tantos trabalhadores rurais. Eu dou o exemplo de Brasília porque eu estou lá. Seringueiros e colonos vão juntos para os "empates"

O colono quer o título da terra e quer uma política agrícola, um financiamento de banco. Na hora de acampar no Incra, lutando por ramais, os seringueiros vêm em massa apoiar os colonos, porque os colonos precisam do ramal. Os seringueiros vem e vamos ocupar o Incra. Nós já ocupamos o Incra, o IBDF... Isso se dá muito no Sindicato de Brasília. Em Assis Brasil a mesma coisa.

A questão não seria formar um sindicato de seringueiros e um sindicato de colonos, porque os dois são da mesma categoria. O que precisa definir é a importância dos dois e qual seu papel na organização sindical. Aí vem a necessidade da formação política desse pessoal, o que não tem hoje. Hoje eles se formam pela própria necessidade. Em termos de conhecimento, de conjuntura nacional, como é que funcionam as coisas, há uma dificuldade imensa na Amazônia. Eu fui fazer um encontro lá no Apuí, no Estado do Amazonas, onde tinha centenas de seringueiros. Ficamos 3 dias reunidos. Uma lata de óleo de cozinha custa 50 cruzados novos e um quilo de borracha, 50 centavos. Ou seja, o trabalhador vai ter que trabalhar um mês só para poder comprar uma lata de óleo de cozinha. Como é que ele vai ter condições de viajar de lá para fazer um treinamento em outro estado, mais perto, ou em outro município? Ele está completamente isolado lá. Só vai carro de 3 em 3 meses. E o pessoal lá toma decisões. Eu peguei uma aula naquela região num sentido do movimento ir para frente.

Em Xapuri hoje, as pessoas estão sendo professores, no caso da educação popular nos seringais. A criatividade é muito forte. E a própria riqueza da cultura que existe naquela região é muito forte. O que você vê de música, de poesia, de cordel, de pessoal descrevendo a própria realidade, e levando para seu sindicato, levando propostas de crescimento. Hoje, em Brasília, nós estamos recebendo a mensalidade em produto. O seringueiro não tem o dinheiro, é difícil ele pegar no dinheiro, mas tem borracha, ele tem feijão, tem arroz, tem castanha. Eu duvido que uma direção de um sindicato único aceite receber em produção.

O dirigente sindical não tem que ser estático: tem que ser uma pessoa que consiga fazer aquilo que os outros companheiros fazem. Em alguns momentos têm certas coisas que ele não vai poder fazer, mas se a grande maioria decide: "olha, a coisa não dá para ser assim, é para ser desse jeito" e você quer impor determinadas coisas, fica muito difícil,

porque já temos levado muita "porrada" na nossa região com isso. O pessoal de cada seringal tem inclusive línguas diferentes, a forma de falar de um seringal para o outro já tem muita diferença.

Se você começar a isolar essas pessoas, elas começam a perceber que estão ficando de fora de determinadas decisões. Nós conseguimos até hoje sobreviver exatamente por esse trabalho que temos tido, no sentido de aproveitar essas idéias. Até agora não tenho clareza sobre esse sindicato único e enquanto isso não vamos embarcar nessa canoa. Depois que eu for convencido que é uma idéia boa, que, por exemplo, 26 sindicatos, por exemplo, dos trabalhadores rurais no Brasil, resolvem o problema, e não que 26 sindicatos vão ser para simplesmente uma direção poder ter o controle e, às vezes, até impor determinadas idéias... Para já começar a abrir essas discussões, nós vamos organizar um encontro dos seringueiros, dos índios e dos sem-terra. Um encontro para daqui a um ano e seis meses ou dois anos. Estamos começando a procurar o Movimento dos Sem-Terra, para discutir reforma agrária e questões ambientais, juntos. Tem muita gente que é ecologista, fica fazendo festa ao redor de um pé de castanhola na cidade, para defender um pé de castanhola, quando ela poderia fazer uma série de coisas para salvar uma enorme floresta que tem ainda, que é a Amazônia, ou exigir a limpeza dos rios.

Queremos entender muito bem essa questão ecológica, questão ambiental. Nós achamos que é possível as duas coisas caminharem ao mesmo tempo. A questão ecológica não diz só respeito à ecologia urbana, ela diz respeito à Amazônia também, rios, poluição, mercúrio.

Nós já chamamos a CUT, pois ela tem capacidade de agilizar esse encontro. Os sem-terra estão ocupando as terras, eles perderam as suas terras e agora estão ocupando estas terras. Nós achamos que é um movimento justo. Não tem progresso com a terra concentrada. Na Amazônia, os seringueiros estão na terra e estão sendo expulsos. Se é possível os seringueiros ajudarem o Movimento dos Sem-Terra e o Movimento dos Sem-Terra ajudar os seringueiros e os índios, vamos ver como é que fazemos isso. Isso só é possível através de informação, da troca de experiência. Nós queremos articular esse entrosamento dos sem-terra com os trabalhadores da Amazônia, com os seringueiros e com os índios.

Estão dizendo para os sem-terra que a Amazônia é o melhor lugar. E já foram milhares de pessoas para lá. No meu próprio Município, fizeram um projeto de colonização e levaram para lá 500 famílias do Sul. O que é que aconteceu? Os seringueiros que estavam naquela região, simplesmente cruzaram para a Bolívia. Os sem-terra que foram para lá não tinham estrada, não tinham preço de produto, não tinham escola, saúde, não tinham nada. É uma forma de localizar as terras para os fazendeiros. Tem fazendeiro que já comprou 15,20 áreas de terras do pessoal que foi para lá. São projetos mal dirigidos, que estão jogando um monte de gente para a Bolívia.

Os "brasilianos"

Nossa outra preocupação é com os brasilianos. Nós estamos organizando agora um Encontro dos brasilianos, brasileiros que foram expulsos pelos fazendeiros e pelo Incra para a Bolívia. Vai se dar no dia 12, 13 e 14 de novembro. Vai ter lá 1.500 brasilianos. Vamos discutir a forma como eles estão sendo expulsos. Como é que nós vamos enfrentar isso frente ao Itamaraty? É uma questão internacional. E nós não queremos ser pegos como foi pego o pessoal do Paraguai.

Eu gostaria que você falasse um pouco mais sobre a relação desses sindicatos que estão no seu campo político, com a Federação do Acre.

Osmarino - Nós agora decidimos estruturar a CUT no Estado. Através da CUT, temos como juntar esses sindicatos numa proposta de retomada da Federação e filiá-la à CUT. Essa é uma proposta que está sendo muito discutida. Isso está sendo discutido desde que nós ganhamos o Sindicato de Assis Brasil, de Plácido de Castro, de Sema Madureira. A proposta da reserva extrativista e da desapropriação desses seringais vai ter que se dar através da organização dos sindicatos, e através de uma retomada dessa Federação, filiando-a à CUT. O que nos falta é a estrutura, que está com a Federação, que tem dois caminhões, três telefones, paga três advogados. Nós estamos sem advogados. Por que que a gente vai fugir de tomar uma estrutura dessa, que é dos próprios trabalhadores? Se você bota uma direção com as nossas propostas, na direção dessa Federação, automaticamente você vai trazer aqueles outros sindicatos também para a mesma proposta, porque vai entrar uma proposta de um movimento a nível de Estado, com uma proposta que já está na maioria dos sindicatos do Acre. Nessa eleição agora em 91 da Federação, temos todas as possibilidades.

Que formas de organização (associações, cooperativas) os trabalhadores rurais tem se utilizado para resolver seus problemas e qual é a relação dessas organizações com os sindicatos?

Associações e cooperativas

Osmarino - No Acre tem diversas formas de organização: associação de seringueiros, associação de colonos, cooperativas. Hoje tem duas cooperativas muito fortes no Acre, uma em Xapuri, para nós tentarmos tirar da jogada os atravessadores. Tem muita gente que vai comprar borracha e que troca a borracha por mercadorias. Tem muita gente que vai lá comprar o arroz, o milho e que compra por um preço muito baixo. Se tem uma cooperativa que possa segurar o produto dos agricultores e o produto dos seringueiros, eles vão ter como sobreviver. Porque eles sabem que se eles plantarem, vão ter onde vender, e vão ter onde comprar por um preço mais baixo.

Hoje, se a cooperativa se estrutura a ponto de organizar uma usina de castanha, uma usina de borracha, que possa aproveitar melhor o produto dos seringueiros, dos castanheiros, dos pescadores, dos ribeirinhos e dos colonos, seria ótimo. Quando o governo começou a organizar as mini-usinas, ele começou a entrar também nos sindicatos. Ele começou a tirar as lideranças e o pessoal não teve como acompanhar o desenrolar das mini-usinas.

Quando começamos a organizar as oposições, a gente lutava para acompanhar os dirigentes das mini-usinas. Tinha uma ala que estava recebendo propina do governo para não deixar. Hoje a associação não é dirigida por um técnico do governo. Ela é dirigida por um sindicalista. Na área tem um delegado sindical na comunidade e tem o presidente de uma associação ou de uma cooperativa. As decisões não são tomadas sem discutir com os sócios da cooperativa, que também são os sócios do sindicato. A primeira coisa que faz quando está havendo algum problema, é chamar a direção do sindicato. Quando a direção do sindicato tem dúvida, chama as pessoas em quem a gente tem confiança, da CPT, do Centro dos Trabalhadores Amazônicos. São as pessoas que assessoram. Em Xapuri, por exemplo, começou uma cooperativa com 30 sócios e está com mais de 100. E está conseguindo, agora, segurar o mercado dos seringueiros, na

questão da borracha e da castanha. Hoje tem entidades, em São Paulo, em outros países, que estão querendo comprar castanha diretamente do seringueiro. Hoje tem marreteiro que está comprando a borracha nos lugares onde não tem cooperativa, onde não tem mini-usina, por dois cruzados. A cooperativa está comprando no preço de tabela, oito cruzados. Há necessidade de se criar cooperativa nessa área, na Amazônia, para garantir que o seringueiro venda a borracha por um bom preço, porque senão vai vir para cidade e vai esvaziar o seringal. O seringal estando esvaziado os fazendeiros tem facilidade de fazer o desmatamento.

Nós temos que ter imediatamente a preocupação de garantir a questão econômica dos seringueiros, porque o governo e as pneumáticas decidiram boicotar o preço da borracha. Primeiro nós temos que discutir que os seringueiros não têm que viver só de borracha e da castanha. A cooperativa tem como fazer discussões para eles fazerem plantio de culturas permanentes, tem como aproveitar toda a produção do cacau nativo que apodrece. Hoje a cooperativa se encarrega pelo mercado desse cacau. O seringueiro hoje não colhe só a borracha e a castanha, mas também o cacau, a açoba, o babaçu, o pequi, uma série de coisas, que dá óleo, que dá vinho. E a cooperativa garante o mercado disso. Se nós não criarmos essas cooperativas na região, nós não vamos ver mais nenhum seringueiro aqui, com o boicote que o governo está fazendo. Se nós não criarmos agora, não tivermos uma proposta de abastecimento para os seringais, não tem como os seringueiros sobreviverem na floresta. O governo hoje prefere dar subsídio para trazer a borracha da Malásia para cá e prefere investir os plantios de cultivo no sul, do que aplicar na Amazônia. Eles tem a Amazônia como uma fazenda, para fazer projetos de colonização na Amazônia, e ir amenizando os conflitos do Sul. Hoje o governo do Estado tem projetos com o Japão de 340 milhões de dólares. O que significa isso? O Acre não tem o que exportar. Então, sem dúvida, o governo vai entregar toda a madeira, todo o minério para os estrangeiros. E nós achamos que a Amazônia é brasileira e que ela tem que ser aproveitada da melhor forma. E isso só é possível através da organização, a partir dos sindicatos, tentando criar formas de garantir que o seringueiro permaneça na sua colocação de seringa. Porque se ele não está lá, ninguém tem como fazer o "empate". Se o seringal está esvaziado, o fazendeiro chega e derruba. Nós vamos "empatar", ele entra na justiça, o juiz dá liminar, faz a vistoria e diz: "olha, ele vai derrubar porque lá não tem seringueiro".

O Estado e as cooperativas

Mas, se não houver também um trabalho constante de formação política nos sindicatos, também tem o risco dessas cooperativas tomarem outro rumo. Inclusive hoje, o governo já financia algumas cooperativas dessas. O BNDES fez um financiamento para a cooperativa do Tejo, no vale do Juruá. Em Xapuri, os seringueiros, para fundarem a cooperativa, tiveram que se sacrificar com 50 Kg de borracha cada um. Quando ela é criada pelos próprios trabalhadores, então eles tem um cuidado que aquilo dê certo. É suor deles. No Curiam tem uma cooperativa onde eles compram toda a produção dos seringais. Um seringueiro é o próprio dirigente, e eles abastecem o seringal por um ano no inverno. Quando chega o verão ele tira toda a borracha e vende direto na cidade pelo melhor preço. E isso tem feito com que eles sobrevivam. A mesma coisa com os índios.

Em algumas áreas, a associação atrapalha o movimento sindical. Não é o caso de Brasília, de Assis Brasil, nem de Xapuri e nem do Tejo. Mas isso não significa que seja culpa dos próprios dirigentes dessas associações. É uma política que o governo está

A necessidade de formação

fazendo para desmoronar o movimento. Se o movimento não tiver condições de se contrapor a isso, então vai ficar difícil. Porque ninguém de fora vai conseguir.

O que tem que ser feito é a preocupação com a formação. Hoje, no Tejo, tem escolas nos seringais, Xapuri tem escola, Brasília... Quando você cria uma escola num seringal, um posto de saúde, não desmatam mais lá. Agora mesmo as madeiras vieram negociar no Sindicato para tirar as madeiras que eles tinham derrubado no ano passado. Está lá toda a madeira, não tiraram nada. É uma reserva extrativista. Eu acho que tem que se ter cuidado como organizar uma cooperativa dessa, com a forma de conduzir, ligada ao movimento sindical, com a preocupação de formação das pessoas, de aprenderem a ler dentro da sua própria realidade. O próprio calendário de aula lá, é a própria comunidade que faz. Se o seringueiro adulto quer estudar, ele escolhe o sábado e o domingo, vai lá uma pessoa, o monitor. Tudo é dentro das nossas próprias possibilidades. Estamos lutando para que o governo assuma só o pagamento dessas pessoas, porque elas iniciam isso de graça. É um próprio delegado sindical que sabe ler e se dispõe a dirigir as reuniões para as pessoas aprenderem a ler. Estamos tentando que o governo assuma essas trinta escolas que tem em Xapuri, essas outras dezenove que estão se iniciando em Brasília, outras vinte estão lá no Tejo, lá para o vale do Juruá.

Entrevistadores: Leonilde Sérvolo de Medeiros

Luciano Nunes Padrão

Novembro de 1989

II - Sindicalismo, Associações e Estado

O sindicalismo rural se enfrenta hoje com outros desafios, para além da questão do enquadramento sindical. A proliferação de associações de produtores em diversas regiões do país coloca em destaque para discussão a relação entre essas associações e os sindicatos e impõe uma reflexão sobre a sua natureza. Como se pode verificar nos depoimentos que se seguem, há uma preocupação muito grande das lideranças em definir uma política em relação às associações, que emergem quer como mecanismos de defesa econômica dos pequenos produtores, quer como instâncias de organização estimuladas pelo Estado para receberem recursos de projetos especiais.

A ação do Estado, no entanto, não se limita aí. Investindo na formação de sindicatos em algumas áreas, como é o caso do norte do Paraná, repassando recursos para as Federações de Trabalhadores, com se verifica no Nordeste, recria mecanismos de dependência e fortalece determinados grupos e posições em detrimento de outros no interior do sindicalismo.

José Raimundo de Andrade (Dé)

Presidente do STR de Pirpirituba e presidente da CUT-PB. Iniciou sua militância sindical nos anos 70, no sertão. Nos anos 80, foi para o Brejo, onde se tornou direção sindical e participou da fundação da CUT-PB.

Nivaldo Albino

Presidente do STR de Caaporã, membro do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT.

“O posicionamento da Federação da Paraíba tem sido muito identificado com o posicionamento do estado e de órgãos governamentais.”

“Há um distanciamento cada vez maior entre os trabalhadores e a federação. A política que a federação está desenvolvendo é de reforçar o assistencialismo.”

“A associação só substitui o sindicato se, de fato, o sindicato não desenvolver uma ação programada, organizada, discutida.”

Como a Federação dos Trabalhadores Rurais da Paraíba tem atuado depois que o Projeto Nordeste destinou ao movimento sindical uma série de recursos que reaparelham financeiramente as federações?

**Os efeitos do
Projeto Nordeste
sobre a Fetag-Pb**

Dé - Em primeiro lugar, com as altas somas do Projeto Nordeste, sem dúvida nenhuma, a Federação criou mais condições econômicas, contratou mão-de-obra, advogados, técnicos, comprou, se não me engano, uns quatorze ou dezesseis veículos novos, distribuindo pelo menos um para alguns polos que não dispunham de veículos etc. Mas

o que é mais grave para o movimento é que, no aspecto educativo, a Federação regride aceleradamente. Na mobilização recua também aceleradamente. Basta a gente verificar que, ainda no segundo semestre de 87, por ocasião da mobilização de trabalhadores de áreas de conflito, de mobilizações de pequenos produtores e de assalariados rurais, quando se discutia na Federação a questão de mobilização em torno de terra ou da política agrícola, ela alegava que não dispunha de recursos, porque o que tinha era para os assalariados. Quando era época da campanha salarial, discutia-se a questão das mobilizações salariais, a Federação alegava que não podia ajudar porque o que tinha era para o pequeno produtor. Então, de fato, as altas somas de recursos que têm chegado na Federação, foram para a contratação de mão-de-obra, de técnicos, que não têm desempenhado seu papel de estar a serviço do movimento sindical por incompetência ou por linha diferente da Federação... Tem servido para manter em dia os salários de diretores executivos na Federação e comprar alguns objetos, como birôs, para os polos.

Isso tem consequências para a organização, para os objetivos do movimento sindical e para a luta dos trabalhadores de quem a Federação se distanciou cada vez mais. Por quê? Primeiro tem uma certa segurança econômica vinda de fora, vinda do Projeto Nordeste, via Banco Mundial. Então, em relação aos trabalhadores da categoria, ela não se sente com um compromisso, numa dependência da categoria, mas sim desses recursos de fora. Com isso, o posicionamento da Federação da Paraíba tem sido muito identificado com o posicionamento do Estado e de órgãos governamentais.

Projeto Nordeste

O Projeto Nordeste foi elaborado durante o regime militar e lançado pelo governo da Nova República em 2 de abril de 1985. Objetivava beneficiar, em cinco anos, dois milhões de "pequenos produtores" erradicando a "pobreza absoluta" do Nordeste.

Possui seis programas que se destinam a setores diferentes tais como produção, saúde, educação, associação. Dentre estes programas destaca-se o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, o PAPP.

De fato, o PAPP é ainda hoje - após quatro anos de Projeto Nordeste - o único programa em funcionamento efetivo. Sua particularidade, em relação a outros programas governamentais que existiram ou existem na Região Nordeste, está na ênfase na participação. Seus potenciais beneficiários devem participar do Projeto através de suas organizações sindicais ou comunitárias.

As repercussões do PAPP no movimento sindical são múltiplas e diferenciadas. Os sindicalistas aqui entrevistados chamam atenção principalmente para três aspectos: a proliferação de associações de pequenos produtores para encaminhamento de projetos ao PAPP; o uso político que as federações (Fetags) fazem da parcela de recursos do PAPP que lhes é repassada (para melhoria de infra-estrutura, contratação de pessoal e "mobilização") e a relação entre federações e governos estaduais. Estas são hoje questões recorrentes no debate sindical no Nordeste.

Como é essa relação da Federação com o Estado?

Nivaldo - Essa questão diz respeito ao movimento sindical. Por exemplo, na contratação dos advogados, ninguém participa. Escolhem quem eles querem. Eles contrataram um advogado, agora, que é abertamente contra os trabalhadores, é abertamente do lado dos patrões. Quando mataram o companheiro José Avelino, ele foi um dos que foram denunciados pelos companheiros de agir em favor dos proprietários.

**Há um
distanciamento
cada vez maior
entre a
Federação e os
trabalhadores**

Nos pólos sindicais onde tem trabalho mais consequente, não tem estrutura nenhuma, nenhuma. A relação da Fetag com o governo é clara. Por exemplo, quando os companheiros de Pedras de Fogo estavam acampados no Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - Mirad, o presidente da Federação foi junto com os delegados do Mirad, do Estado, da Fundape, para tirar os trabalhadores do Incra. Disseram que iam desapropriar a terra, o que até hoje ainda não vi.

Outro aspecto é o distanciamento cada vez maior entre os trabalhadores e a Federação. Se ela vai para uma área, vai junto com uma pessoa do governo. Chega lá, todo mundo pensa que é uma pessoa do governo mesmo. Vai de carro e tudo. A Federação está imobilizada.

Dé - Quanto ao problema da terra, há uma identidade, uma convergência, de posições entre a Federação, a Fundape e o Mirad. Inclusive num grande encontro de áreas de conflito, o pessoal colocava no mesmo nível de dificuldade para encaminhar a luta, a Federação, a Fundape e o Mirad. Todos os três órgãos estão vinculados, recebendo dinheiro do Banco Mundial. Isso consequentemente leva a um posicionamento idêntico. E não é só a questão do presidente da Federação, é a questão da direção. Toda a direção da Federação tem essa concepção.

Nivaldo - O exemplo mais recente, é a questão do assassinato do companheiro José Avelino. O presidente da Federação estava passando o fim de ano fora. Quando

Luciano Padrlão



Canavieiros da Paraíba realizam manifestação em João Pessoa.

chegou, foi para a imprensa e disse que aquilo não tinha nada a ver com briga de terra, que era briga de trabalhador com trabalhador. A mesma posição da UDR. A UDR foi para os jornais e disse isso. No outro dia ele foi e disse também. Mais atrasado do que a posição do Mirad, que disse que foi por morosidade do Incra.

De que forma esse dinheiro, provindo dos projetos, reforça um sindicalismo mais atrasado na Paraíba?

Dé - De fato, hoje a Federação é para atender as necessidades dos presidentes dos sindicatos. Por exemplo, o cara vem do sertão, dorme e tem agora uma cozinha onde se faz alimentação. Num período de 8 meses eu só fui em uma reunião do Conselho. Estava cheia. Nos corredores, só tinha presidentes dos sindicatos do sertão, a maioria dizendo que estava bom, que tinha almoço, que tinha janta, que tinha dormida agora na Federação. A atual direção sabe tirar proveito por aí. Se você pega, por exemplo, a questão do assistencialismo: ele está arrasando com os sindicatos. Os convênios que o governo vai retirar, mesmo o pagamento médico-odontológico, os sindicatos estão atrasados cinco, seis, sete, oito meses. Pegaram um sindicato que está com sede penhorada na Justiça do Trabalho. Um profissional de saúde cobrou os direitos que tinha, o sindicato resolveu não pagar, então foi penhorada a sede. Resultado: eles vão ficar embaixo de uma árvore. Esse é o exemplo do Sindicato de Alagoinha. Qual é a posição da Federação? Discute sobre essa questão e tira o encaminhamento: convocar uma audiência com o governo para discutir a questão de pôr em dia os atrasados dos convênios. A política que a Federação está desenvolvendo é de reforçar o assistencialismo e, para tentar agradar aos presidentes dos sindicatos, que são votos seguros, dão dormida, alimentação, tem carro para buscar um remédio em algum lugar...

Os usos dos
recursos à
disposição da
Federação

Nivaldo - Lá no polo do sertão, onde não tem conflito nem nada, há dois, três advogados pagos, à disposição do pessoal, com carro, com contador. E tem outro aspecto: os carros ficam à disposição. Os carros chegam na Federação, alguém vai no Inamps, está lá o carro para levar, vai para a Rodoviária, telefona: "pronto, cheguei...", vai buscar na Rodoviária. Agora, para você pegar um carro daqueles para levar trabalhadores, como no Mirad, por exemplo, não tem jeito.

Como essa estrutura toda está sendo deslocada para acompanhar as eleições sindicais?

Dé - Nós temos alguns exemplos claros. Na eleição do Sindicato de Solânia, os diretores da Federação se deslocaram com carros novos, com combustível e mais platéia para defender a chapa da situação. As frotas de carro chegaram dias antes das eleições para ficar à disposição para visitar o Município. No caso de Campina Grande, também. Esse exemplo se repete em outros sindicatos.

Como é que está a questão do Projeto Nordeste, do Projeto São Vicente, que passam pelo movimento sindical?

Dé - Eu estive uma vez na gerência regional de Areia, e encontrei muitos sindicatos da região. Agora, são projetos de quê? De produção, de beneficiamento de produção,



1º Congresso da Central Única dos Trabalhadores. Praia Grande, 1983

aquisição de cimento, construção de alguma coisa, onde os recursos já vão aplicados naquelas finalidades. Envolve, sem dúvida nenhuma, envolve. Mas, está havendo algumas reações, por parte de dirigentes sindicais, porque não tem dado muitos resultados. Por exemplo, projeto de cabras, projeto de criação de porcos e outros. Precisaria inclusive aprofundar melhor a parte técnica. Eu tenho certeza de que se o dinheiro fosse passar pela mão de muitos dos presidentes dos sindicatos que nós temos, o índice de corrupção, sem dúvida nenhuma, estaria alarmante.

Até que ponto essa política assistencialista desenvolvida pela Federação tem atrapalhado (ou não) o trabalho de educação da CUT?

Nivaldo - Tem até ajudado, porque está se envolvendo com a Federação. Alguns a gente não pode dizer, mas a maioria dos sindicatos nossos não está indo na Federação nem durante o Conselho. Daqui a pouco a Federação se acabou. O pessoal não está mais procurando de jeito nenhum. Agora pouco, chegaram uns companheiros, da oposição sindical de Cruz do Espírito Santo e Sapé, com o problema de uma empresa que queria abrir falência. Vieram para a CUT para discutir, elaborar documento, exigir mesa-redonda na Delegacia Regional do Trabalho - DRT. É a gente que discute...

As associações que surgem no bojo desses projetos passam por dentro do sindicato, e outras passam por fora. Qual o critério de passar por dentro e por fora?

**A relação
associação/
sindicato na
Paraíba**

Nivaldo - Na nossa região, as associações foram fundadas numa realidade muito difícil, sem dinheiro para prestação de contas. A gente inclusive pode elaborar estatuto. A alternativa que o pessoal tinha era pegar um dinheirinho no Projeto de Apoio à Pequena Produção - PAPP para plantar. Ajudou. Algumas deram muitos problemas, outras estão caminhando muito bem. Nós tínhamos, no município, duas associações, e

hoje a gente está conseguindo um bom relacionamento, discutir as coisas juntas, os sindicatos e as associações.

Agora, não há nenhuma tentativa da Federação de fortalecer as associações para ganhar posição nos sindicatos?

Dé - Eu acho que tem surgido inúmeras associações, inclusive na nossa região, que estão sob orientação do pessoal de área de conflitos, pessoal da área rural do PT. Agora mesmo, no dia do ato de solidariedade, de exigir punição para quem mandou matar Avelino e executores, o pessoal de Tacima não foi porque estava fundando uma associação de agricultores. O pessoal termina de ganhar o Sindicato. Hoje o Sindicato de Tacima está na mão de uma diretoria provisória, que assumiu por um período de seis meses para promover as eleições, e a luta que está lá dentro do Município ainda não se adaptou a essa realidade, ainda não está passando por dentro do sindicato. Mas aí há uma prioridade para a questão das associações, que podem inclusive ter um futuro meio obscuro. Eu acho que podem ajudar em alguns aspectos mas, em outros, podem tentar substituir o Sindicato.

A associação só substitui o sindicato se, de fato, o sindicato não desenvolver uma ação, não tiver uma linha de ação programada, organizada, discutida. Mas o risco existe.

Inclusive eu tenho depoimentos de outros sindicatos, de que quando o pessoal vai para a associação, começa a receber os benefícios, trator etc e tal, não pisa mais no sindicato.

Dé - Eu queria colocar uma consequência dessas associações. Elas são também uma forma muito boa de "queimar" lideranças trabalhistas. Muitas lideranças não têm o domínio técnico, por exemplo, de lidar com dinheiro, de fazer prestação de contas direitinho, de arrumar as coisas e botar no papel, com palavreado técnico. Como a pessoa não tem o palavreado técnico, "é um bom pé" para o Projeto Nordeste dizer que está errado. Aí vai o técnico para ver aquilo que foi feito errado, e o pessoal começa a responsabilizar a liderança. E começa a jogar exatamente os companheiros contra a liderança. Isso já aconteceu em Campina Grande e pode acontecer em outros lugares.

Nivaldo - Eu tenho a impressão que essas associações, a não ser com incentivo do movimento sindical, sobrevivem enquanto o Projeto Nordeste tiver dinheiro para passar. Se acabou, não sobrevivem.

Há outra coisa que pode ser uma experiência interessante. No nosso município, nós temos só dois grupos de pequenos produtores, e ambos têm associações. E, por exemplo, pode ser uma coisa nova, importante, para uma futura discussão de estrutura sindical: os pequenos produtores ficam agregados numa associação que trata de seus interesses comuns, de crédito, de comercialização etc. e o sindicato é mais dos assalariados. Isso pode, num futuro breve, levar a pensar inclusive em fortalecer uma organização dessa de pequenos produtores, uma associação, uma pequena cooperativa, e o sindicato ficaria para trabalhar diretamente com os trabalhadores assalariados.

Entrevistador: José Roberto Novaes

Janeiro de 1989

Antônio Amorim

Presidente do STR de Tauá - CE e membro do Conselho de Representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Ceará.

“Todo o trabalho que era direcionado aos sindicatos, passou a se voltar para obter recursos do governo. A partir daí acabou-se a discussão no campo. O movimento sindical passou a servir ao estado.”

“O certo seria nós nos reorganizarmos, cobrarmos do estado e denunciarmos.”

“Nós não fazemos mais assembleias na sede do sindicato, nós fazemos a assembleia nas delegacias, para atingir um número maior de pessoas.”

Como você avalia o impacto político-sindical do PAPP no Ceará?

A Fetag-CE vive hoje apenas dos recursos do PAPP

Amorim - Desde que nós participamos do Conselho de Representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Ceará, não vemos uma Federação que reúna os sindicatos e discuta os problemas dos trabalhadores. Chegamos em um período em que já estava implantado o PAPP (Programa de Apoio à Pequena Produção), que dizia ser de apoio aos pequenos produtores. Foi no momento em que se criou uma política específica para o Nordeste, principalmente para o Ceará, onde havia várias ligações entre a direção da Federação e os membros das Secretarias Estaduais, Comissão Estadual de Planejamento Agrícola - CEPA, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene. Foi também num momento em que propuseram que 10% dos recursos do PAPP ficassem à disposição da Federação dos Trabalhadores do Estado do Ceará. A partir daí, todo o trabalho que era direcionado aos sindicatos passou a se

voltar para obter recursos do governo e manter um projeto de assessoria. A nossa Federação tinha apenas quatro funcionários, passou a ter seis técnicos em assessoria, sete advogados contratados. Todos andavam de ônibus como nós, aí passou a ter F-1000, Del Rey Ouro, todo equipamento de birs e outras máquinas. A partir daí acabou-se a discussão no campo. Antigamente tinha discussão, meio divergente mas tinha. A partir desse momento, não se fez mais isso. Hoje, nós nos encontramos com a Federação no seguinte pé: está limpa porque não tem mais recursos dos sindicatos. Não ajudou os sindicatos a ter sua autonomia financeira e, automaticamente, também não tem financiamento para se sustentar. Vive apenas de projetos do PAPP. Para se ter uma idéia, no ano de 88, ela recebeu, só para a educação popular, cinquenta e oito milhões de cruzados, no Ceará. Desse total, ela aplicou no máximo dois milhões em reuniões com alguns dirigentes sindicais que eles consideram mais amigos, e o restante em passagens para viagens fantasmas. Agora, por último, derrubaram o prédio da Federação e estão reconstruindo uma coisa mais bonita, com o dinheiro que era para a educação popular.

Para se ter uma idéia, de dezembro de 87 até hoje, foram feitas duas reuniões do Conselho de Representantes, quando a programação era mensal. Eles não brigavam, por exemplo, por formas de luta, não se contrapunham a nós. No entanto, não as encaminhavam. Um exemplo concreto: no dia 24 de dezembro, decidimos ter uma grande manifestação no Estado do Ceará, sobre a questão da reforma agrária. Marcamos para o dia 28 de janeiro. Coincidentemente, foi nesse mesmo dia que o Caiado foi para o Ceará. Dia 27 à noite deu o maior "cacete" no aeroporto, com os companheiros que foram lá recepcioná-lo, e, no dia 28, durante o dia, nós fomos para todos os locais em que o Caiado estava, protestando, sendo enfrentados pela polícia, passando carro por cima etc. A Federação desmobilizou o ato e ficou lá na sua sede, sem fazer mais coisa nenhuma. Esse é o tipo de Federação que nós temos.

Você disse que antes havia uma certa discussão política, mesmo que trabalhando em campos divergentes. Qual era a proposta de implantação política do sindicalismo que a Federação tinha e qual a proposta que vocês estavam levando? E, depois do PAPP, como é que se dava essa articulação?

Amorim - Na verdade, naquela época, diziam que a CUT era uma entidade que estava dividindo o movimento sindical. Eles pretendiam levar um sindicalismo contra as discussões de base. O negócio deles era manter todos os sindicalistas velhos, de 15, de 20 anos, no poder, e nós já encampávamos, naquela época, uma oposição sindical. Colocávamos também essa questão de autonomia sindical. Então era altamente conflitante. Eles diziam que isso era acabar com o movimento sindical, era dividi-lo. E eles mantinham uma posição. Não diziam que queriam ficar atrelado ao governo. Diziam que queriam que os trabalhadores se organizassem. Havia, porém, uma grande diferença: nós tínhamos um trabalho com as bases, e eles tinham apenas um trabalho com as direções, principalmente com presidentes. A tesouraria e secretaria do sindicato são altamente desinformadas de tudo. Só quem participa são os presidentes dos sindicatos, que estão sempre na Federação.

Tem a ocupação de um canal de televisão que é o canal do Estado, todo dia, meia hora. Agora mesmo, um fato recente: nós tivemos duas grandes prisões, uma em Canindé e outra em Sobral. Muita tortura, inclusive os companheiros chegaram a beber 20 litros

de água de uma só vez, quase que ficavam mortos. Na hora de ir para a Secretaria de Segurança Pública, passamos pela Federação, apenas um advogado que estava lá nos levou. A direção da Federação sequer nos acompanhou à cidade onde fomos torturados porque era uma área de apoio, e o latifundiário que fez isso estava de acordo com o governador. Se é de alguém que eles têm divergência, então tudo bem, eles pegam como se fosse a direção da coisa. Mas buliu com o Estado, com o governo atual.

Os dirigentes da Federação também pertencem à comissão paritária da CEPA e se sentem muito felizes de estarem aprovando projetos. Vivem de fazer o Projeto São Vicente. Os principais diretores da Federação que estão no interior vivem de fazer isso. Eles estão deixando a discussão política da situação sindical totalmente perdida.

Seria muito mais importante nós termos as condições de organizar os nossos trabalhadores, ter consciência do que está acontecendo e denunciar. Talvez fosse mais importante do que ficar todo o tempo atrelado ao Estado.

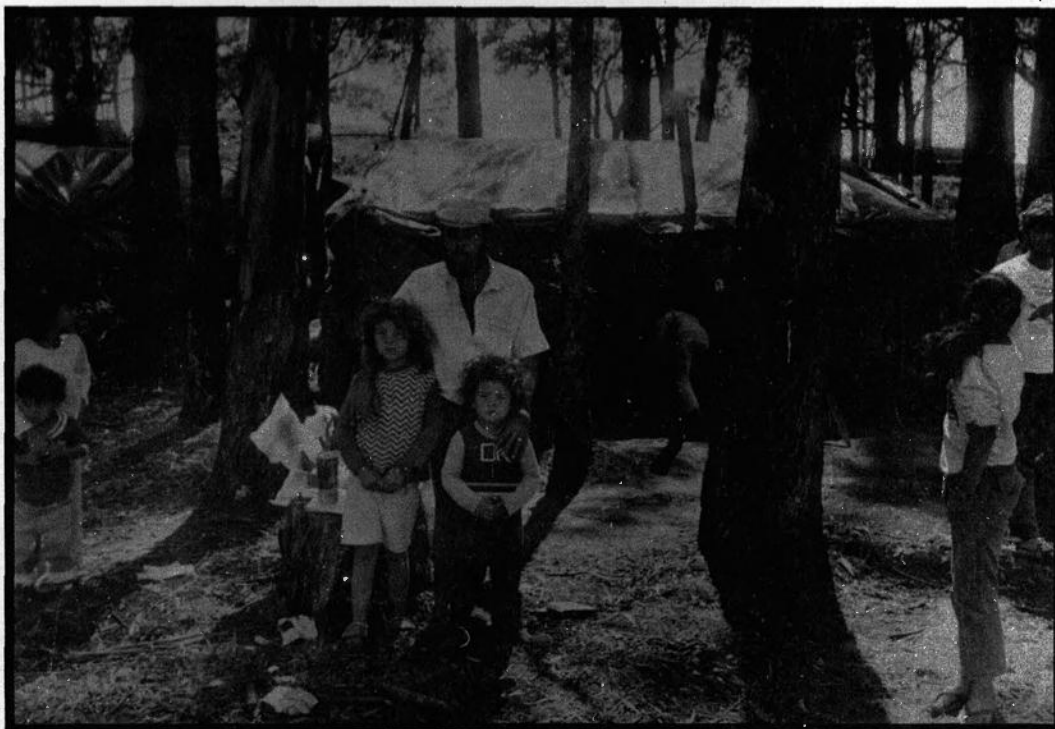
Você não acha que esse projeto, na medida em que coloca recursos na Federação, auxilia, através de uma política de crédito rural, aos pequenos produtores, à medida em que forma as associações? Não é uma contribuição efetiva para o movimento sindical? Eles estão contratando advogados etc. e, por outro lado também, o pequeno produtor, está demandando crédito, está demandando apoio. Como é que se pode analisar essa política, sem ver que ela está afinada com a perspectiva do próprio movimento sindical?

**O movimento
sindical passou a
servir ao Estado**

Amorim - Eu penso que há um equívoco do movimento sindical nessa hora. Veja só: na medida em que tem o PAPP, que é dirigido para pequenos produtores, na medida em que se fundam associações, eu entendo que, para haver uma contribuição para o crescimento sindical, seria preciso nós estarmos com esses grupos bem organizados, para cobrar do Estado. O que é que está acontecendo? O inverso. O movimento sindical passou a servir ao Estado. Por exemplo, só no nosso Município, Tauá, no período de 30 de setembro a 15 de novembro de 1988, foram fundadas 50 associações comunitárias, com o claro objetivo de acabar com o sindicato.

É verdade que nas associações que foram fundadas nas comunidades que têm orientação própria e capacidade de decisão, os recursos dos projetos São Vicente, PAPP, são bem aproveitados, seja para aplicar nos implementos agrícolas, seja para aplicar em outras coisas que venham a beneficiá-las. Para se ter uma idéia, nós temos hoje comunidades que não aceitam comprar veneno, porque já estão num nível de organização tal que lá se trabalha com tecnologia alternativa. Compram-se os implementos para fazer avançar o trabalho, mas não se compra mais aquilo que está determinado nos projetos. Os técnicos não fazem mais o projeto, são eles próprios que o fazem.

Como o movimento sindical se atarantou com o dinheiro, ele se perdeu. Nós temos hoje, só no nosso Município, 38 projetos, que é o mesmo que não ter ido para lá. Até os instrumentos que foram comprados estão encostados lá. Onde a Federação está aplicando esse dinheiro está sendo da mesma forma, porque o importante não é a aplicação: é quem está aplicando, que tipo de organização se tem para favorecer isso. Nós temos vários implementos agrícolas que estão lá encostados, enferrujados, sem



Trabalhadores acampados. Encruzilhada Natalino, Rio Grande do Sul

trabalhar. O companheiro está com isso lá e, como o sindicato não está ajudando, não está dando orientação para a organização dele, ele continua arrastando. Por exemplo, coloca os pés com a enxada trabalhando no toco, e não consegue destocar a terra para trabalhar mais fácil.

Penso que há um equívoco no movimento sindical. O certo seria nós nos reorganizarmos, cobrarmos do Estado e denunciarmos. Nós estamos fazendo o contrário. Hoje o Estado está a salvo das denúncias. Quem está sendo denunciado é o movimento sindical. Para se ter idéia, eu estive agora num sindicato que tem seis mil associados, e estavam quites com o movimento sindical somente sessenta companheiros. Há um ano atrás, nós tínhamos 4% dos associados do Estado do Ceará que quitavam seu sindicato. Hoje não chega a mais de 2%. Qualquer corte nos recursos, o sindicato também se acaba, e isso para nós é questão fundamental. Essa, inclusive, é uma discussão que nós estamos fazendo com o Departamento, no meio do nosso sindicato de oposição, porque há um erro grave, também, da parte nossa, especialmente quando nascemos. Todos nós somos filhos do trabalho da Igreja, que é de dizer que não paga o sindicato ou então vota para baixar a mensalidade. Isso para nós é um erro grave. Hoje, como dirigente, eu sei quanto é que isso custa, porque o importante seria ter condições de pagar a mensalidade e se organizar no sindicato, fazer dele um grande instrumento de organização. Isso, com esse trabalho da Federação, acabou.

Os nossos dirigentes nunca foram capacitados a executar esse tanto de dinheiro, principalmente quando é para um programa que eles nunca planejaram. Para ter uma idéia, chegou um momento que a Federação não sabia se era executiva ou fiscalizadora do programa. Nós passamos a executar um programa que não sabíamos o que era. E o governo ganhou com isso, porque inclusive agora ele pode dizer com muita segurança que o movimento sindical é incompetente.

Quais são os problemas que a CUT enfrenta para fazer o seu trabalho de base, mediante essa ação eficaz do Estado, da Federação?

Amorim - Os sindicalistas estão contentes, a grande maioria. Os trabalhadores não, porque na verdade não estão sendo beneficiados. Nós, da CUT, estamos com problemas também. Somos dezessete, vinte sindicatos cutistas, uma oposição muito fraca e não estamos indo para o confronto. Alguns sindicatos nossos estão cometendo alguns erros. Temos sindicatos cutistas que continuam cobrando imposto sindical na folha, na área rural, coisa que nenhum reformista faz. Isso é um atraso para nós. Um outro problema que nós estamos enfrentando é divergência entre o campo e a direção da área urbana. As divergências de grupos políticos conseguiram ultrapassar, muitas vezes, o interesse dos trabalhadores.

Mesmo assim, os sindicatos que nós temos e que estão conseguindo dar a volta por cima, tem crescido muito. Por exemplo, o Sindicato de Canindé cresceu em mais de 30% o seu número de associados. Nós de Tauá, que estávamos com 700 sócios que participavam, hoje estamos com 3.200, em um ano e meio de trabalho. Estamos nos tornando, não a CUT em si, mas esses sindicatos "cutistas", referência para várias oposições no campo e também para alguns sindicatos. Agora, não resta dúvida que existe muita dificuldade para nós, sindicalistas "cutistas", trabalharmos com sindicalistas ligados à Federação. São apaixonados dum jeito, que não conseguem sair de onde eles estão para chegar numa discussão.

Como essa relação da Federação com o Estado, e o uso dos recursos pela Federação, fortalecem, na prática, o setor mais atrasado do movimento sindical?

**A relação da
Federação com o
Estado favorece o
setor mais
atrasado do
movimento
sindical**

Amorim - Há muitos sindicatos que não são beneficiados. Quem é beneficiado são os diretores da Federação, mas eles são obedientes aos diretores. O único benefício que eles trazem é receber a mensagem dos diretores, de ficar calmo, não ir para a briga, não votar no conflito de terra. Para se ter uma idéia, existe conflito da Federação com o próprio Mirad no Ceará, com a própria Secretaria de Agricultura. O atraso da nossa Federação é maior do que desses dois setores do governo.

Em relação à Federação, até que ponto, sem esses recursos, ela vai conseguir manter o mesmo esquema de aliciamento, de domínio sobre os sindicatos?

Amorim - Se for cortado mesmo, como há uma notícia, para nós será um crescimento, porque como ela não tem nenhuma proposta política para os sindicalistas, vai ficar sem poder aliciar. Nossa única preocupação é que, além dessa notícia, tem uma outra por trás que é triste para nós. É que o governador está criando um fundo específico para apoiar. Mesmo que vá sair o PAPP, que é um programa maior, vai ficar um programa específico a nível de Estado. Mas se cortar, sem dúvida, vamos ter um crescimento. Tem uma região, a do Cariri, que fica na fronteira de Pernambuco e da Paraíba, que são vinte e oito municípios, e se isso desaparecer, nós vamos ter acesso aos 28 municípios para debater. Claro, com muita dificuldade, são pessoas que vêm com um vício muito antigo. Mas já existe uma porção desses sindicatos com rachas, onde o secretário pertence à CUT, onde o tesoureiro pertence à CUT. Aí já facilita muito para nós fazermos o trabalho. Mas se voltarem os recursos, nós vamos continuar com a mesma dificuldade de antes.

O trabalho de base

Eu queria que você falasse um pouquinho o que é o trabalho de base, no dia-a-dia.

Amorim - Tem dois momentos. Nós temos um momento que chamamos comunidades de base, que são, fundamentalmente, as comunidades eclesiais de base. Isso se trabalha principalmente na área onde estão as oposições sindicais. Querendo ou não, a Igreja hoje no Estado do Ceará é quem tem a maior força a nível de trabalhar com as oposições sindicais.

No outro momento, que nós chamamos também de trabalho de base, é a nossa experiência sindical, que trata de duas questões. A primeira é organizar os trabalhadores nas suas delegacias e nas comunidades, pegando a orientação das resoluções do congresso da CUT. Nós temos tentado muito fazer esse trabalho de fundação de bases sindicais, chamando fundamentalmente a juventude. Esse trabalho inclui várias bandeiras. Nós estávamos agora encaminhando no nosso Município uma proposta de política agrícola, vendo qual a região que produz mais, o que produz etc.

E, se nós não tivéssemos vinte e quatro delegacias sindicais, se não tivéssemos cento e dez comunidades de base, não estávamos conseguindo fazer esse trabalho. Nós conseguimos no nosso Município ter todas as propriedades relacionadas. As que tem mais de quinhentos hectares, as que tem menos, as médias. Nós pegamos os dados oficiais e depois pegamos os moradores. Inclusive há uma diferença muito grande. Os moradores conhecem: "a largura dessa terra é tal, e o comprimento dessa terra é tal..." Então esse tipo de coisa tem dado certo. Se não fosse o trabalho nas bases, não faria isso.

Nós realizamos nosso primeiro congresso, no nosso Sindicato de Trabalhadores Rurais, um congresso Municipal, aonde reunimos, durante três dias, duzentos e sessenta e nove companheiros. E só para discutir o problema da saúde, o problema da educação.

Uma das coisas que pegou e está sendo muito interessante é a questão da tecnologia alternativa, porque todo mundo lembra do passado, quando combatia as pragas. Hoje desapareceram os pássaros, não tem mais nem urubu sequer no nosso meio. Criou o bicudo. O bicudo vem de que? Do excesso das inseticidas. Com esse debate, estamos atingindo quase 60 comunidades. Aí parte para a questão sindical, a obrigação que nós temos de nos organizar e termos alguém no poder político. Então criam-se as condições para um grande debate.

Não fazendo isso, você fica só discutindo a nível de algumas lideranças que vêm se reunir no Sindicato. Nós não fazemos mais assembléias na sede do Sindicato, nós fazemos a assembléia nas delegacias. Ao invés de você fazer uma assembléia com 30, 40, 100 pessoas, nas delegacias nós fazemos com o mesmo número e atinge muito mais gente. s vezes, ao invés de atingir 100 pessoas, nós atingimos 200, 300 pessoas em um mês. Não trabalhamos mais no fim de semana. Fomos descobrindo as formas de trabalhar, e até os dias de trabalhar: terça e quinta-feira são dias chaves para nós trabalharmos no interior.

Entrevistador: José Roberto Novaes

Janeiro de 1989

Manoel dos Santos (Manoel de Serra)

Arrendatário do sertão, iniciou-se na atividade sindical através da Animação Cristã no Meio Rural - ACR. É da diretoria do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Serra Talhada, Pernambuco.

“Nós combatíamos o grande envolvimento do movimento sindical com estes projetos, inclusive com a liberação de recursos. O São Vicente, PAPP, o Padre Cícero não contribuíram para o fortalecimento do sindicato.”

“Nas lutas que a federação encaminha, nós entramos para reforçar, como também, quando encaminhamos nossas lutas, chamamos a federação como órgão de representação dos trabalhadores. Porque entendemos que a estrutura sindical deve ser quebrada por dentro, e não se separando grupos para competir, deixando outros de fora.”

“A propriedade do movimento sindical é se organizar enquanto sindicato, na sua delegacia sindical, a ponto de ser capaz de responder às principais dificuldades dos trabalhadores.”

Qual foi o caminho que você percorreu para chegar ao movimento sindical?

Manoel- Eu comecei, em primeiro lugar, participando do movimento da ACR que, no final dos anos 60 e início dos 70, foi bastante significativo em algumas regiões de Pernambuco. Particpei da primeira reunião na Casa Paroquial de São José do Belmonte, município vizinho. Foi em 1973. A partir daí comecei a participar das reuniões também em Recife, comecei a sair mais de casa. Em 78, eu entrei no Sindicato como primeiro suplente. Em 79, o presidente do Sindicato foi assassinado e eu assumi como tesoureiro, até 81. Em 81, houve a eleição, me indicaram e fui eleito presidente. Fiquei dois mandatos e hoje estou na secretaria do Sindicato.

Você encabeçou uma chapa de oposição à Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco - Fetape?

**Oposição à
Fetape**

Manoel - Não foi bem uma chapa de oposição. Mesmo trabalhando junto com a Fetape, nós sempre questionamos a limitação política nas suas posições, tanto no encaminhamento das lutas, como também no que diz respeito ao enfrentamento com o Estado. Sempre fizemos essa oposição por dentro.

Na eleição passada, eles, sentindo que de fato nosso movimento crescia, começaram a se preocupar e a nos chamar para participar de uma chapa composta. O movimento de oposição também contava com a participação do Polo Surubim que, embora próximo à Fetape, por divergências internas passou a fazer parte desse grupo de oposição. Havia, ainda, o pessoal do Movimento de Evangelização Rural - MER. Esse grupo de oposição tinha parte da região da Mata e o grosso mesmo era do sertão. Começamos a discutir. Como eles sentiram que o movimento tomava fôlego, passaram a procurar o pessoal do MER e também o pessoal do Partido Comunista Brasileiro - PCB, e fizeram um acordo com eles, para compor a chapa. Assim, próximo da eleição, quando íamos organizar a chapa de oposição, parte desse pessoal de oposição já estava na chapa da Fetape. Eles nos procuraram e fizeram a proposta de me colocar como secretário geral.

Discutimos com o Polo do Sertão Central, de Araripe e chegamos à conclusão de que, a essa altura, como o pessoal da Zona da Mata e do Agreste já tinha feito acordo, se nós não ficássemos com essa posição de secretário geral, seria mais difícil, porque estaríamos por fora da discussão. Tirou-se a decisão de que eu faria parte dessa chapa. Num primeiro momento, nós fizemos esse acordo mas, depois, começaram reclamações vindas de companheiros do Araripe que antes eram da diretoria e que não tinham ficado satisfeitos porque estavam fora da chapa. Começaram a mobilizar o pessoal lá sob o argumento de que nós tínhamos mobilizado o pessoal como grupo de oposição só para ganhar posição. Uma vez que estávamos saindo como secretário geral, já não estávamos mais nos preocupando com a posição do pessoal do Araripe. Com essas colocações, nós rediscutimos a questão e passamos a encampar essas propostas e a demandar que, na chapa, também se abrisse um espaço para a participação do pessoal do Araripe

Na medida em que a Federação foi fechando esse espaço, não foi dando oportunidade para esta participação, chegamos a conclusão que era melhor ficar junto com o pessoal que estava protestando contra aquela chapa do que ficar dentro de uma chapa em que os companheiros que no sertão faziam oposição não estavam achando boa. Resultado: decidimos ficar de fora, e aquele companheiro que tinha articulado esse movimento, falando da insatisfação do Araripe, fez um conchavo com a Federação e passou para o outro lado.

A Federação conseguiu levar o pessoal do MER, conseguiu levar o pessoal do PCB, conseguiu o Araripe, e ficamos sem condições de fazer uma chapa porque não tinha representatividade. Então, dentro do próprio congresso, proclamamos o voto em branco como forma de protesto e tivemos mais de 20% dos votos brancos.

Agora, nós estamos fazendo avaliação de que não vamos mais puxar para o voto em branco. Vamos encabeçar uma chapa para concorrer e vamos jogar para ter peso.

Aproximação com a CUT

Como você se aproximou da CUT?

Manoel - Eu comecei participando do movimento da ACR do qual também fazia parte Manoel Raimundo, que hoje é do Centru. Ele me convidou - eu já no sindicato - para participar das reuniões da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais - Anampos, que era a antiga articulação das organizações populares. Particpei de algumas reuniões e começamos a estudar as propostas que estavam sendo levantadas para a Primeira Conferência dos Trabalhadores. Ficamos interessados em participar do Congresso de Fundação da CUT, mas a Fetape resolveu fazer uma série de manobras dentro da discussão (lembra: tem congresso, não tem) e não participamos. Mas recebemos todo o material, começamos a ler, e discutimos com o pessoal. No segundo, nós já participamos e ficamos, inclusive, na direção, na representação da direção em Pernambuco. Começamos a participar cada vez mais das discussões da CUT e a assumir tarefas.

Pudemos também fazer uma avaliação, vendo as propostas da Contag que, na época, não era Confederação Geral dos Trabalhadores - CGT, mas representava as propostas da CGT. Olhando, avaliando as propostas que eram defendidas pela Contag e as que eram defendidas pela CUT, foi fácil perceber que nos identificávamos com as propostas da CUT.

Hoje tem você e quem mais na área rural?

Manoel - Bem, no sertão nós temos, a nível de secretariado, 3 companheiros que são lideranças maiores: Raimundo Aquino, o companheiro Joaquim Nunes, que é do Conselho Fiscal e está já despontando e eu. A nível de sindicato nós temos, além de Serra Talhada, Triunfo, São José do Belmonte, Betânia e Cedro. No Polo do Submédio São Francisco, nós temos o Sindicato de Petrolândia, Itacuruba e parte do Sindicato de

João Roberto Ripper



Trabalhadores rurais da Fazenda Juarins, estado de Goiás

Floresta. No polo do Pajeú, nós temos Itabira e Itapetu, que são os sindicatos de maior peso. E no Araripe, nós temos Exu, parte da diretoria de Uricuri e também parte da diretoria de Araripina e Trindade.

Quais são as dificuldades que você vê em relação à CUT em sua região?

As dificuldades da CUT no campo

Manoel - A maior das dificuldades é o nível de conhecimento político do pessoal. A maior parte daqueles que estão no sindicato entrou sem uma visão clara do que era o seu papel e também não teve a oportunidade de passar por um processo de formação. Trabalham muito mais no campo dos interesses imediatos, ou seja, do assistencialismo.

A segunda é que não temos ainda no campo ninguém que seja liberado para fazer esse trabalho e não contamos com recurso que dê condição para fazer essa articulação. Eu considero esses os dois pontos principais que impedem um crescimento maior da CUT na área rural.

É interessante notar que, em Pernambuco, a CUT cresce no sertão e entre os pequenos produtores e tem mais dificuldades na Zona da Mata. Você teria alguma opinião sobre isso?

Manoel - A principal razão é que, na Zona da Mata, os sindicatos são muito mais conservadores do que no sertão. Os sindicatos de maior peso e combatividade na Zona da Mata estão estreitamente ligados à Fetape, que nem aceita discutir a proposta da CUT. A CUT está começando a se introduzir na região da cana através das oposições sindicais.

As bases do seu sindicato são de que tipo de trabalhadores?

As lutas no sertão

Manoel - As bases do meu sindicato são, em primeiro lugar, pequenos proprietários e, em segundo, arrendatários. Mas, a grande maioria ainda são os trabalhadores sem terra, que estão morando hoje nas periferias das cidades, trabalhando como bóias-frias.

Como é a atuação sindical para essas três categorias - proprietários, arrendatários e a das periferias das cidades?

Manoel - Têm momentos em que essas três categorias estão juntas. No caso, por exemplo, de momentos de seca, está todo mundo envolvido e nós temos puxado lutas conjuntas. Na questão, por exemplo, da produção, comercialização, nós reconhecemos que tanto o Sindicato de Serra Talhada como os demais sindicatos do Estado de Pernambuco não têm assim uma atuação mais ativa.

Quando os trabalhadores tiraram dinheiro do banco, nós tivemos também lutas importantes em torno da liberação do crédito, para conseguir anistia para os pequenos produtores que estavam sendo explorados pelo banco. E aí entram tanto os pequenos proprietários quanto os arrendatários que têm contrato, que são poucos, mas que também estão nesta faixa.

Outros momentos em que estávamos juntos, tanto o pequeno proprietário quanto o arrendatário e até algum grande proprietário, são os de lutas de barragens. Nós temos, no município de Serra Talhada, duas barragens: uma que foi construída e que atingiu duzentas e cinquenta famílias e outra que está sendo construída, que vai atingir setecentas. Nessa barragem maior, o pessoal de fato compreendeu a luta, juntou e paramos a barragem duas vezes. Ficamos a primeira vez trinta dias acampados lá, parados, e a segunda vez dezessete dias. Como estava ligado a interesses econômicos, inclusive dos grandes fazendeiros, eles iam lá, davam também ajuda, alimentação. Nesse momento conseguimos ficar juntos.

Os principais desafios que temos são dois. O primeiro é como desenvolver uma luta no campo da pequena produção - entra direto no campo da política agrícola. O outro é a questão dos sem-terra, porque na discussão que temos feito com os trabalhadores ainda não despontou um movimento de acampamento, um movimento de lutas mais diretas. As lutas são mais individualizadas, de resistência na terra, para aqueles que já estão trabalhando como arrendatários não saíam, não sejam despejados. Mas não há ainda uma ocupação, uma coisa que possa se registrar como uma ação mais concreta e coletiva daqueles que não têm terra.

Qual tem sido a experiência de vocês quanto aos projetos governamentais como, por exemplo, o PAPP, o São Vicente?

Os projetos de apoio à pequena produção e o sindicato

Manoel - Nós tivemos uma discussão com os órgãos do governo, que foi puxada pela Federação, antes da implantação do PAPP, e sugerimos uma série de modificações. Mostrávamos claramente que o projeto, da forma como estava elaborado, não iria conseguir cumprir seus objetivos, ser um instrumento que contribuísse para a organização dos trabalhadores e para a transformação da situação econômica e social dos trabalhadores.

O que nós combatíamos, em primeiro lugar, era o grande envolvimento do movimento sindical com estes projetos, inclusive com a liberação de recursos. A gente advertia tanto ao Estado como à Federação, na época, que o movimento sindical deveria ser sempre um instrumento de sugestão, de fiscalização dos projetos e não de administração. Era essa a nossa posição.

Quanto ao São Vicente, todos os municípios começaram a mandar projetos. Começamos a discutir com o pessoal mostrando como se trata de uma faca de dois gumes. Por um lado, serviu do ponto de vista econômico, e por outro lado, criou uma confusão porque o pessoal não está ainda organizado para receber este recurso.

O que assistimos é que, na grande maioria dos municípios, começaram a se organizar comunidades de repente, em função do capital. E todos os sindicatos que entraram nesse jogo estão hoje achando que foi um passo errado, porque o São Vicente, PAPP, o Padre Cícero não contribuíram para o fortalecimento da organização comunitária, para o fortalecimento do sindicato. Nós aqui somos o sindicato que mandou menos projetos. Mandamos quatro projetos do PAPP e cinco do São Vicente. Os do PAPP foram todos aprovados; do São Vicente só foi aprovado um até agora. Esses poucos que foram aprovados já estão dando muito quebra-cabeça para nós, porque esse programa é de mentalidade individualista e estamos discutindo com o pessoal,

procurando fazer com que dessas dificuldades nasça uma mentalidade mais política, mais capaz de levar a própria comunidade a resolver seus problemas.

Em algumas comunidades aonde tem um representante do sindicato mais informado, aonde a pessoa já participava de reuniões em grupo, antes do projeto, está dando mais ou menos certo. Mas, naquelas comunidades que foram, por exemplo, organizadas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater - em função do capital, onde o sindicato já entrou a reboque para ver se não deixava a coisa à toa, as brigas são constantes, desvio de recursos, venda de animal, briga interna. É um negócio muito sério.

Que tipos de projetos são?

Manoel - Os projetos que foram feitos são para comprar animal de tração, para arar e cultivar a terra, compra de vacas, construção de uma casa de farinha etc.

E sobre a parte do projeto Apoio às Pequenas Comunidades Rurais - APCR - que é colocada para as federações gerirem para a contratação de pessoal, vocês participam disso?

Manoel - Participamos. Em primeiro lugar, participamos das reuniões conjuntas. E nelas mostrávamos que, já que a Federação tinha entrado neste projeto, deveria ser administrado da melhor forma possível. Deveria ser feito concurso para a contratação de pessoal, para evitar que se colocasse alguém por amizade, porque alguém tinha pedido e depois não desse certo. Quando a Federação passou a implantar sua política em cada Polo, decidimos que não aceitávamos, no Sertão Central, que as coisas fossem determinadas pela Federação. Determinamos que só aceitaríamos os recursos se fosse dentro dos nossos critérios, recursos para os técnicos que resolvêssemos contratar; que o motorista do carro tinha que ser escolhido pelo sindicato do Polo e não que o carro já fosse para lá com motorista; também, que os recursos para treinamento fossem administrados por nós. Se a Federação também quisesse administrar, estava bem. Agora, não seria a Federação que iria manobrar quem era o assessor, o tipo de curso. E assim é que tem sido administrado.

Inclusive, nós temos também um programa de rádio. A Federação faz um programa padronizado, escrito e manda para todos os sindicatos que têm programa de rádio. A gente nunca utiliza esse programa porque é dentro de uma linguagem mais técnica. Muitas vezes, até numa linguagem que quando fala com o trabalhador, ele não gosta muito. Por exemplo, trata muito como se estivesse tratando com o Jeca Tatu. Apelidos que é como se estivesse jogando o trabalhador na sarjeta. E nós achamos que o trabalhador precisa que se converse com ele como uma pessoa natural, não usando apelidos, uma linguagem que ele não gostaria de ser. Nós fazemos o programa ao vivo. Nós mesmos o programamos e administramos. Não usamos o da Federação.

Mas é bom ficar bem claro que apesar da gente ter toda uma forma de administração diferente, nas lutas nós estamos presentes. Nas lutas que a Federação encaminha, nós entramos para reforçar, como também, quando encaminhamos nossas lutas, chamamos a Federação como órgão de representação dos trabalhadores. Porque



Despejo de famílias acampadas em Vila de Cava, Rio de Janeiro

entendemos que a estrutura sindical deve ser quebrada por dentro, e não se separando grupos para competir, deixando outros de fora.

Nós temos tido alguns exemplos de que esses projetos têm melhorado a infra-estrutura das federações. Porém, têm tornado algumas federações um apêndice do Estado. Em um dos casos, como no Ceará, na Paraíba também, os técnicos do Estado são aqueles que estão tentando puxar as federações. Quer dizer, as federações não estão sabendo se aproveitar desses recursos. Aqui em Pernambuco como isso tem se dado?

"A estrutura sindical deve ser quebrada por dentro"

Manoel - Aqui eu vejo um pouco diferente. Não é que o Estado tenha procurado se aproveitar ou dar direção. Nesse sentido, a Federação tem sido capaz de utilizar esses recursos dentro do seu programa. Concordo que tem fortalecido a estrutura da Federação, mas tem também, por outro lado, uma dificuldade da Federação, como órgão de verdadeira defesa e representação dos trabalhadores, enfrentar o Estado. Porque quando existe o econômico, existe sempre uma certa dependência,

partindo do princípio de que se a gente apertar o adversário, ele diminui o recurso. Por exemplo, nós fizemos um encontro com o Secretário da Agricultura, em Serra Talhada, no final de 87, num período crítico de seca, no meio de março. Era também quando o governo estava tentando passar esse projeto de crédito popular, dizendo que não tem correção. Mas a correção estava embutida no preço do produto que ele recebe. E os sindicatos do Sertão Central e do Araripe tiveram um enfrentamento muito forte diante do Secretário, enquanto o pessoal da Federação ficava muito na defensiva, no apaziguamento, como mediador. Não tinha aquele mesmo embate do período de Roberto Magalhães, Marco Maciel e em outros governos. Aí eu acho que tem as duas coisas: tem a questão do peso financeiro que representava esse projeto, e também a questão da afinidade partidária, pelo fato do pessoal ser do PMDB, etc.

Como o Sindicato tem atuado nas lutas econômicas do pequeno produtor?

Manoel - Com o passar dos tempos, começamos a sentir que nós temos tido uma atuação razoável no campo das lutas políticas. Somos conhecidos como um grupo sindical mais ou menos respeitado, que tem clareza do ponto de vista do que procura fazer. Sentimos que, do ponto de vista político, a transformação a longo prazo é o caminho. Mas, para os trabalhadores que estão aqui, hoje, plantando seu milho, seu feijão, convivendo com as dificuldades da praga, da pouca terra, do pouco preço, é muito difícil pensar em como se aguentar para recuperar isso num sistema de transformação mais avançado. Quer dizer, o interesse deles é uma questão de vida ou morte: o dia-a-dia, a sua produção, a sua terrinha que está ali... Ele fica imprensado, e o Sindicato muitas vezes não tem resposta. Então, começamos com uma proposta de discutir com os trabalhadores sobre como melhorar a condição de sua produção, através da utilização de sementes selecionadas, sobre começar a entender também tecnicamente como eles podem, com menos trabalho, ter mais produção. A questão da comercialização é um fator que nós não estamos ainda trabalhando. A discussão está mais no campo da tecnologia, tanto da tecnologia alternativa, via o pessoal do Centro de Tecnologia Alternativa - CTA, quanto estamos pegando experiência nessa discussão com 5 comunidades, através de um convênio com o Serviço de Cooperação Técnica Alemã. É um trabalho novo, para ver, a partir dessas comunidades, o que é possível mudar, na prática, na vida dos trabalhadores, tanto do ponto de vista da produção, quanto do ponto de vista do interesse do pequeno produtor em se organizar numa dimensão maior e que esse trabalho venha também fortalecer a organização dos sindicatos.

Você acha que os sindicatos devem estimular a formação de associações de produtores?

Manoel - Eu acho que não, porque o sindicato deve ter prioridades. E, na minha compreensão, a prioridade do movimento sindical é se organizar enquanto sindicato, na sua delegacia sindical, a ponto de ser capaz de responder às principais dificuldades dos trabalhadores. Eu acho que, se nós temos um programa de crédito, a questão da comercialização, pequena produção e o problema da falta de terra, o sindicato deve funcionar com comissões para tratar dessas questões e não ficar a diretoria responsável para cuidar de tudo. Mas isso não implica necessariamente na organização de comunidades, de produtores de associação. Quando o sindicato, que já está organizado, que já existe na

sua área de atuação, estimula os trabalhadores a se organizarem em associações, ele perde, de fato, sua condição de órgão organizador, representante e defensor dos trabalhadores. Eu acho que é possível e necessário se organizar em comunidades, criando comissão na própria comunidade. Por exemplo, em nosso Município existem comissões representativas das comunidades, no caso dos projetos, mas não necessariamente implica numa associação registrada e independente do Sindicato. Eu não vejo isso também como uma forma de querer impedir a organização dos trabalhadores, mas é uma forma do sindicato se situar como um órgão que tem representatividade de coordenar a organização dos trabalhadores, discutindo esses problemas por comissões.

Nesse debate que está havendo hoje e que é muito atual, sobre sindicato único ou sindicato por categoria, você já chegou a ter uma posição sobre isso?

O sindicato e as associações

Manoel - Eu não tenho uma posição acabada. Eu acho que a estrutura sindical, de fato, é uma questão em discussão. Nós vemos que, com a estrutura sindical imposta, fizemos muita coisa aqui que não era o que queríamos, mas que éramos empurrados a fazer. Nós estamos numa nova fase da discussão, de aprendizagem. Muitas coisas que hoje a gente acha que é o melhor, amanhã a gente pode achar que deve ser modificado. Eu acho que, pelo menos com a visão que os trabalhadores têm hoje, a criação de mais um sindicato na mesma categoria não contribui para a unificação das lutas. É preciso muita consciência política para que a gente, estando com mais de um sindicato na mesma categoria, consiga estar presente unitariamente nas lutas. Mas é uma coisa que a gente pode vir, amanhã, a sentir a necessidade de fazer.

Existe uma mudança qualitativa na luta sindical entre o governo passado e o governo Arraes, uma vez que dentro do governo Arraes existem esses assessores do próprio movimento sindical? Isso abriu um campo maior para facilitar o trabalho sindical de organização?

Manoel - Se compararmos o governo Arraes com o governo de Roberto Magalhães, por exemplo, no campo das organizações, temos que reconhecer que há uma diferença positiva. Em primeiro lugar, o governador tem orientado a Emater, os grupos que estão ligados ao governo, a trabalhar com os sindicatos. Até mesmo as pessoas da Legião Brasileira de Assistência - LBA aqui em Pernambuco têm procurado os sindicatos para fazer um trabalho conjunto. Nesse sentido, acho que não podemos dizer que não tenha havido mudança. Também, se tem tido na prática, no caso dos programas de emergência, as condições de se discutir. É bom lembrar que, no governo de Marco Maciel, nós reunimos aqui, em 82, um grupo de 5 mil trabalhadores, na frente do Palácio do Governo, e ele não recebeu sequer uma comissão para discutir o problema da seca. Com Arraes, ele já mandou várias vezes o Secretário de Agricultura para o sertão para discutir lá com a gente. Quer dizer, há uma modificação.

Agora, o que eu acho que é o mais grave nisso tudo é que o movimento sindical não tem sabido aproveitar-se dessa oportunidade para se organizar. Eu acho até que o movimento sindical, no período da ditadura, tinha muito mais gás, muito mais peito de enfrentar, de denunciar. No momento em que aparece essa oportunidade de abertura, ficamos muito mais parados, deixamos de fazer muitas coisas que teríamos condições

de fazer. Eu acho que é uma realidade de responsabilidade dos trabalhadores. Agora, eu não quero com isso também achar que, da parte do governo Arraes, está tudo bem. Ele tem feito muita coisa errada que não poderia ter feito. Por exemplo, ele tem se escondido demais. Ele fez uma campanha que puxou todo mundo para votar nele, assumindo uma bandeira contra a criminalidade no campo. Não mudou nada nesse sentido. Fez uma bandeira também defendendo a reforma agrária: não apresentou, até agora, nenhum programa de reforma agrária diferente dos outros. Ao contrário, na primeira reunião que eu fiz com o Secretário do governo, na Fetape, a proposta que o governador trazia, através do seu Secretário, era de um acordo entre os plantadores de cana aqui da região canavieira e os trabalhadores, para que os usineiros cedessem a terra para o plantio de milho dentro da cana. Olhe, dentro de cana não dá para plantar milho nem feijão. Simplesmente, o trabalhador ia limpar a cana de graça.

Está todo mundo esperando por aquelas promessas feitas durante a campanha, e ele nem sequer vem para dizer o que é que ele pode fazer e o que não pode, quais são as dificuldades que ele está enfrentando no campo da estrutura econômica nacional. Então, ele está com todo espaço para que nós, de fato, "baixemos a lenha".

Entrevistadores: José Roberto Novaes

Regina Célia Reyes Novaes

Julho de 1989

Zeno Minuzzo

De Pérola d'Oeste, sudoeste do Paraná, secretário de Política Sindical da CUT-PR

“Precisamos construir o momento de mostrar que a nossa proposta era diferente da proposta das cooperativas e da proposta dos sindicatos patronais que tinham aderido ao movimento.”

“O movimento sindical se afirma na nossa região em 1983, 84, com uma bandeira quase que única da luta pela terra, onde vemos o processo novo de ocupação e, não só de ocupação, mas também de embate direto com os latifundiários.”

“Não dá para a gente ficar simplesmente juntando produtores para que eles se unam. É preciso que essa associação tenha compreensão política da importância que tem no processo da luta dos trabalhadores e que ela é um instrumento para além da conquista e a melhoria econômica do grupo participante.”

Fale um pouco da sua trajetória no movimento sindical?

Zeno - Somos das lideranças do Paraná, provindos de uma leva de agentes sindicais produzidos nos anos 70 pelo trabalho que a Associação de Estudos e Orientação Assistência Rural - Assessorar desenvolveu na nossa região, discutindo a importância do sindicalismo e a necessidade de ultrapassar a militância de Igreja e começar a atuar mais no campo social. A minha militância mais direta no movimento sindical começa em 1978, quando fizemos a primeira organização de oposição sindical. Não conseguimos formar uma chapa em 1980. De 1980 a 1983, nos organizamos de fato e ganhamos a eleição em 1983. De um total de 2.030 votantes, fizemos quase 1.900 votos. Foi histórica a votação da nossa oposição.

**O trabalho das
oposições no
sudoeste do
Paraná**

Em torno de que questões se dava a oposição às direções? Quais eram as discordâncias?

Zeno - As discordâncias das oposições em 1978, 79, eram oriundas do grande movimento que fizemos nesse período com os suinocultores e, fundamentalmente, com relação ao papel do sindicato. Nós fazíamos uma discussão regional e chegávamos ao entendimento de que o sindicato deveria ter um papel muito mais amplo do que aquele sindicato assistencialista que tínhamos. Por outro lado, visualizávamos outras lutas, não só dos suinocultores: a questão da produção, por exemplo. Na época, falava-se em boicote de plantio na região, e nós não tínhamos nenhum instrumento. Com as discussões todas que fazíamos, aparecia a necessidade de transformar o sindicato nesse instrumento.

Eu acho que eu sou uma das lideranças sindicais da região que menos militou no Município. Ganhamos o Sindicato em agosto de 83 e, em março de 84, fui indicado pela região para assumir a coordenação da microrregião sindical ligada à Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Paraná. Na época, uma microrregião que era famosa no Estado por ser a única fechada como oposição à Federação.

Em janeiro de 1986, foi fundada a CUT regional, uma das primeiras CUTs regionais fundadas no Brasil. Em 1987 ela se afirmou e se tornou uma referência na região, com as grandes mobilizações contra as medidas do Plano Verão, a cobrança indevida da correção monetária, questão do crédito etc.

Até 1987 era difícil disputar oposição, falar de CUT na região, visto todo o processo que se desenvolveu de mostrar a CUT com outra cara, todo aquele discurso que se pregou de que o pessoal da CUT era baderneiro etc. A partir de 1987 eu assumi a presidência da CUT regional. Nesse momento conseguimos, juntamente com outros companheiros, ser referência dentro do movimento que foi feito. Chegamos a reunir mais de trinta mil pessoas em março de 87, conseguimos fazer um grande racha com a Frente Ampla e diferenciar a nossa proposta.

Fiquei dois anos na presidência da CUT regional e, hoje, estou iniciando as atividades na Secretaria de Política Sindical da CUT Paraná, o que é um desafio do meu ponto de vista, porque é uma coisa nova: um rural desenvolver essa atividade dentro da estrutura da Central. Além disso, desde o primeiro congresso da CUT estadual sempre estive presente também na sua direção. Fui também candidato a prefeito no meu Município nas últimas eleições. Chegamos a fazer 17% dos votos, ficando em terceiro lugar. Havia três candidatos: o PMDB ficou com 38% dos votos, PFL 26% ou 27% e nós com 17%.

Você estava falando das lutas que vocês levaram em 87, 88 e que acabaram por diferenciar as propostas da CUT das da Frente Ampla. Como esse processo se deu?

**As propostas dos
pequenos
produtores nas
lutas de 87/88
diferenciavam-se
das da Frente
Ampla**

Zeno - Quem levantou e quem puxou o movimento fomos nós, o movimento sindical. Atrás vieram as cooperativas, as prefeituras, toda a estrutura da burguesia regional. Eles adentraram nesse movimento de tal forma que chegamos, em um momento, até a perder o controle nos encaminhamentos. Na cabeça da grande maioria das lideranças estava a idéia de que precisávamos construir o momento de mostrar que a nossa proposta era diferente da proposta das cooperativas e da proposta dos sindicatos patronais que tinham aderido ao movimento.



Trabalhadores na plenária do 3º Concut, Belo Horizonte, 1988

Quando as lideranças das cooperativas, os sindicatos patronais e os sindicatos dos trabalhadores rurais sentavam juntos, a diferença era visível, mas a massa não tinha nenhum conhecimento disso. Até mesmo várias de nossas lideranças, várias direções dos sindicatos dos trabalhadores rurais tinham a compreensão de que só íamos avançar no momento em que estivéssemos todos juntos. Para nós, era preciso construir o momento de mostrar que os interesses que estavam em jogo eram antagônicos.

Houve até racha interno no Sindicato dos Trabalhadores lá da região com relação a isso. Numa reunião ampla de preparação ao grande ato que iria se realizar no dia 25 de março, onde estavam representados a Associação de Municípios do Sudoeste do Paraná, a Associação de Vereadores, as cooperativas, os sindicatos patronais, num grande racha, nos levantamos e saímos da reunião. Mais da metade dos dirigentes sindicais de trabalhadores rurais continuaram, entendendo que a nossa posição era incorreta no momento.

Mas em torno de que girava a proposta?

Zeno - Nós apostávamos que na pauta de reivindicações era preciso constar a defesa da criação do módulo máximo de propriedade, a diferenciação no tratamento dos subsídios para a agricultura (nós achávamos que deveriam ser limitados aos produtores de até cinco módulos, o que na nossa região gira em torno de oitenta hectares) e o assentamento dos trabalhadores acampados que nós tínhamos na época. Num período curto, antes, nós tínhamos feito grandes acampamentos e estávamos passando por um período de ocupações com mais de duas mil famílias da região.

Quando colocávamos isso em pauta, vinha a resistência dos sindicatos patronais, das cooperativas e das autoridades regionais. Fomos para a grande concentração do dia 25, para o grande ato que deveria desembocar em bloqueios de bancos, rodovias... O movimento sindical dos trabalhadores rurais estava totalmente desarticulado e, num grupo reduzido, montamos toda uma preparação da nossa participação no dia, com a

organização baseada em propostas diferenciadas. Sabendo que o público que ia estar reunido lá era composto em noventa por cento por proprietários de até cinco módulos, e que tem na sua cultura a reforma agrária como uma coisa importante, e sabendo que, com as bandeiras que levantávamos, atendíamos ao conjunto dos pequenos produtores que iam estar reunidos naquele dia, nós chegamos, empolgamos a massa e conseguimos determinar o grande racha, as direções das cooperativas se retirando, os deputados presentes sendo vaiados pela massa etc.

Foi um momento importantíssimo de luta para mostrar que as cooperativas, os sindicatos patronais defendem uma proposta diferente. Isso foi em março de 1987. Outro fato foram as posições tomadas a partir da concentração de 25 de março. Ficamos na região 12 dias parados. Eu cito, só como exemplo, o nosso Município, que tem 3.280 propriedades rurais. Nós chegamos a ter dias com mais de 3.000 pequenos produtores parando a cidade. Nós ficamos 12 dias nesse processo.

A reivindicação mais imediata qual era?

Zeno - Na época, a reivindicação imediata era o fim da correção monetária: os bancos estavam cobrando e o Plano Cruzado tinha determinado o congelamento da correção monetária. Essa era a reivindicação imediata. Depois, ampliava-se essa reivindicação com relação à nossa proposta de política agrícola, nessa pauta ampla que nós mantemos em parte hoje. O grande momento que aí marcou é que o racha não se deu mais entre nós, um grupo pequeno de lideranças, mas passou a se dar nos municípios. Aí os trabalhadores começaram a entender também, e a conhecer os inimigos locais.

Foi no embate desses 10, 12 dias em que os municípios ficaram parados. Quando aparecia a nossa pauta de reivindicação, apareciam os inimigos. Conseguimos deixar presente a luta de classe, em tudo que se faz na região: isso é fundamental, aparece em qualquer ato que realizamos hoje.

Você estava falando que os planos econômicos da Nova República de alguma forma criaram condições concretas muito difíceis para a pequena produção quanto à correção monetária, por exemplo. Isso potencializou alguns encaminhamentos de luta e do próprio trabalho junto aos pequenos produtores, ou essas lutas são anteriores?

Zeno - É muito complicado isso porque a Nova República pode ter propiciado alguns momentos para avançarmos na luta, mas a prática e a nossa vida, enquanto pequenos produtores, não se diferenciam com a Nova República. A Nova República pode ter acelerado um pouco esse processo, mas não foi um marco. As lutas já vinham acontecendo, principalmente na nossa região, onde elas estão presentes desde 1977, 78. Teve até momentos mais fortes do que com a Nova República. Dá para a gente citar aí 1984, 1985, que foi o grande avanço, o grande momento em que conseguimos ganhar vários sindicatos quando, no pano de fundo, o que estava presente era a luta pela terra. Foram grandes momentos da luta.

**O movimento
sindical se afirma
na luta pela terra**

O movimento sindical se afirma na nossa região em 1983, 84, com uma bandeira quase que única da luta pela terra, onde vemos o processo novo de ocupação e, não só de ocupações, mas também de embate direto com os latifundiários. Um exemplo: no final de 1983, a Fazenda Annoni, onde não só se deu confronto político, mas também confronto de pistoleiros dos fazendeiros com os ocupantes e posseiros e, posteriormente a isso, a ofensiva dos posseiros como coisa pensada. O nosso poder de mobilização em 1984, 1985, era até maior do que em 1987. Neste ano, o fato criado com o Plano Cruzado ajudou a mobilizar. Nesse momento, o público foi muito grande porque não eram só os trabalhadores que se mobilizavam, mas o conjunto, os grandes e até mesmo parte da população urbana.

Como é que vocês dentro da CUT têm refletido e tem encaminhado a questão da estrutura sindical?

Zeno - Eu sou uma das lideranças sindicais que questiona muitas coisas. Se nós dermos uma olhada há dois ou três anos atrás nas lideranças (com exceções, é lógico) a grande maioria delas aceitava muito aquilo que as assessorias faziam nas formações, ou tentavam levar essa proposta ideológica. Eu acho que é fundamental frisarmos que nós estamos atravessando um momento importantíssimo na questão da direção do movimento sindical no campo, porque as lideranças começaram a quebrar a preguiça mental que é comum, e começam a raciocinar e a questionar tudo o que aparece. Elas não aceitam mais coisas ditas.

Com referência à questão da estrutura sindical, principalmente posteriormente ao III Concut, eu vou falar mais a nível de Paraná. Eu acho que está amadurecendo a discussão e não se tem com muita clareza onde ela vai parar, mas a grande maioria das lideranças do movimento sindical paranaense, hoje, tem uma convicção: nas regiões onde predomina a pequena propriedade, manter, pelo menos por enquanto, esse sindicato que está aí, tentando diversificar, dentro dele, as diferentes frentes de luta.

**O governo
estadual está
fundando
sindicatos no
norte do Paraná**

Uma outra convicção é a fundação de outros sindicatos, como o Sindicato de Assalariados. Se nós não discutirmos a forma de encaminhar isso, ou não encontrarmos uma saída para esse momento, vamos ser empurrados pelos próprios trabalhadores a fazer isso ou as forças contrárias vão implementar a fundação do Sindicato de Assalariados no Paraná. Isso já está explícito: já tem quatro pré-fundações de sindicatos no Paraná, pela estrutura do Estado. O governo Ivaro Dias tenta, através de 4 milhões de cruzados novos, que jogou na mão de um ex-diretor da nossa Federação, a fundação de sindicatos de assalariados para tentar minar a base política da Fetaep, que é o Norte Velho e o Norte Pioneiro do Paraná, por briga política interna. O grupo do Ivaro Dias e companhia limitada, Aníbal Cury e outros, com um outro grupo mais ligado ao Bamerindus e com ex-lideranças do ex-governador Jaime Cannet Júnior e do grupo do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB - hoje no Paraná, em conjunto com o grupo que se aliou ao atual prefeito de Curitiba. São as três grandes forças, que daria para chamarmos de três blocos fortes de comando político paranaense ligados à burguesia. É uma briga interna: ou a gente entra com a fundação do Sindicato dos Assalariados do Paraná com uma proposta diferenciada ou os trabalhadores vão nos empurrar a fazer isso (é o que está acontecendo com as greves de Atalaia e Alto Paraná nesse momento) ou a estrutura do Estado vai investindo nisso. É uma região canavieira com uma grande investida do capital japonês, que está trazendo para essas regiões muitos assalariados para o plantio de mais de 60 mil hectares de laranja.



Assembléia de posseiros. Arabá, Pará

O Paraná é um dos estados onde o capitalismo mais investiu nos últimos 15 ou 20 anos. Tem uma burguesia que eu considero uma das mais inteligentes do país e o movimento sindical, em contrapartida, não tem uma história de lutas, com exceção dos trabalhadores do campo. Não tem uma concentração industrial forte e isso dificulta para que a gente marque com lutas importantes e o movimento sindical passe a ser uma referência no Estado do Paraná.

Outro fator importante na questão da estrutura sindical é com que consciência os 47 sindicatos de trabalhadores rurais cutistas que existem no Paraná hoje estão assumindo a construção do Departamento Rural da CUT. Isso mostra um pouco a concepção que essas lideranças estão tendo da importância da gente largar o nosso santo de casa e fazer com que a nossa luta se dê mais no conjunto. Isso mostra a importância que as lideranças estão tendo para discutir e melhorar essa nova estrutura sindical que não está ainda muito clara, onde estamos querendo chegar com isso, no que vai dar e qual é a melhor forma da gente encaminhar a questão da nova estrutura sindical, principalmente no campo.

A CUT tem algum trabalho na área de assalariados lá no Paraná?

Zeno - Eu queria resgatar um pouco ainda a história das lutas. É interessante não esquecermos que a direção das lutas primeiras nos anos 70 e início da década de 80 geralmente se dava com quem estava presente nelas. É importante ter isso claro: pelo menos quando está se iniciando um processo de lutas, passa a ser direção quem apresenta uma proposta que atenda ao coletivo dos interesses.

Com relação aos assalariados no Estado do Paraná, existe uma história de lutas que já vem se desenvolvendo há anos, não num processo de trabalho da CUT, mas com um acompanhamento permanente de vários companheiros da Comissão Pastoral da Terra - CPT, com exceção de uns dois anos para cá, na região do Alto Paraná e Atalaia, que são dois centros de concentração de assalariados do Paraná: já ganhamos o Sindicato de Alto do Paraná no ano passado e fundamos o Sindicato de Atalaia, no final do ano de 88. Esses dois sindicatos já puxaram este ano uma greve importante, inclusive com confronto com a polícia. Conseguiram, via comissão de canavieiros, negociar diretamente com o patrão, passando por cima do dissídio coletivo firmado pela Federação. Afora isso, não se tem nem uma outra experiência com assalariados, com exceção do sudoeste do Paraná que tem alguma experiência com bóias-frias, que já tirou algumas negociações diretas sem dissídio. É um processo diferente de negociação direta com o sindicato patronal, é um ensaio que está se fazendo na área dos bóias-frias. Com relação a assalariados não tem outra experiência no Paraná.

Com relação às associações que estão sendo criadas, como vocês estão acompanhando esse processo, o que estão vendo e avaliando?

A criação de associações e cooperativas

Zeno - É importante a gente resgatar também a história dessas associações. Eu pegaria como exemplo uma associação no município de Capanema, que já tem em torno de 9 a 10 anos de vida: uma associação fundada até antes de ganharmos o Sindicato de Capanema. Ela foi fundada com o objetivo de reunir um grupo de pequenos produtores para enfrentar a proposta política e ideológica da cooperativa na época. Lembro dessa discussão que se fazia no interior das oposições. Em 1972, estruturou-se a cooperativa na nossa região e, por volta de 77, 78, já se fundaram essas pequenas associações de produtores para tentar mostrar que o jeito de fazer cooperativismo era diferente. Até hoje ela patina, não consegue se firmar enquanto associação, principalmente porque não consegue ganhos econômicos para esse grupo, não modifica a sua vida.

Outra coisa interessante que já dá para a gente sentir é a diferença que tem nas diversas associações que são fundadas ou por interesses de grupos ou por sindicatos ou por órgãos do Estado, prefeituras, principalmente a Emater, e que ficam sempre nesse mesmo processo. A outra questão que é bem diferente é o que está acontecendo hoje no Município de Manguaçu: as associações são fundadas nos assentamentos. É um Município que tem uma história recente de luta, com a primeira ocupação feita lá, em 1984. Já houve a conquista do sindicato, o pessoal hoje já está também no comando da Comissão Municipal de Saúde, já disputou as eleições. Junto com esse processo todo, existem 16 associações nesse Município, associações que não ficam só na questão dos lucros, já começam a ir em busca dos meios de produção: os moinhos coloniais, as serrarias para cortar madeira para construção, fornos coletivos para fabricação de carvão, tratores e outras máquinas que vêm a servir o conjunto da associação. Passam a deixar de simplesmente ser uma associação para ir para o confronto com a proposta

de cooperativismo, mas partem para as questões práticas, aquilo que de fato venha a atender a necessidade desse grupo de produtores. A grande diferença é que essas associações em Mangueirinha extrapolam a discussão anterior de associação que se tinha e que se tem espalhado por esse Brasil afora. Preocupam-se na conquista dos meios de produção. Primeiro conquistam a terra. Tendo a terra na mão, sentem que isso só não chega, que é preciso avançar. Não encontram respaldo no aparato do Estado e procuram formas alternativas.

As associações têm um papel político

O que temos visto muito nas associações até hoje e para mim é uma preocupação, é que não dá para a gente ficar simplesmente juntando produtores para que eles se unam. É preciso que essa associação tenha compreensão política da importância que tem no conjunto, no processo da luta dos trabalhadores e que ela é um instrumento para além da conquista e a melhoria econômica do grupo participante, que além disso tem a luta política que precisa ir além da união desse grupo, tem que extrapolar essa união e começar a mexer nas outras questões de fundo da nossa luta, que é a conquista dos meios de produção e, além disso, oferecer também a sua estrutura, estar à disposição das outras lutas, pela conquista da terra, até mesmo da luta político-partidária. Aqueles que trabalham com associações tem que deixar de ficar acreditando que temos que ficar juntando 6, 7, 8, 10 produtores, que daria para chamar de 6 ou 7 ou 8 pobres para transformar isso numa riqueza e aí acaba o papel da associação.

O papel da associação vai além disso. Ela pode ser uma forma muito interessante de resistência contra a investida do capitalismo e dar também a sustentação e a resistência da posse dos meios de produção, principalmente a terra, que é o meio de produção maior.

Uma outra coisa que é preciso ter presente quando a gente discute a questão da pequena produção e das associações é que, hoje, competir com o grande complexo agroindustrial é impossível. Eles têm diversas formas de matar essas associações, dependendo do interesse. Então, para mim, a associação que simplesmente se preocupa com a questão econômica do grupo não tem razão de ser associação. Ela vai ser de fato uma forma fundamental de resistência quando, na sua proposta política, está embutida a proposta maior de luta do conjunto da classe trabalhadora e, além de se preocupar com isso, ter a sua atividade voltada para expandir essa experiência.

Como é que você vê a relação sindical com a associação?

A relação sindicatos / associações

Zeno - São outras experiências. Nós temos por aí associações que vêm e fortalecem o sindicato. Quando eu falo que a associação tem que ter embutida na sua proposta política a luta dos trabalhadores, tem que estar também embutido o fortalecimento do sindicato. Está existindo muito essa diferença de forma de atuação das associações. Pode ter grupos que estão hoje fazendo associações porque o sindicato não conseguiu dar resultados às suas lutas econômicas. Então o grupo se fecha, se reúne e tenta buscar esse resultado. Em Mangueirinha, por exemplo, já está organizada uma central das associações do Município, mas quem ganhou o sindicato e quem está levando a luta sindical hoje são as lideranças dessas associações.

Eu não vejo maiores problemas de relação da associação com o sindicato se tiver esse nível de consciência. Agora, se ela vai ser formada simplesmente para resolver

problemas econômicos de algumas pessoas, fica difícil o relacionamento, porque ela pode até passar a ocupar o lugar do sindicato nessa luta. Acho que toda essa questão está acontecendo porque as associações hoje não encontram ainda a resistência maior da burguesia local. É diferente para o movimento sindical: ele passa a ter importância no poder local, passa a ter resistência e aí, em contrapartida, a organização da burguesia passa a não deixar que aconteçam as vitórias econômicas. Ou, se elas acontecem, dificultam que capitalizemos essa conquista. Para mim, as burguesias locais ou municipais ainda não perceberam a força política que essas associações podem se tornar. A única resistência que há até agora é das cooperativas. As cooperativas estão percebendo isso.

E o comércio local?

Zeno - Em algumas cooperativas no Centro-Oeste há um mercadinho dentro da associação que, em alguns casos, altera até o preço dos produtos dos outros comerciantes. São diferentes as associações do centro do Paraná das outras associações espalhadas por esse Brasil inteiro. Por exemplo, no Município de Nova Tebas, a associação dos produtores tem em seu bojo a grande maioria dos pequenos produtores do município e tem, como instrumento dessa própria associação, um hospital que é da associação. Essa associação é, de fato, um poder local já constituído. Acho que uma associação como essa pode até ter dentro dos seus objetivos a comercialização dos produtos produzidos pelos seus associados para competir com o mercado. A comercialização ou a produção programada, ou a sobra da produção da pequena produção é um dos objetivos da associação.

Já no Município de Turvo, no centro do Paraná, a associação tem diversidades maiores. Nela, a burguesia local já conseguiu ter o seu poder. Aí, a relação passa a ser diferente. É importante a gente se preparar nessas associações, principalmente quando a gente começa a falar de começar a competir. É o que eu dizia antes: o capitalismo tem diversas formas de acabar com essas associações: ou toma o poder nelas ou então acaba com elas através da concorrência ou coisa parecida. É importante a gente se preparar para esse embate, tanto de sustentação política como também o embate comercial. Quando a associação se forma e consegue ser uma referência, ela vai ter toda essa resistência.

Entrevistadoras: Regina Célia Novaes

Leonilde Sérvolo de Medeiros

Mariana Pantoja Franco

Agosto de 1989

Policácio Bispo Ferreira

Presidente da Federação de Trabalhadores Rurais de Tocantins. Tem 29 anos e é nascido em Barrolândia, Estado de Tocantins. Quando foi eleito presidente da Federação, em 1988, Policácio trabalhava como parceiro nas fazendas da região.

“Ao contrário de certos sindicatos, nós damos apoio aos trabalhadores que visam fazer uma ocupação; nós não mandamos ir, mas damos apoio.”

“O Mirad nas áreas de assentamento, está organizando associações e colocando quem eles querem. Essas associações não vão ajudar a resolver os problemas dos associados. Elas vão servir é para desestabilizar o sindicato e a organização dos trabalhadores.”

“É preciso que os pequenos se associem para ter acesso a financeiramente para produzir melhor.”

Como começou o trabalho sindical na sua área?

Policácio - Desde 1983 começou a articulação para fundar o Sindicato de Miracema. Eu ainda não participava mas as irmãs de Barrolândia me davam livros para ler. Num determinado momento, o pessoal de Barrolândia criou uma comissão, com gente de Barrolândia, Divinópolis e outros lugares, ligada à CPT e à Igreja, mas sem ligação com a Federação de Goiás. Algumas vezes, eu participava da Comissão, mas isso foi tempos depois, quando eles já tinham feito um bom trabalho. Em 1985, o Sindicato de Miracema foi criado e, no mesmo ano, foi preciso constituir a delegacia de Barrolândia, porque ficava a sessenta quilômetros de Miracema e o pessoal de Barrolândia é que tinha trabalhado para criar o Sindicato de Miracema. Foi assim que comecei. No dia 20 de janeiro de 1986 foi dada a carta sindical de Miracema. Aí fomos trabalhar para tirar a diretoria e eu passei a fazer parte da chapa. Fui eleito tesoureiro do Sindicato de Miracema.

A criação da Fetag-TO

E a Federação?

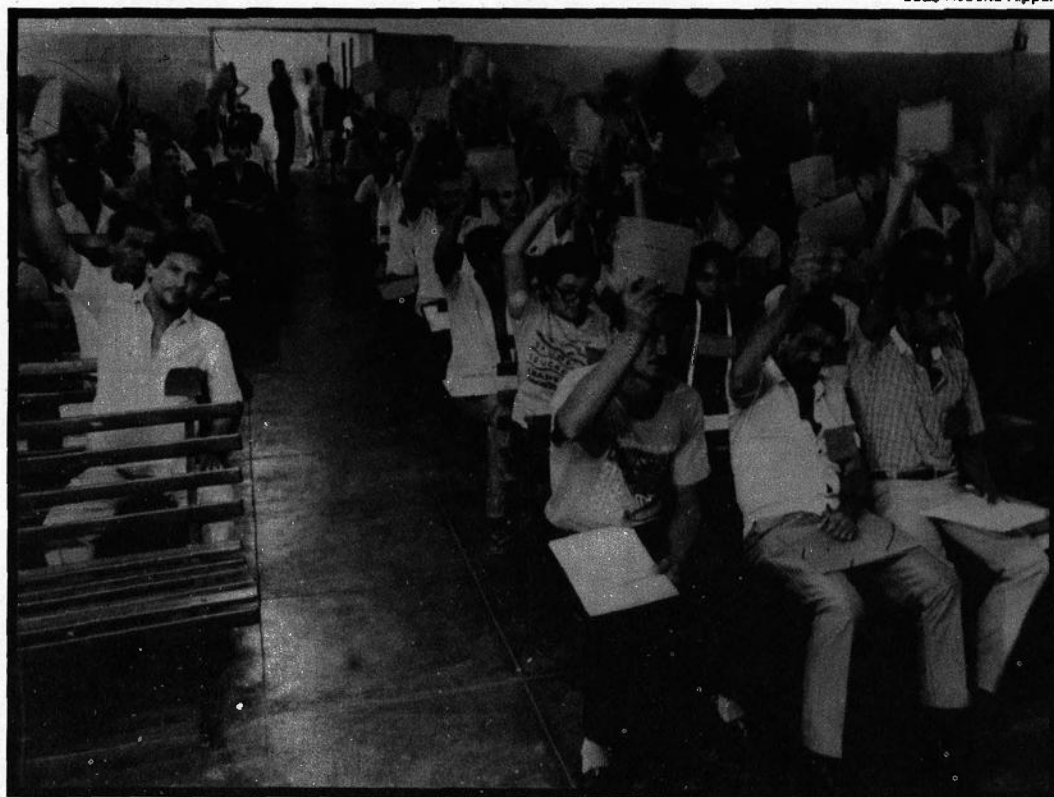
Policácio - A gente sempre reclamou do descaso da Federação de Goiás com relação aos sindicatos aqui do Tocantins, principalmente com relação aos que não são filiados. Eles são um grupo de pessoas que, com relação à luta de terra, processos de desapropriação, posse, direitos trabalhistas, não tomavam providências, sendo uma Federação que tem infra-estrutura para isto. Não estavam correspondendo. Uma Federação cuja diretoria fica só em Goiânia, não visita os sindicatos, para tomada de decisões não consulta as bases; a decisão é de cúpula, como se diz.

Assim que se falou da criação do Estado do Tocantins na Constituinte, já começamos a falar na Fetag-TO. Nós não concordávamos com a política da direção da Fetaeg. Por exemplo, quando estávamos discutindo sobre a Federação do Tocantins, eles queriam dar amplos poderes à diretoria da Federação. Chegavam a colocar um item em que a Federação é que determinava as tarefas do Sindicato e não o Congresso. Tinha um artigo deles que dava direito à diretoria da Federação de mudar o que foi decidido em congresso. A gente descobriu isso na própria discussão com eles para a Federação.

E como é a relação de vocês com os sindicatos?

Policácio - Há sindicatos que querem passar para o nosso lado e nós não queremos. Em um deles, por exemplo, desde julho de 84, o presidente interino continua. Ele é que sabe de tudo e foi isolando os outros companheiros de modo que eles foram se

João Roberto Ripper



Assembléia de formação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Tocantins, 1988

sentindo isolados e inúteis. Foi concentrando todas as tarefas em suas mãos. Pode ser que não tenha sido a intenção, mas acabou saindo o sabidão. Diz que o pessoal não quer ajudar mas, na forma de conversar, deixa bem claro que é personalista e autoritário.

Uma vez um trabalhador fez uma reclamação. Tinha terminado o mandato dele e ele não tinha conseguido articular uma chapa para as eleições. Foi nomeada uma Junta Governativa. Ele, que é bom para resolver questões, chamou o trabalhador e a pessoa que o estava prejudicando e, em vez de ajudar o companheiro da Junta a resolver o caso, dizia: "Você vai fazer do jeito que eu disser". Ele contou isso para mim, afirmando que lá as coisas só funcionavam se ele estivesse, que o presidente da Junta estava lá, mas que só fazia o que ele mandava.

Eu discordo. Ele devia era dar orientação para o companheiro.

E os sindicatos que não votaram na atual direção da Fetag-TO, estão se organizando contra vocês?

Policácio - Têm alguns sindicatos que estão se articulando para ficar contra nós no próximo Congresso.

O sindicato e a luta por terra

Nós fizemos um plano de luta para lutar contra essa oposição, mas estamos encontrando algumas dificuldades. A nossa prioridade é acompanhar os assentamentos. Porque ao contrário de certos sindicatos, nós damos apoio aos trabalhadores que visam fazer uma ocupação; nós não mandamos ir, mas damos apoio.

A diretoria do Sindicato não pode mandar o pessoal ocupar, mas nós colocamos que, se o pessoal não ocupar a terra, não vai haver reforma agrária. Se o pessoal não toma iniciativa, não tem como o sindicato acompanhar. Se os trabalhadores vão, o Sindicato ajuda até a se organizar lá dentro da ocupação, no assentamento. Se a diretoria é que toma a iniciativa, a responsabilidade recai sobre o Sindicato, ainda mais se der uma repressão muito grande, como costuma acontecer por aqui.

Hoje se coloca outro problema: o que fazer para que os trabalhadores que ganharam terra continuem nela? Ainda não estamos conseguindo a menor mobilização. Apesar de antes a repressão ser mais forte (havia queima de povoados, morte de trabalhadores), agora a dificuldade é maior, porque o trabalhador não está mais interessado. Ele precisa de uma outra bandeira de luta. Muitos achavam que o final era conseguir a terra. Vemos que se a primeira bandeira foi a reforma agrária, agora a bandeira é a política agrícola. Mas nós estamos com dificuldade de mobilizar para isto. Até parece que o Sindicato está perdendo credibilidade junto aos trabalhadores, porque eles precisam de uma política agrícola e o Sindicato não tem como responder. Os trabalhadores não estão mais interessados na discussão que o Sindicato está levando sobre reforma agrária. Temos que organizar associações nas áreas de assentamento, conseguir financiamento.

Como vocês estão se organizando para fazer isto?

Policácio - Nós tomamos a providência de dividir o estado em quatro regionais para levar a cada uma delas a discussão sobre os assuntos que interessam aos

O Estado e as associações de produtores

trabalhadores daquela área. Alguns temas têm que ser levados em todas as áreas: políticas, tecnologia alternativa, associações. Outra coisa que vamos fazer é um encontro de assentados no final do mês.

O Mirad, nas áreas de assentamento, está organizando associações e colocando quem eles querem. Eles é que indicam. Na verdade, essas associações não vão ajudar a resolver os problemas dos associados, elas vão servir é para desestabilizar o Sindicato e a organização dos trabalhadores. Temos discutido o contrato de ficar dez anos; esse contrato dá ao Estado o direito de tirar e botar quem ele quer e nós achamos que os trabalhadores é que deveriam ter esse direito.

Outro dia também tivemos um encontro com um delegado do Mirad e com a CPT. A CPT teve que se retirar porque o delegado chegou a se alterar tanto que não dava mais para conversar, porque eles querem que todos os lotes sejam de um mesmo tamanho. Isto não dá porque tem posseiro velho lá, de muitos anos, e eles querem reduzir a área deles, como se eles não tivessem mais direito que os novos.

O mesmo com respeito à comissão de seleção de ficha: o Mirad quer assumir este papel. Já estamos atrasados. Antes não tinha como priorizar isto porque os sindicatos ficavam isolados, cada um por si. Ora, a desapropriação foi feita porque houve uma luta e o Mirad quer desvalorizar aquela luta, quer colocar até uma pessoa da rua, que depois vai vender... A gente percebe que o MIRAD quer que a reforma agrária não dê certo para dizer que não resolve. Por isso é que temos que interferir nas associações.

E tem mais: em relação aos grandes projetos a gente está vendo que são três lutas diferentes: com assentados, com sem-terra e com pequenos produtores. Senão, vai

João Roberto Ripper



Mutirão de pequenos proprietários em Campos Altos, Conceição do Araguaia, Pará.

desaparecer a função de trabalhador rural; os pequenos vão sair para as cidades ou para o Pará. Isto por que? Porque a Ferrovia Norte/Sul vai valorizar muito as terras e o projeto de transformar o Tocantins num grande produtor de grãos exige tecnologia avançada. Eles são pequenos, vão ser pressionados a vender, porque as terras vão estar valorizadas e porque os proprietários vão querer aumentar a terra deles. É preciso que os pequenos se associem para ter acesso a financiamento para produzir melhor.

Sem se associar eles têm que fazer uma luta isolada, cada qual com sua máquina, sua colhedeira. E com a associação, uns dez vizinhos podem comprar máquinas para todos eles; fica mais barato.

Porque a luta por terra não mobiliza mais? Não tem mais gente pressionando por terra?

**A luta por terra
perdeu o vigor**

Policácio - Em resposta à luta por terra veio a repressão, que foi muito grande. Em muitos lugares o pessoal não tem mais aquela garra. Hoje teria é que ocupar: sabemos que em Miracema tem terra devoluta, mas eles não estão dispostos a ocupar. No Bico do Papagaio fizeram lutas mas eram terras consideradas sobras de terra e terras de ninguém. Hoje, em áreas, mesmo que griladas, o pessoal fica com receio. Também em Barrolândia não tem disposição de luta por terra. O pessoal está mais disposto é para a associação - querem priorizar a roça comunitária, núcleos em torno dos meios de produção; é o jeito de mudar como produz e o que produz.

E a relação de vocês com a CUT, como é?

Policácio - Nós tivemos uma Comissão Pró-CUT. Foi articulada no Tocantins e ficou encarregada de criar a CUT. Somos um grupo de sindicalistas que não estão filiados mas que são simpatizantes, dizem-se cutistas e priorizam algumas das linhas da CUT. Temos proposta de filiar a Federação à CUT. Achamos importante, apesar da CUT não ter um trabalho mais efetivo aqui. Mas o estatuto nosso teve inspiração no modelo da CUT. É um tipo de luta que, embora não seja luta da CUT, tem a mesma linha.

Aqui não dá para ter luta de categorias isoladas. Discutimos com o pessoal da Fetaeg, eles propõem a unicidade sindical. Nós não concordamos porque vai chegar a hora em que a luta dos pequenos produtores não vai ser a mesma dos sem-terra. Então é preciso que dentro da Federação se criem vários departamentos. Os trabalhadores sentem que é necessário que em alguns lugares se criem sindicatos por ramo de atividade. Nós estamos pensando que vai chegar o momento em que não vai dar para levar a luta junto. Digamos que tem uma diretoria que tem mais influência de pequenos proprietários e não vai dar atenção a luta dos assalariados e num momento vai ver que eles vão ter que romper.

Não estamos pregando divisão mas também achamos que se for necessário, em alguns lugares, que se organize separado. Tanto que no estatuto não tocamos nesta questão.

Entrevistadora: Neide Esterci

Junho de 1989

III - A disputa no interior do sindicalismo

As relações entre as propostas que se esboçam de uma nova estrutura sindical e o sindicalismo hegemônico pela Contag são bastante complexas.

A tramitação das decisões sobre o processo eleitoral da Contag em Minas Gerais, a disputa pela direção da Federação dos Trabalhadores da Agricultura em Goiás, as ambiguidades da Fetag-RS, que lhes permitem a capitalização de uma série de lutas, são alguns exemplos dos desafios que hoje se colocam e, ao mesmo tempo, indicadores da intensa disputa de concepções e propostas que hoje se verifica no sindicalismo rural brasileiro.

Maria Aparecida Rodrigues Miranda (Cida)

Começou a participar das lutas na sua região em 1975, com 13 anos. Em 1982 passou a compor a diretoria do Sindicato de Unaf - MG. Em outubro de 1985 seu pai foi assassinado e sua mãe baleada, por questões de luta por terra. Hoje, Cida é membro da direção do Departamento Rural da CUT em seu Estado e da direção nacional da CUT.

“Na discussão sobre eleições para a Contag, a grande questão era a da democracia. A participação dos sindicatos, conforme decisão do IV Congresso era mais democrática.”

“Nós vamos disputar efetivamente a direção, em cima da concepção que defendemos, que é a multiplicação de lideranças de aproveitar a experiência que já está construída de elaborar um plano alternativo de lutas.”

Você poderia contar como é que foi a discussão e o resultado final da reunião do Conselho de Representantes da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Geraes - Fetaemg, onde se discutiu a eleição para a Contag?

**A Contag propôs
uma mudança no
Colégio Eleitoral**

Cida - Tínhamos já discutido antes o assunto, e o André Montalvão já estava presente na reunião desde o começo. Como sempre, o Conselho tinha outras pautas de discussão: previsão orçamentária, suplementação etc. No segundo dia entrou a discussão da eleição da Contag. A proposta já estava pronta: a Contag não iria mais fazer Congresso, que a Contag estava discutindo, estava jogando para as bases discutirem, não tinha dinheiro, as coisas estavam muito difíceis e tal. A Contag estava propondo tirar 10% dos delegados (cada dez sindicatos, um delegado) para participar das eleições. Era isso que estava jogando para as bases discutirem. As "bases" eram, no caso, as reuniões do Conselho.

E qual foi a posição de vocês, cutistas, diante dessa proposta?

Cida - Nós tínhamos discutido que isso representava um retrocesso muito grande. Nós já tínhamos feito uma reunião com outros sindicatos, discutido essa questão na noite anterior, e já tínhamos também montado um esquema de discutir com todos os dirigentes essa proposta. Nós então defendemos a proposta de eleição em Congresso... Houve adesão de muita gente nova, inclusive de sindicatos que eram apenas simpatizantes da CUT. Houve várias adesões, houve disputa de quem queria ir lá para frente defender a discussão do IV Congresso. Houve várias intervenções...

O pessoal conseguiu compreender o que de fato estava acontecendo?

Cida - Sim. A grande questão era a questão da democracia. A participação dos sindicatos, conforme a decisão do IV Congresso, era mais democrática. Era o próprio respeito à decisão de mais de 4 mil trabalhadores que estiveram presentes no Congresso de 85. Essa foi a grande discussão. Todas as intervenções pegavam esse eixo, alegando

As eleições para a direção da Contag

Estavam previstas, para dezembro de 1988, eleições para a direção da Contag. De acordo com as resoluções do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, de 1985, as eleições para a Confederação seriam feitas em Congresso, por um Colégio Eleitoral composto pelos membros da diretoria efetiva de cada federação filiada e mais um delegado por cada sindicato da categoria, escolhido entre os membros da diretoria em assembleia, sendo assegurado um mínimo de cinquenta delegados para os estados que tivessem um número de sindicatos de trabalhadores rurais inferior a cinquenta.

Em reunião do Conselho de Representantes, realizada em outubro de 1988, propôs-se, como indicativo para discussão nos estados, um Colégio Eleitoral, composto por seis diretores de cada federação e um delegado para cada dez sindicatos, escolhido pelo Conselho de Representantes das Federações. A alegação para a redução do Colégio e não realização do Congresso era falta de recursos. Essa proposta acabou por provocar manifestações de desaprovação em estados como Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro.

O debate que se gerou provocou o adiamento das eleições. A decisão final, frente ao impasse político que se colocava, foi de manutenção do Colégio aprovado no IV Congresso. No entanto, as eleições seriam realizadas em cada unidade da Federação, inviabilizando, pois, o outro lado da proposta, que era a de eleições em Congresso, o que implicava em avaliação da gestão anterior e elaboração de um plano de trabalho para o novo período.

Frente a esse quadro, os dirigentes ligados à CUT, que discutiam, inclusive, a possibilidade de concorrer com chapa própria, denunciaram essa mudança de critérios, considerando-a manobra e optaram por não participar das eleições.

**O processo de
votação em
Minas**

que estava havendo concretamente um grande desrespeito à decisão da maioria. Houve outras intervenções por parte da Federação para tentar intermediar, apareceram proposta de "dez não", que era muito pouco, mas de 20%, 30%. Depois disso, confirmou-se que se tratava de uma estratégia da própria direção da Fetaemg, para amenizar os ânimos e aprovar mesmo a proposta de colégio eleitoral.

Como é que foi a votação?

Cida - Primeiro foi decidida a regra de votação: seria por aclamação. Votamos por aclamação, levantando a mão, e deu claramente vitória da proposta do IV Congresso. Foi contado. A mesa pediu para que se votasse novamente. Levantou um trabalhador lá do meio e falou: "bota outra proposta para ser votada...". Insistiu umas três ou quatro vezes, foi insistindo. Aí mudou a regra da votação. Em vez de levantar o braço, seria todo mundo sentado e levantar quem era a favor da proposta do IV Congresso. Nós levantamos novamente e deu exatamente a mesma votação. Aí já nem se contaram mais os votos. Mais uma vez não foi colocado em votação quem era contra a proposta do IV Congresso. Levantaram uma argumentação lá que tinha gente que estava votando duas vezes, não sei o quê..., que tinha que votar na urna. Mais uma vez foi cobrado que se contasse em votação quem era contra. Começou um tumulto danado lá na frente, todo mundo foi para frente.

A votação na urna foi interessante porque também não foi chamada lista de votantes, não teve assinatura em livro e era também num momento esvaziado. Já estava perto da hora do almoço, o pessoal já estava cansado, saíram para almoçar, então houve votação na urna e deu 53 votos contra 52.

João Roberto Ripper



Despejo com queima de casas e roça. Vila de Cava, Rio de Janeiro

O pessoal da CUT reagiu contra essa manifestação da votação?

Cida - Nós ficamos meio inseguros, porque devíamos ter protestado contra a mudança da regra da votação. Não queríamos concordar com o resultado da votação, mas estava lá, 53 votos, 52 votos, 1 branco e 1 nulo. Nós fizemos uma avaliação rápida do pessoal que votou a favor do IV Congresso e chegamos à conclusão que não perdemos a votação. Apesar de ter tido um voto lá garantido contra o IV Congresso, a favor do Colégio, nós não consideramos que nós perdemos a votação, porque houve manobras. Eles souberam que perderam, e nós colocamos lá na reunião do Conselho, logo depois, que não concordávamos em ter perdido e que chamávamos os sindicatos todos a repensar a decisão que tinha sido tomada antes.

Na sua avaliação, o que significa esse crescimento da CUT, num fórum, que é o Conselho de Representantes da Fetaemg, onde a própria Fetaemg e a Contag sempre tiveram o total controle?

Cida - Esse assunto nos interessa muito, e por isso nós já tínhamos feito uma discussão anterior, no fórum da CUT. Houve um seminário estadual onde nós pegamos toda a história do movimento sindical, a montagem do complexo Contag e a defesa da bandeira da democracia em que a Contag se empenhou muito tempo, a contradição que isso representa com a proposta de fazer eleição em colégio eleitoral, num colégio eleitoral que até a burguesia já abandonou, não é?

Dessa reunião participaram representantes de quase todas as regiões do Estado. Não foi uma discussão muito ampla porque nós não tínhamos estrutura para trazer muita gente, mas foi representativa. A decisão foi que reproduzíssemos a discussão a partir desse seminário e o nosso meio de discussão era a reunião do Conselho. Nós estávamos preparados, a partir do fórum da CUT, e montamos uma estratégia. Chamamos uma reunião da qual participaram 17 sindicatos, discutimos a proposta, qual era a decisão da CUT, o que representava para nós esse retrocesso, e chegamos preparados. Distribuímos pessoas para falar com todos os dirigentes, para articular em torno da proposta do IV Congresso. Foi muito importante porque foi a CUT que empunhou a bandeira da democracia e do respeito à decisão da maioria de uma instância como um Congresso Nacional.

Essa intervenção dos cutistas no movimento sindical aqui em Minas é resultado de um trabalho anterior? Como é esse trabalho?

O crescimento da CUT no Estado

Cida - Nós estamos participando da CUT efetivamente desde o começo de 85. Participamos da fundação da CUT estadual e, no começo de 85, começamos a articular um grupo de sindicalistas que tinham uma visão mais ou menos aproximada. Começamos uma articulação estadual, entrando em contato com outras pessoas que pensavam como a gente. Fizemos um trabalho em 85, com algumas dificuldades. No final de 85 reavaliamos e achamos que deveríamos aprofundar mais isso. No começo de 86 nós tínhamos um primeiro encontro estadual de sindicalistas da CUT, de onde saiu um programa de trabalho, que foi desenvolvido durante o ano de 86. Nele a proposta da CUT começou a se diferenciar da proposta da Fetaemg.

Esse trabalho chegou a resultar numa oposição mais efetiva à Fetaemg?

Cida - Claro! Em 84 houve uma certa composição na Fetaemg e a maioria dos sindicatos nem ficou sabendo que havia eleição na Federação. Em 87, que era ano de eleição, com esse trabalho que estávamos construindo, conseguimos disputar politicamente, disputar a proposta, disputar projeto político e disputar a direção na Federação concretamente, com uma chapa da CUT. Nós tivemos 89 votos, o que representa 33% dos votos da Federação. A maioria dos sindicatos da CUT não tinha se filiado. Se nós tivéssemos feito um trabalho de filiação dos sindicatos para votar, teríamos muito mais do que isso.

Como é que vocês vincularam essa propaganda da chapa da CUT?

Cida - Nós discutimos principalmente a questão da democracia, da organização das frentes de luta, das propostas, das lutas articuladas nas regiões, de ter uma articulação de lutas, de ter uma democracia interna maior na Federação, mais clareza nas propostas e principalmente denunciarmos o próprio aparelhismo que vem sendo feito na Federação, o retrocesso do projeto político, a falta de compromisso com as lutas. Foi um processo importante porque nós avaliamos, abrimos os nossos contatos, conhecemos muitas realidades do Estado. Nós viajamos, e a partir daí deu para conhecermos exatamente qual era o nosso campo de trabalho, onde é que a gente devia atuar, onde é que a gente devia aproveitar as experiências que já estavam montadas no Estado.

Vocês tinham instrumentos para divulgar as propostas de vocês em todo Estado?

Cida - Nós criamos o boletim "Pé no chão". Foi um instrumento muito importante de comunicação, porque antes nós não tínhamos nem como nos comunicar com os sindicatos. Nós não temos estrutura. Então pedimos apoio em tudo quanto foi sindicato urbano, entramos neles de mansinho, e acabamos ocupando espaço no Sindicato dos Telefônicos - Sintel - e fomos atrás da CUT, de uma porção de entidades urbanas e de apoio. Conseguimos fazer seis números do boletim "Pé no chão".

Depois da eleição como é que ficou o trabalho de vocês? Quer dizer, como é que vocês chegaram ao Congresso Estadual?

Cida - Pois é, o boletim "Pé no chão" foi um instrumento também de preparação para o Congresso Estadual. Todo esse trabalho acumulado foi subsídio para a montagem da nossa tese, no Congresso Estadual. Nossa tese, dos trabalhadores rurais, representou esse acúmulo de discussão, esse acúmulo de experiência, recuperação dessa experiência toda, inclusive da eleição da Federação. Entramos no Congresso com 20% da delegação do Congresso Estadual. E foi importante porque nós tivemos inclusive uma participação política, discutimos tese, elaboramos a tese e entramos com força na própria direção executiva da CUT, na própria composição da direção da CUT estadual.

Como está o trabalho de vocês hoje?

Os desafios da CUT

Cida - Nós passamos o ano de 88 com algumas dificuldades estruturais. Num certo momento faltou um pouco de direção política para poder aprofundar e aproveitar essa experiência que tinha sido acumulada até as eleições da Federação, até o Congresso da CUT. Foi um ano que nós passamos acompanhando, na medida do possível, as lutas. No final do ano, nós fizemos uma avaliação de que era preciso retomar esse trabalho, e retomar esse trabalho significava recuperar o que já tinha acumulado antes. Nosso objetivo é a criação oficial do Departamento Rural Estadual.

Quais são as prioridades de vocês ?

Cida - A nossa grande prioridade é a organização do Departamento Estadual, que significa estruturar fisicamente, recuperar essa nossa história, nosso arquivo, toda documentação que nós já construímos a nível interno e a nível político, mapear nossa força real, mapear o que é que nós temos em termos de luta, o que temos de trabalho mesmo concreto no Estado e, a partir disso, montar nosso projeto global de ação.

Esse trabalho da CUT está mais forte em algumas regiões do que em outras?

Cida - Sim, nós temos algumas experiências importantes. Por exemplo, no Triângulo Mineiro, nós não tínhamos nada, já ganhamos um sindicato. Já tem uma experiência de luta de assalariados articulada em alguns municípios, coordenada pela CUT.

Nós temos na região norte de Minas uma experiência acumulada importante de luta pela terra e luta de pequena produção. Na região nordeste, uma luta também significativa pela terra, no Vale do Jequitinhonha uma luta importante de ocupação de terra que a CUT tem acompanhado. Então, em algumas regiões, a CUT está organizada, e existe secretaria rural já em regiões. Queria também destacar a Zona da Mata, onde já existe um trabalho acumulado de articulação na linha da CUT e agora já é CUT. Está com sete sindicatos que se filiaram à CUT de pouco tempo para cá. Já estão na CUT regional, participando politicamente na direção executiva, da direção do

João Roberto Ripper



Polícia impede a ida dos trabalhadores à embaixada dos EUA, Brasília, 1987

colegiado que está discutindo a política da região. O nosso trabalho agora é exatamente juntar essas experiências, é conhecer o nosso campo, conhecer a nossa força real. É montar, a partir das regiões, um plano de ação, suas prioridades, suas maiores experiências, o que é que estão pensando sobre isso. Juntar todas essas experiências para daqui a uns cinco, seis meses, nós termos mais ou menos um plano global de ação da CUT para o campo. Um plano que vai levar em conta a nossa estrutura, a nossa proposta alternativa de estruturação do Departamento, e também sermos efetivamente direção dessas lutas no Estado.

Esse processo leva vocês a se colocarem em campo de disputa com a Fetaemg? Como é que está essa situação hoje em Minas?

Cida - Sem dúvida, porque a Fetaemg está deixando muito a desejar em todas as áreas, principalmente no que diz respeito às principais lutas, por terra, dos assalariados e dos pequenos produtores. Está havendo um retrocesso, desde 84, no projeto da Federação. E, por parte da CUT, está havendo um crescimento. Nós vamos disputar efetivamente essa direção, em cima da concepção que nós defendemos, que é a multiplicação de lideranças, que é a de aproveitar a experiência que já está construída, que é de elaborar um plano alternativo de lutas, e de estruturação mesmo do movimento sindical de trabalhadores rurais e do movimento sindical novo.

Como é que você vê hoje o processo também, no campo da CUT a nível nacional?

Cida - A sugestão que Minas Gerais leva é o acúmulo de forças e experiências a partir dos estados. Eu acho que o Departamento Nacional está organizado, tem uma executiva, está funcionando de forma precária. Nós temos algumas dificuldades a nível nacional. Têm algumas experiências mais avançadas, como no caso da política agrícola, que já tem inclusive uma proposta mais elaborada, dos assalariados, uma proposta começando. A questão da terra precisa ser elaborada. É urgente e necessário que a CUT pense uma estratégia própria e de acordo com a conjuntura, de acordo com a realidade do Brasil hoje, para a questão da reforma agrária. Mas eu acho que tudo isso vai poder ser construído a partir das experiências e do fortalecimento da criação dos departamentos a nível estadual. Eu já tenho a visão de que é preciso organizar os departamentos estaduais, acumular as experiências, recuperar essas experiências a nível estadual e, num outro momento, daqui a certo tempo, a médio prazo, se organizar um plano global, levando em consideração a realidade que nós temos no Brasil.

Entrevistador: Alexandre Sgreccia

Janeiro de 1989

Elvino Bohn Gass

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Cristo,
secretário do Departamento Rural da CUT-RS.

Orlando Vincenci

Diretor do STR de Tenente Portela e coordenador do Departamento
Rural da CUT-RS

“Reivindicamos, no preço dos produtos, uma diferenciação entre pequeno produtor e grande produtor. Defendemos financiamentos com juros subsidiados, até com limite de propriedade com limite de financiamento também.”

Quais as principais lutas no Rio Grande do Sul e quais as forças presentes nelas?

As lutas no Rio Grande do Sul

Elvino - As principais lutas no Estado do Rio Grande do Sul se deram na questão de terra e aí quem está organizando, e já com uma participação relativa da CUT, é o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST. A vinculação mais próxima do MST é a CUT, encaminhando uma discussão política sobre a forma em que está se dando esse movimento. Já passou do nível de mero apoiador para começar a discutir. Este é um avanço importante. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura vai, no máximo, largar uma nota na rádio de apoio, e muito restrito. Os dirigentes da Federação não puxam e muitas vezes não vão lá, para não se comprometer no enfrentamento com o latifúndio, em relação ao Estado nas negociações. Tem sido, na verdade, um entrave ao avanço em direção à reforma agrária.

Quanto à questão das barragens, no Rio Grande do Sul tem um grande desenvolvimento na região do Alto Uruguai, costeando com Santa Catarina, principalmente em 2 barragens que estão sendo construídas: Indaitá e Machadinho. O



Reunião de assentados. Fazenda Annoni, Rio Grande do Sul

movimento é totalmente puxado pelo Movimento das Barragens, pela Comissão Regional dos Atingidos pelas Barragens - CRAB, do Alto Uruguai, e sem nenhuma participação da Federação. Os companheiros que estão puxando essa luta são todos da CUT (CUT Alto Uruguai), que é uma das regiões mais organizadas do Estado.

A região das Missões também está se organizando principalmente em cima da represa do Roncador, de São Pedro. Quem está organizando é a CUT, junto com a CRAB das Missões. Uma outra luta de organização popular que está se fazendo é a das mulheres trabalhadoras rurais. Quando percebeu que existia uma organização por parte das mulheres - já estava na onda a organização de mulheres, suas reivindicações, direitos iguais etc. - , a Federação tentou cooptar e passou a organizar um movimento paralelo, denominado lá no Estado de "Organização das Mulheres da Fetag".

Existe ainda a questão da luta pela previdência, com reivindicações que conseguiram mobilizar. Houve mobilizações em Porto Alegre, mobilização de massa, reunindo caravanas dos municípios organizadas pelos sindicatos. Agora, quanto às lutas concretas nos municípios, para que a comunidade tivesse o controle da saúde no município, através das Ações Integradas de Saúde, da municipalização da saúde, isto

só está funcionando sob o controle popular nos municípios onde tem sindicatos cutistas. Nos outros municípios, o controle está muito atrelado às prefeituras, principalmente as controladas pelo PMDB, que tentaram implementar o projeto. Nesse caso, o sindicato entra como um colaborador da prefeitura para implementar o projeto e passar as normas para os trabalhadores. Não são os sindicatos que têm o controle sobre isso.

Uma outra atividade que a Fetag puxou foi numa região onde a CUT não tem grande penetração, que é a região do fumo. As lutas lá foram mais coordenadas pela Fetag. Na região de Santa Cruz do Sul, a CUT não tem realmente penetração. Está começando agora com algumas oposições.

Orlando - Outra questão é a questão da política agrícola. É uma briga dos trabalhadores rurais, a nível nacional. Quem puxou a luta no Estado e sempre defendeu as bandeiras de luta na questão da política agrícola foram os sindicatos cutistas. A Federação simplesmente canalizou politicamente esta luta para si, mas, na verdade, quem puxou, quem organizou a coisa toda, quem fez tudo, foram os sindicatos da CUT. Inclusive, as grandes mobilizações de 87 e de 88, saíram de onde têm regionais da CUT criadas: Missões, Alto Uruguai, Celeiro.

Como foi esta luta pela política agrícola?

**Luta pela
política agrícola**

Orlando - Foi nacional esta mobilização. Foi nos dias 5 e 6 de março e 30 e 31 de março e 1º de abril de 87. Foram grandes mobilizações nacionais e, principalmente, no Rio Grande do Sul. Uma das principais bandeiras era a queda da correção monetária de todos os financiamentos agrícolas, não importando se eles foram feitos durante o Plano Cruzado ou antes dele. Reivindicamos, no preço dos produtos, uma diferenciação entre pequeno produtor e grande produtor. A gente defende financiamentos com juros subsidiados, até com limite de propriedade e com limite de financiamento também.

Qual era o limite de propriedade?

Orlando - Eram 5 módulos rurais e até 2.500 OTNs. A proposta da Federação não era essa. A Federação, quando viu que isto tinha ganhos políticos, entrou na briga também. A proposta da Federação era uma política diferente a nível de regime de economia familiar, mas é muito relativo esse sistema de economia familiar: o fazendeiro pega a fazenda com 4 ou 5 filhos, mais os genros, mais os puxa-sacos e depois diz que isso é economia familiar, quando na verdade são os peões que estão fazendo a lavoura para ele, e passa como regime de economia familiar. A Federação saiu defendendo esta proposta. Mobilizou algumas regiões que não tinham muita influência, por uma questão estratégica. A Federação teve todo acesso à imprensa. Saiu em muitos jornais, rádios, televisão e apareceu como ganho político da Federação (todo mundo sabe que a CUT não tem espaço na imprensa). A Federação canalizou todos os ganhos por nós. Onde os sindicatos eram cutistas ficou que a luta e o ganho foi nosso, e onde os sindicatos eram da Federação ficou que a luta e os ganhos foram dela. A Federação ganhou muito com essa briga.

**Diferenças de
encaminhamento
entre Fetag e
sindicatos da CUT**

Quais as diferenças nas formas de luta puxadas pela CUT e pela Federação nessa luta pela política agrícola?

Elvino - Em primeiro lugar, nós tínhamos tirado, a nível nacional, um prazo indeterminado de trancamento de rodovias. Começou por um processo de bloquear os bancos e depois nós fomos para as rodovias. O que aconteceu? Nos lugares onde foi sustentado, veio o exército com tanque de guerra, polícia e tal, mas nós permanecemos 3 dias. Os sindicatos da Federação abriram as rodovias no primeiro dia. Aí se diferencia a forma de luta, porque nós viemos para o embate, para realmente pressionar e a Fetag preferiu primeiro tirar uma comissão para ir a Brasília, mandar ofício, toda essa política daí. Depois, quando ela percebeu que somente a CUT ia para a rua, ela se viu forçada a ir, o que era contra a vontade dos seus dirigentes. Quando veio a polícia, os coronéis negociar com a gente, eles logo abriram a estrada, no primeiro dia. Isto até criou problemas para nós, porque nas regiões onde os transportes passavam, que eram regiões da Federação, os caras vieram com reforço para a nossa região, com o exército de Santa Maria, e vinham dizendo: "mas são só vocês que estão fechando; o resto abriu". Abriu lá, abriu em Ijuí, abriu em todas as regiões da Federação, o trânsito estava todo aberto. Eram só os lugares com sindicatos cutistas que estavam segurando. Esta é uma problemática concreta que nós enfrentamos e continuamos a enfrentar hoje. Quando levamos uma reivindicação no sentido de mobilização maior, com maior pressão, a Fetag tenta um jogo de corpo para estas reivindicações não saírem.

Eu gostaria de colocar um outro ponto na questão da política agrícola. A CUT teve um avanço, a FETAG acabou faturando, mas, nas nossas bases, nas nossas regiões, se caracterizou bem que quem levou a luta foi a CUT. Outra coisa é a iniciativa da Federação. Eles foram muito vivos, eles tomaram a ofensiva e elaboraram nas regionais um plano de política agrícola e imprimiram um boletim com uma proposta acabada de política agrícola com suas limitações, não definindo quem é pequeno proprietário, quem não é, não colocando limites, um troço mais genérico. Fizeram um boletim e divulgaram em todos os sindicatos, todos os municípios do Rio Grande do Sul, inclusive mandando também para as Federações de outros estados. Essa ofensiva, com a estrutura que a Federação tem, eles conseguiram tocar. Neste sentido, na política agrícola, houve algumas iniciativas que eles tomaram.

Além disso, a Federação ainda tem uma atuação com os assalariados, na região mais da campanha (fronteira). Eles têm algum trabalho naquela região, onde a UDR está altamente implantada. A CUT tentou com algumas oposições ganhar lá, mas não conseguiu.

A CUT não tem trabalho com assalariado no Rio Grande do Sul?

Orlando - Não tem, mas é bom destacar que tem muito pouco assalariado. É só uma região que tem, e só tem um município no Rio Grande do Sul que nós temos conhecimento que encaminha dissídio, que é Uruguaiana. Também sabemos que tem trabalho com assalariados em Santo Ângelo. Conta-se nos dedos os lugares que a gente sabe que tem trabalho. Há uma grande dificuldade em se organizar os assalariados por causa da articulação direta, por causa da pressão que é exercida pelo patrão, por causa do controle que tem sobre esse assalariado. A participação é mais através do

Movimento dos Sem-Terra, dada a particularidade do Rio Grande do Sul, que tem muito pouco assalariado. Hoje é que a gente está descobrindo que o Sindicato tem que ter política para os diferentes setores, e isso ele não teve até hoje. A tendência do assalariado era não participar em nenhum lugar, ele estava totalmente abandonado.

Mas a Federação do Rio Grande do Sul é considerada como uma Federação forte, tem uma boa infra-estrutura etc.?

A Federação do Rio Grande do Sul

Orlando - Ela tem uma característica que talvez seja diferente das federações de Santa Catarina, do Paraná. Ela tem uma estrutura que é por regionais, as quais dá muito peso. A direção da Federação, seguidamente, faz reuniões das regionais, dá assessoria jurídica, assessoria de formação política, discussões sobre as centrais sindicais, trazendo pessoas que eles dizem independentes, trazendo pessoas da Contag, mas que são evidentemente pessoas da CGT, mas ela fez estas discussões. A forma da escolha da direção, por exemplo, é via congresso, o que está sendo negado hoje pela Contag.

Em algumas questões, pelo fato de ter puxado aí algumas lutas como a da previdência, a do leite, que a gente ainda não tinha entrado, ela tem uma fachada de ser uma Federação combativa para a maioria dos dirigentes sindicais. A própria Federação tem críticas à Contag por não estar puxando mais atividades. No Rio Grande do Sul, o Egídio Pinheiro, que é vice da Contag, vem constantemente dando relatos das dificuldades que vem passando na Confederação, da posição dele, meio isolada na Confederação, na posição sobre a Constituinte, a necessidade de ter postura mais ofensiva na defesa dos projetos ligados dos pequenos proprietários. Por exemplo, na questão do Movimento dos Sem-Terra, subia no palanque Avelino Ganzer e Egídio Pinheiro, quando o MST estava colhendo assinaturas para a questão da reforma agrária na Constituinte. Então, com essa fachada, a Federação dá uma imagem de combatividade, porque nestes momentos ela soube ter uma postura que parecesse que ela estava junto desse movimento. Na assembléia do final do ano, que avaliou o ano que passou e planejou as atividades do ano seguinte, a posição foi de não participar do Congresso da Contag para eleger a próxima direção. O Rio Grande do Sul se absteve porque só participaria de um processo mais democrático. Estes apresentam essa fachada, sendo que internamente, nas lutas mais combativas, a posição com relação à CUT é de isolamento, de impedir o avanço na construção e crescimento da CUT.

Vocês, como sindicato cutista, participam de todas as instâncias dentro da Federação, nas regionais, nas assembléias?

Elvino - Internamente na CUT tem divergência quanto a isso. Têm companheiros que participam na instância regional, tem companheiros que faz muito tempo que não participam. Essa é uma discussão que não está 100% definida, não é uma deliberação. Além disto, além de participar de todas as instâncias, tem a questão da contribuição à Federação: nós temos 50% só dos sindicatos filiados ou próximos à CUT que pagam à Federação. A participação nas instâncias depende desta questão: quem paga e quem não paga a Federação.

*Entrevistador: Francisco José da Costa Alves
Janeiro de 1989*

Nélson de Assis Teles e Divino Inácio

Trabalhadores rurais de Goiás ligados à CUT

“É uma forma de amadurecimento da compreensão dos trabalhadores, você ir construindo uma nova estrutura dentro da atual.”

“Nós vamos conseguir derrubar essa estrutura sindical que está aí se entrarmos por dentro dela.”

Divino, houve eleições sindicais no dia 17, 18 de dezembro para a escolha da nova diretoria da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás. Qual foi a ação da CUT nessas eleições?

**Aseleições para a
Fetag-GO em 1988**

Divino - Os companheiros ligados à Central Única dos Trabalhadores, nós do campo, principalmente, tivemos várias discussões e reuniões e tiramos um planejamento, no começo do ano, para podermos trabalhar no sentido de concorrer às eleições na Federação. A Cada 10 ou 15 dias, nos reuníamos para avaliar o que foi feito, distribuir novas tarefas. Houve um empenho muito grande por parte de vários companheiros no campo, no sentido de visitar sindicatos, concorrer em eleições sindicais ou acompanhar os processos de eleições sindicais, de assembléias dos sindicatos, na preparação do Congresso Estadual e Nacional da CUT, discutindo a importância da eleição da Federação. Também houve uma certa participação de alguns companheiros da cidade no sentido de ajudar com visitas e certo tipo de apoio.

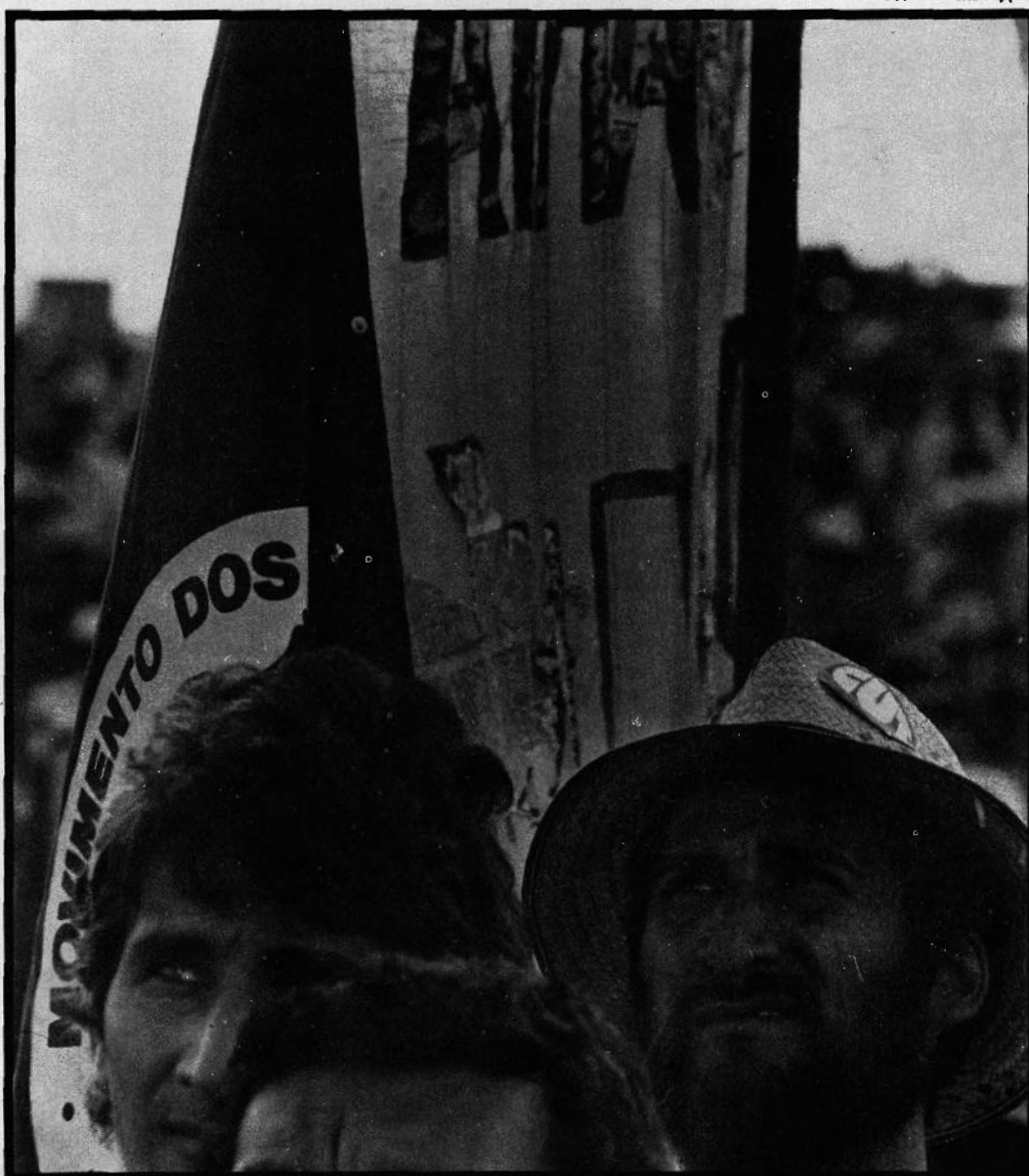
Nelson - No Congresso Estadual da CUT, tomamos a decisão de concorrer às eleições na Fetaeg. Tiramos uma posição de fazer uma convenção, para escolher uma chapa, composta pelos demais companheiros que participam dos sindicatos filiados à CUT ou não-filiados, mas simpatizantes. Naquela convenção foi tirada uma chapa de consenso

e prosseguimos esse trabalho que o companheiro Divino mencionou, com visita nos sindicatos, participação em assembléias. Não só sindicatos ligados à CUT, mas também sindicatos que se dizem independentes, que estavam mais simpáticos à proposta da CUT, do que à proposta da atual direção da Fetaeg.

Nelson, a Contag atuou nesse processo de eleição na Federação de Goiás?

Nelson - Sim. Embora com muito pouca discussão, durante os dois dias do Congresso para eleição, a Contag estava presente, na pessoa do José Francisco e do Jonas, também membro da direção, e uma assessora. Vimos a participação deles, com muita garra, com muito esforço, com relação às eleições na Federação. Desde que conhecemos o José

João Roberto Flipper



Trabalhadores rurais em Brasília, 1987

Francisco, quando começamos no movimento sindical, há praticamente 15 anos, tivemos grande divergência com relação à questão da atuação da Federação do Estado de Goiás.

Divino - A atuação da Contag nesse processo de eleição demonstra o seu interesse em defender uma proposta de estrutura sindical. Ficou claro para nós que ela tem um grande interesse em manter as federações na sua linha política para, quem sabe, até fazer da Contag uma Central Camponesa.

Qual foi o resultado dessas eleições?

Divino - Participaram 95 sindicatos. A chapa 1, da situação teve 133 votos. A chapa 2, encabeçada pela CUT, teve 129 votos, sendo que 7 votos foram brancos e nulos. A nossa avaliação é que esses votos nulos e brancos foram de companheiros ligados ao Coletivo Gregório Bezerra.

Esse resultado traz avanços para o campo de luta da CUT, ou não?

Divino - Esse trabalho que nós fizemos nesses 3 ou 4 meses, de visita a sindicatos, de discussão com os sindicatos chamados independentes, com os sindicatos atrasados, e com os sindicatos mais ligados à CUT, representou um avanço significativo porque trouxemos vários sindicatos para o campo da CUT. A nossa responsabilidade agora, depois das eleições, é muito maior: dar continuidade a esse trabalho para corresponder a esse avanço que obtivemos.

Houve avanço no campo da CUT?

**Os ganhos no
processo eleitoral**

Nelson - No campo dos sindicalistas independentes, eu acho que avançamos muito, porque todos aqueles sindicalistas independentes que votaram na chapa da CUT, não votaram na "chapa do Nelson", "do Divino", ou na "chapa da oposição". Votaram na chapa da CUT, e isso para a CUT foi muito importante. Eu acho que é um grande avanço que houve para a Central Única dos Trabalhadores no Estado de Goiás.

E o que vocês acham com relação à Federação. Houve avanço no campo da Federação? Como vocês avaliam isso?

Divino - Eu acho que quando nós nos referimos a avanço, é dentro de um projeto mais de médio e longo prazo. Agora, do ponto de vista político, a diretoria atual perdeu. Perdeu porque ela tinha poder quase que hegemônico na grande parte dos sindicatos. E, nesse processo, ficou claro que a nossa proposta cresceu e teve uma maior aceitação por parte dos sindicatos. Eles perderam campo para nós.

A questão de ter ganho as eleições não significa que eles tiveram a vitória. Eles ganharam a eleição espremidos, por diferença de quatro votos. Mas perderam politicamente porque perderam espaço para a CUT e a CUT precisa, através do setor rural, do conjunto dos trabalhadores, dar resposta para esse espaço que ocupamos. Se

nós soubermos explorar esse espaço, trabalhar esses sindicatos que se aproximaram da CUT, eu acho que podemos constatar que tivemos uma vitória maior do que a que tiveram na eleição.

A implantação da CUT no meio rural passa necessariamente pela estrutura sindical vigente, ou seja, pela tomada da Federação na forma como ela é organizada hoje?

Divino - É uma forma de amadurecimento da compreensão dos trabalhadores, você ir construindo uma nova estrutura, uma nova alternativa do movimento sindical dentro da atual estrutura.

Nelson - Temos uma comparação bem simples para o trabalhador rural: você não consegue derrubar uma árvore pela copa. Você consegue derrubar pelo pé, embaixo. Então é a mesma coisa com a estrutura sindical: só vamos conseguir derrubar essa estrutura sindical que está aí se entrarmos por dentro dela. Não significa que nós estamos concordando com ela. Mas, à medida que você vai ganhando os sindicatos e ganhamos a Federação, nós podemos ter o controle dessa estrutura do nosso Estado. Daí então, com uma grande discussão com aqueles companheiros que ainda não tem claro o que é uma nova estrutura sindical, o que é o projeto político da CUT, nós podemos mudar a estrutura sindical, talvez muito rápido, dependendo da competência de cada dirigente, dos quadros que nós vamos ter, e também de uma boa assessoria que nós estamos precisando para esse momento.

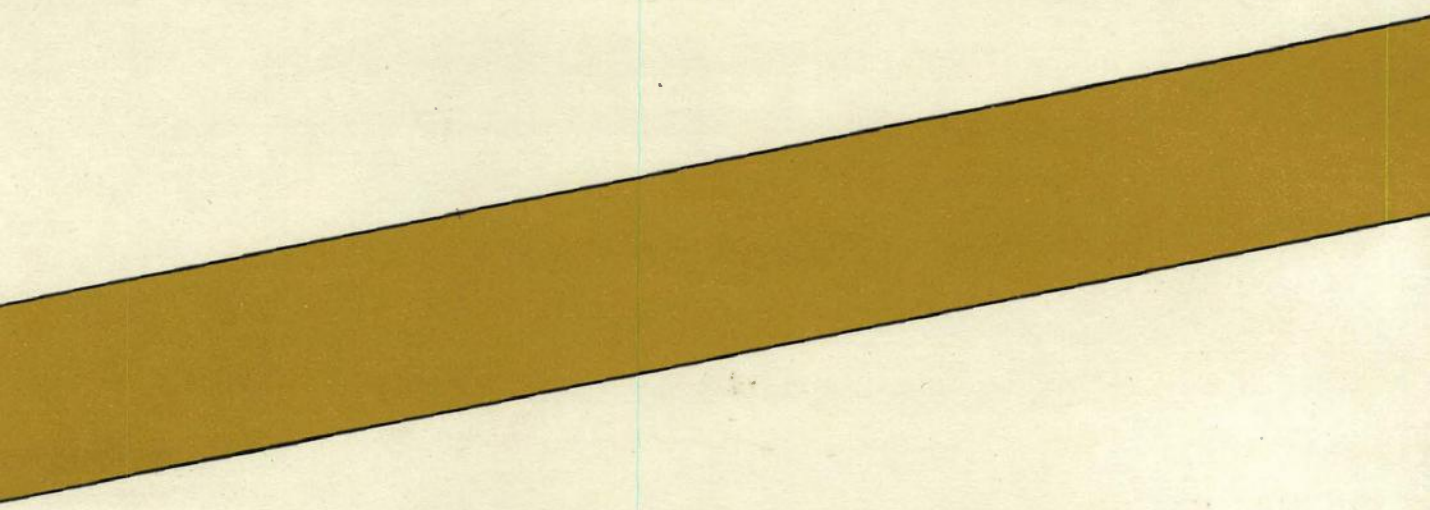
Entrevistador: José Paulo Pretrofesa
Janeiro de 1989

Siglário

ACR- Animação Cristã no Meio Rural
AFUBRA- Associação dos Fumicultores do Brasil
ANAMPOS- Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais
APCR- Apoio às Pequenas Comunidades Rurais
ASSESSOAR- Associação de Estudos e Orientação Assistência Rural
CEDI- Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CENTRU- Centro de Cultura do Trabalhador Rural
CEPA- Comissão Estadual de Planejamento Agrícola
CGT- Confederação Geral dos Trabalhadores
CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPT- Comissão Pastoral da Terra
CRAB- Comissão Regional dos Atingidos por Barragens
CTA- Centro de Tecnologia Alternativa
CUT- Central Única dos Trabalhadores
DRT- Delegacia Regional do Trabalho
EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAESC- Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina
FARSUL- Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FAEP- Federação da Agricultura do Estado do Paraná
FERAESP- Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
FETAEG- Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás
FETAEP- Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná
FETAESC- Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Santa Catarina
FETAESP- Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo
FETAG- Federação dos Trabalhadores da Agricultura
FETAPE- Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco
FUNDAPE- Fundação do Desenvolvimento Agrícola da Paraíba
INAMPS- Instituto Nacional de Previdência Social
INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LBA- Legião Brasileira de Assistência

MER- Movimento de Evangelização no Meio Rural
MIRAD- Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAPP- Projeto de Apoio à Pequena Produção
PCB- Partido Comunista Brasileiro
PDT- Partido Democrático Trabalhista
PFL- Partido da Frente Liberal
PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira
PT- Partido dos Trabalhadores
SEDUP- Serviço de Educação Popular
SINDIFUMO- Sindicato dos Produtores de Fumo
SINTEL- Sindicato dos Telefônicos
STR- Sindicato de Trabalhadores Rurais
SUDAM- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UDR- União Democrática Ruralista

Imprimiu
CENTRAIS IMPRESSORAS
BRASILEIRAS LTDA.
Av. Vila Ema, 722
Tel.: 273-8422 - CEP 03156
São Paulo - SP



**Adelmo Escher
Antônio Amorim
Ari Thessing
Avelino Ganzer
Elvino Bohn Gass e Orlando Vincenci
José Novaes
José Raimundo de Andrade (Dé) e Nivaldo Albino
José Ribeiro Trampolim
Luis Silva
Manoel dos Santos (Manoel de Serra)
Maria Aparecida Rodrigues Miranda (Cida)
Nelson de Assis Teles e Divino Inácio
Osmarino Amâncio
Paulo Cesar Lima (Cesinha)
Policácio Bispo Ferreira
Zeno Minuzzo**